

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
AGÊNCIA DE INOVAÇÃO, EMPREENDEDORISMO, PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO
E INTERNACIONALIZAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E SOCIEDADE – PGCULT
MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CULTURA E SOCIEDADE

THAISA VIEGAS DE PINHO

“ANTES DA LINGUAGEM, HÁ O SILÊNCIO”: espaço, memória e exílio em *Rabo de foguete: os anos de exílio*, de Ferreira Gullar

São Luís

2022

THAISA VIEGAS DE PINHO

“ANTES DA LINGUAGEM, HÁ O SILÊNCIO”: espaço, memória e exílio em *Rabo de foguete: os anos de exílio*, de Ferreira Gullar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como requisito para a defesa do Mestrado.

Orientador(a): Dr^a Márcia Manir Miguel Feitosa.

São Luís

2022

Viegas de Pinho, Thaisa.

ANTES DA LINGUAGEM, HÁ O SILÊNCIO: : espaço, memória e exílio em Rabo de foguete: os anos de exílio, de Ferreira Gullar / Thaisa Viegas de Pinho. - 2022.

103 f.

Orientador(a): Márcia Manir Miguel Feitosa.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em Cultura e Sociedade/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2022.

1. Ditadura Militar. 2. Escrita de Testemunho. 3. Exílio. 4. Ferreira Gullar. 5. Rabo de Foguete. I. Manir Miguel Feitosa, Márcia. II. Título.

THAISA VIEGAS DE PINHO

“ANTES DA LINGUAGEM, HÁ O SILÊNCIO”: espaço, memória e exílio em *Rabo de foguete: os anos de exílio*, de Ferreira Gullar

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Mestrado Interdisciplinar da Universidade Federal do Maranhão, como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre em Interdisciplinar em Cultura e Sociedade.

Orientador(a): Dr^a Márcia Manir Miguel Feitosa

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Márcia Manir Miguel Feitosa (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof. Dr. José Ribamar Ferreira Junior
Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Prof.^a Dr.^a Silvana Maria Pantoja dos Santos
Universidade Estadual do Maranhão (UEMA)

Em memória às vítimas da Ditadura Civil Militar, às que quebraram com o silêncio e àquelas para quem o silêncio é a única linguagem.

Por isso cuidado meu bem
Há perigo na esquina
Eles venceram
E o sinal está fechado pra nós
Que somos jovens

(Belchior, 1976)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas as pessoas que não contribuíram para o caos, mas que me alcançaram dentro dele. E àquelas que contribuíram: o caos é o princípio de todas as coisas.

À minha orientadora Márcia Manir que além de estar ao meu lado como professora, esteve como amiga. Não foram poucos os momentos em que suas palavras me acalmaram, esses últimos anos não foram fáceis, mas saber que há pessoas por nós, é ter um pouco de paz em meio à catástrofe. Só tenho a agradecer aos conselhos, acolhidas, orientações, respostas, mensagens. A grandiosidade dessa pessoa ultrapassa o plano físico e alcança o espiritual. Durante toda essa jornada que construímos juntas, ter o seu apoio me fez ter segurança para enfrentar esse ciclo.

Aos meus pais que estiveram no início da minha estrada, nos mais difíceis dias e nunca deixaram de acreditar em mim. Essa defesa é a prova de que estamos no caminho certo, caminho que eles nunca me deixaram desistir, mesmo quando eu já não acreditava mais. Viver em um país como o nosso, é matar um gigante a cada dia. Meus pais ultrapassaram diversas barreiras para hoje ter as três filhas em uma Universidade pública.

Às minhas irmãs Layane Viegas e Bethilde Viegas, por estarem comigo nos sufocos e perrengues, por entenderem que eu não sou e nunca fui fácil de lidar, mas mesmo assim, estão presentes nos momentos em que mais preciso. Bela por me incentivar sempre a me alimentar melhor e mais saudável, por não me deixar parar e ficar sedentária. À caçula da família por cuidar sempre da formatação dos meus textos, ela os torna ainda mais perfeitos. Por organizar documentos e papeladas as quais eu não tenho a menor paciência e por fazer chá de folha de alface quando estive em crise. Obrigada às duas por aguentarem a minha bagunça e as minhas desordens.

À minha querida Ana Beatriz, minha irmã e amiga, por todos os dias que largou seus textos e leituras, e correu para a minha casa para cuidar das minhas tristezas. Por me ouvir nos dias de chuva, por me ligar para contar as histórias. Por sair comigo no meio de uma pandemia e se refugiar na reserva em longas e longas caminhadas nas tardes. “Não sei como será os meus dias quando eu não puder correr para tua casa e me sentar no tapete para chorar, ou pra comer a comidinha de Dona Maria.” Obrigada por “você aguenta sim” ou pelas vezes em que foi necessário “saí disso Thaisa, está te fazendo mal”. Por se estreitar ao meu lado e me ouvir, por segurar minha mão e dizer que tudo ia dar certo. Eu me sinto a pessoa mais incrível com você. Dney, você estava certo, nós realmente tínhamos que nos conhecer. Bioda!

Agradeço à minha flor Letícia Mourão, por mais de 20 anos de amizade e acolhimento, a minha irmã, amiga e confidente. Por acreditar em mim sempre, sempre mesmo. Por cuidar muito bem de mim durante a minha solidão na pandemia. Por me ligar, por se preocupar. Por estar ao meu lado nos dias bons e nos dias difíceis. Por não me deixar cair nos buracos mais profundos que eu mesma crio, por ser doce e firme. Por me fazer lembrar da realidade que vencemos, por se orgulhar de mim e ficar feliz com as minhas vitórias. Por me apoiar em cada loucura que eu invento e sempre me fazer ver que serei boa em tudo que eu quiser me meter. Por ser a única que me entende quando sumo, por sempre me deixar voltar quando preciso. Por me incentivar a ir mais longe. Por rir, por chorar, pela bela insolação na praia que pegamos, pelas bebedeiras dos encontros. Você é meu doce lar amigo, minha melhor memória da infância, minha melhor pessoa infinita.

À Vitória Mota, por abrir as portas de sua casa e de sua vida. Por me colocar em um quarto e me incentivar a escrever. Por estar aqui para me ouvir e me consolar, pelas leituras de poemas. Pelos cafezinhos da tarde, pelas conversas, trocas, ouvidos. Por entender o meu processo e me fazer ver cada parte importante dele. Por me segurar em seu colo e me deixar chorar, por ser dura quando eu precisei ouvir as verdades, por me entender sem eu precisar dizer muito.

À Rayana Souza, a melhor jogadora de basquete desta cidade e uma das melhores pessoas que tive a oportunidade de conhecer esses anos tão difíceis. Só consigo ser grata por todo incentivo que recebo em doses diárias de carinho e cuidado. É impossível estar ao seu lado e não se sentir uma pessoa extraordinária. Eu tenho o privilégio de ter você ouvindo as minhas longas histórias.

À Núbia, toda gratidão.

E à todos que estão fazendo parte desse ciclo e não me deixaram desistir.

RESUMO

Este estudo parte das relações entre a personagem Ferreira Gullar com o espaço exílico na obra *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) durante o período da Ditadura Militar que se instaurou no Brasil nos anos de 1964. A personagem/narrador transita por diferentes espaços (Rússia, Chile, Argentina) para fugir da perseguição política de seu país e vivencia experiências como testemunha que tanto presenciou os horrores da repressão, quanto sobreviveu a eles. Impossibilitado de retornar para o seu lugar de pertencimento, Gullar se torna um clandestino em terras estrangeiras, experiência uma vida no anonimato, cujo destino se torna cada vez mais incerto e inseguro. Buscamos por meio desta pesquisa compreender a forma como a personagem em *Rabo de foguete* se relaciona com o meio, desde a abrupta separação do seu lugar de origem aos espaços percorridos durante o exílio. Além disso, a memória da repressão revisitada por meio da escrita de testemunho, a complexa relação da literatura com o trauma. Pautaremos nossa metodologia numa pesquisa bibliográfica, voltada para o estudo da experiência a partir de Yi-Fu Tuan em *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (2013); Éric Dardel com a obra *O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica* (2015); Edward W. Said, com *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2003); Alexis Nouss em *Pensar o exílio e a migração hoje* (2020); Miriam L. Volpe, com *Geografias de exílio* (2005); Márcio Seligmann-Silva, com *O local do testemunho* (2010); Elio Gaspari com *A Ditadura Derrotada* (2014); com *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), de Beatriz Sarlo; Rosane Batista com *Ferreira Gullar: memórias do exílio* (2014).

Palavras-chave: Exílio; Ferreira Gullar; Ditadura Militar; *Rabo de Foguete*; Escrita de Testemunho.

ABSTRACT

This study starts from the relationship between the character Ferreira Gullar and the exile space in the work *Rabo de Foguete: Anos de Exílio* (2010) during the period of the Military Dictatorship that was installed in Brazil in the years of 1964. The character/narrator moves through different spaces (Russia, Chile, Argentina) to escape the political persecution of his country and experiences as a witness who saw the horrors of repression and survived them. Unable to return to their place of belonging, Gullar becomes a clandestine in foreign lands, experience a life in anonymity, whose destiny becomes increasingly uncertain and insecure. Through this research, we seek to understand how the character in *Rabo de Foguete* relates with the environment, from the abrupt separation of his place of origin to the spaces traveled during exile. Furthermore, the memory of repression revisited through written testimony, the complex relationship of literature with trauma. We will base our methodology on a bibliographic research, focused on the study of experience of Yi-Fu Tuan in *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (2013), Eric Dardel with the study *O homem e a terra: a natureza da realidade geográfica* (2015), Edward W. Said *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2003), Alexis Nouss in *Pensar o exílio e a migração hoje* (2020) Miriam L. Volpe *Geografias de exílio* (2005), Márcio Seligmann-Silva *O local do testemunho* (2010), Elio Gaspari in *A Ditadura Derrotada* (2014); *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva* (2007), in Beatriz Sarlo and Rosane Batista in *Ferreira Gullar: memórias do exílio* (2014).

Keywords: Exile; Ferreira Gullar; Military dictatorship; *Rabo de Foguete*; Testimony Writing.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	AS ESCRITAS DE SI	17
2.1	Literatura de testemunho	20
2.2	A escrita do trauma	23
2.3	O negacionismo e a Ditadura Militar	30
3	AS NUANCES DO FENÔMENO DO EXILIÊNCIA.....	38
3.1	As faces do exílio no plano político e social	39
3.2	A semântica do exílio	46
3.3	A angústia dos que ficam e o anseio dos que partem	51
4	RABO DE FOGUETE: OS ANOS DE EXÍLIO: ESPAÇOS TRANSITÓRIOS - TESTEMUNHO, EXÍLIO E SALVAÇÃO.....	57
4.1	Gullar e a escrita de testemunho: presente e passado.....	59
4.2	A experiência em Moscou: um exílio especial.....	64
4.3	Os sentidos da vida na América Latina: fragmentação da identidade.....	70
4.4	O rompimento do silêncio: Poema sujo e a salvação pela linguagem.....	89
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	93
	REFERÊNCIAS	97

1 INTRODUÇÃO

Hoje, ao refletir sobre aqueles momentos, estou certo de que o poema me salvou: quando a vida parecia não ter sentido e todas as perspectivas estavam fechadas, inventei, através dele, um outro destino (FERREIRA GULLAR, 2010, p.8).

A escrita, antes de mais nada, é uma relação íntima entre o sentir e a expressão desses sentimentos, que, muitas vezes, nos atravessam e são indizíveis. Esta epígrafe extraída das palavras de Ferreira Gullar reflete sobre a escrita do *Poema Sujo*, compreendendo aquele momento, e cada parte do processo de tessitura do poema, como o único escape para uma realidade indigesta. A escrita o salvou daqueles dias duros e difíceis. A pulsão do texto expôs o que Gullar não suportava mais aguentar. Foram exatamente estas palavras que mudaram também o nosso destino, tendo em vista que essa investigação parte das mudanças tanto do objeto de estudo inicial, quanto das mudanças internas que estão para além da pesquisa, mas que complementam o sentido e o impulso para este debruçamento.

Ao ingressarmos neste programa de pós-graduação, trouxemos a proposta de análise da obra poética da poeta, prosadora e dramaturga Hilda Hilst, escritora paulista a qual foi nosso objeto de pesquisa da graduação e do trabalho de conclusão do curso de Letras da UFMA. No entanto, após a nossa entrada no Grupo de Estudos de Paisagem em Literatura – GEPLIT, coordenado pela professora Márcia Manir, tivemos acesso a outras leituras e teorias. Assim, imergimos na paisagem pelo viés da Geografia Humanista, como também mergulhamos na leitura de inúmeras narrativas em prosa. Além disso, vivenciamos em paralelo um momento atípico na história do nosso país, o assombro da pandemia da Covid-19 fez com que criássemos um mundo íntimo e particular, onde a literatura foi o único escape para a solidão que o isolamento social nos impôs. Continuar com o nosso antigo objeto de pesquisa já não comportava mais as necessidades de falar sobre aquilo que se refletem em nossos dias, como o extremismo e a intolerância política.

A literatura nos salvou, assim como Ferreira Gullar que, diante do Estado de caos, viu como único refúgio as palavras e aquilo que elas podem expressar. Sua escrita nos atravessou e ainda nos atravessa. Não conseguimos mais desassociar a necessidade de falar sobre um momento tão significativo da nossa história, como foi a Ditadura Civil Militar, quando estamos vivendo um governo em que um dos maiores apoiadores da tortura é quem está no poder. A atitude de nos debruçarmos sobre o testemunho de Ferreira Gullar é uma forma de resistir aos assombros que ainda ressoam da Ditadura Civil Militar. Por estas razões *Rabo de Foguete: os anos de exílio*, faziam-nos muito mais sentido, porque não podemos permitir que a história se repita por outros caminhos e formatos, o que, infelizmente, acontece.

Ferreira Gullar, pseudônimo de José de Ribamar Ferreira, é, sem dúvida, uma grande expressão da Língua Portuguesa e o seu trabalho contribuiu significativamente para o cenário da produção nacional. No Maranhão, o escritor foi um dos fundadores da revista *A ilha*, grande responsável pelo lançamento do pós-modernismo no estado, ao lado de escritores como Lucy Teixeira e Bandeira Tribuzi, entre outros. No período em que esteve no Rio de Janeiro, o poeta fez parte do movimento concretista e participou de uma exposição que deu início ao movimento no país. Tempos depois, afastou-se dessa estética e deu início a um outro movimento literário, o neoconcretismo, cujos preceitos se opõem ao movimento anterior. A partir dos anos de 1960, Gullar passou a manifestar uma escrita com maior engajamento político, cessando um período de produção e dando início a outro.

O escritor maranhense é um dos maiores representantes da literatura moderna e pós-moderna, principalmente aquela que diz respeito à poesia. Precursor e um dos fundadores do neoconcretismo, desenvolveu trabalhos como poeta, prosador, tradutor, biógrafo e ensaísta. Foi um dos poetas de sua geração a pisar no século XXI, falecendo aos 86 anos em dezembro de 2016, no Rio de Janeiro, bem longe da capital em que viveu a sua infância. Hoje o escritor e poeta ocupa a 37ª cadeira da Academia Brasileira de Letras. Em vida, Ferreira Gullar foi considerado o maior poeta vivo brasileiro. Como escritor, presenciou e produziu quase que durante um período de seis décadas de movimentos artísticos.

Neste mesmo período, o cenário político brasileiro passa por sérias mudanças que afetam não só a democracia surgente, mas todos os âmbitos da nossa sociedade. Em 1º de abril de 1964, o país assistiu ao fim de um governo derrubado por um golpe articulado pelos militares. Inicia-se a Ditadura Militar, que coloca um ponto final no mandato de João Goulart, o atual presidente do país à época, eleito por meio do voto direto. A Ditadura militar durou cerca de 21 anos e, durante esse período, o Exército brasileiro e a Polícia Militar tiveram concentrado em seu poder o funcionamento de toda a sociedade. A repressão foi uma das consequências do autoritarismo da Ditadura Militar. Toda e qualquer pessoa que fosse considerada uma “ameaça” aos princípios ideológicos e políticos do regime, ou ao funcionamento desse governo, era detida, interrogada e sujeita a qualquer ato de banalização e desumanização.

O Regime Militar foi responsável pela disseminação do ódio, pela tortura, pela censura e perseguição política, além de outros crimes que violaram o direito à liberdade e à vida. Esse período sombrio da nossa história deixou marcas muito profundas, traumas incuráveis e vítimas fatais. Os porões sangrentos da Ditadura ainda possuem os rastros de horrores praticados pelos militares, atos de extrema violência em nome de um poder que paira no

egocentrismo humano, na ignorância e no extremismo político. Uma memória que não pode ser esquecida, repetida e ressoada. Uma sequência de falhas e faltas que levaram centenas ao desaparecimento, ao exílio e ao massacre. Muitos foram os que tiveram seus corpos violados, suas vozes silenciadas e, até mesmo depois de tantos anos após o fim do absolutismo, ainda se ouve o silêncio.

Rabo de foguete: os anos de exílio (2010) é uma obra memorialista, escrita após dez anos do fim da Ditadura Militar. Nasce do silêncio que precede a linguagem e todas as suas significâncias. É a escrita como um ponto de refúgio, uma fuga da dura realidade que se passava, escrever como forma de aliviar as dores. Seu valor carrega as marcas dos tempos sombrios que a América Latina vivenciou nos anos 60 do século XX e que perdurou até a década seguinte. Durante esse período de repressão, toda e qualquer pessoa que tivesse qualquer envolvimento político, que se opusesse ao que se instaura no momento, era perseguido, torturado ou mesmo morto. Devido ao risco iminente, ao clima de instabilidade constante, à insegurança, muitas pessoas passaram a viver às sombras, escondendo-se a todo custo dos militares. Dessa forma, para que não fossem identificadas pelo sistema, assumiram nova identidade e viviam uma vida clandestina.

Assim como outros intelectuais que viveram esses anos sombrios, Ferreira Gullar foi um dos muitos pensadores que presenciou a dureza do Regime Militar e a repressão política. Vinculado ao Partido Comunista do Brasil, seu nome foi fortemente ligado à oposição e, por essas circunstâncias, o escritor, assim como muitos outros intelectuais da sua geração, foi perseguido e caçado pelos militares. Por questões de sobrevivência, foi exilado de seu país em terras estrangeiras. A obra *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) é uma obra que narra as experiências do escritor durante esse período em que esteve no Brasil e quando se instaurou a Ditadura, perpassando também pelas memórias dos caminhos que trilhou em outros países onde buscou abrigo até o retorno às terras brasileiras depois de anos impossibilitado de voltar. Uma escrita que reflete as experiências de terror, medo e insegurança, assim como as dores e a saudade de casa.

A partir, portanto, dessa obra nasceu nossa pesquisa, dedicada a analisá-la à luz das perspectivas da memória, do exílio e da escrita de testemunho. Como objetivos específicos, nos interessa identificar os principais conceitos sobre a escrita de testemunho, como base norteadora para a compreensão da obra que narra sobre as memórias do autor, para que, num segundo momento, possamos compreender a experiência de exílio vivenciada pela personagem principal e as relações com o espaço transitado durante o período de fuga da perseguição política, tendo em vista os estudos do processo de migração pelo viés político e

os preceitos da geografia política. Além disso, a escrita nasce a partir das memórias do autor e da necessidade de se quebrar com o silêncio que perdurou anos e anos, o escape para as dores e as angústias.

A escolha, portanto, de *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010), deve-se a sua grande importância no cenário nacional, especificamente porque trata da memória da Ditadura Militar sob o olhar íntimo de quem presenciou não só o desdobramento da história, mas que sobreviveu à violência assistida. Por conta do seu envolvimento político com a oposição, ele se torna alvo de perseguição política e um prisioneiro em seu próprio país. Uma personagem deixa de ser um cidadão livre e passa a viver como um foragido da lei. Um conflito angustiante de não poder mais permanecer em seu lugar de origem, sentimento de não estar mais seguro em lugar algum. Não é mais possível transitar como um homem livre dentro do seu próprio espaço, o medo é uma realidade que assombra e a segurança é um sentimento volátil. A única alternativa é migrar de seu país e buscar exílio em um outro espaço.

Como processo metodológico, este estudo é de natureza exploratória, tendo como método investigativo a pesquisa de cunho estritamente bibliográfico, levando em consideração o que Antônio Carlos Gil destaca a respeito da pesquisa bibliográfica na obra *Como elaborar projetos de pesquisa* (2002), de que se trata de um estudo que se desenvolve exclusivamente através de fontes bibliográficas. Dessa forma, ressaltamos como principais eixos temáticos deste estudo a escrita de testemunho, a experiência de exílio, as relações com os espaços de transitoriedade e os entrelaces com a história da Ditadura Militar. Quanto ao primeiro eixo, buscamos trabalhar os principais conceitos das escritas de si, aquelas que são de suma importância para a compreensão da obra e a que se manifesta mais claramente no texto de Ferreira Gullar, como a escrita de testemunho. *Rabo de foguete: os anos de exílio* é uma obra com traços da escrita de testemunho, pois o escritor e poeta Ferreira Gullar narra suas experiências como exilado após os anos de opressão terem se findado.

A obra em questão está organizada em quatro partes, cada uma delas corresponde a um período em que o escritor esteve em um determinado espaço e a vivenciou estando exilado. Cada uma dessas experiências se deu de forma distinta, provocando um tipo de sentimento e instabilidade que são característicos da pessoa em situação de exílio, de maneira que nos interessou compreender cada uma dessas experiências, seja elas um exílio, insílio ou mesmo um desexílio, mas que manifestam na personagem o medo e a falsa sensação de nunca mais voltar a casa, principalmente pela permanência em território estrangeiro e por questões políticas que o impedia de retornar.

Dessa forma, além de tudo, é uma obra memorialista, com fortes entrelaçamentos com a história da Ditadura. Estar diante de fatos que aconteceram em anos sórdidos e angustiantes, refazer os passos dados em meio a um estado conturbado, lembrar amigos e pessoas não mais presentes. Revisitar os anos de exílio, as memórias do escritor é tocar em um trauma, uma ferida que estará sempre aberta, da mesma forma que revisitar as emoções que essas memórias podem provocar. Escrever sobre estes anos foi a forma de quebrar o silêncio que o terror causou. É a escrita que salva e alivia os tormentos, talvez até possamos arriscar em um elo com tudo aquilo que ele deixou para trás quando a Ditadura começou. *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) é sobre a fuga em diferentes âmbitos, mas também é uma busca por dias melhores. É uma obra memorialista, autobiográfica, exílica, é a escrita que nasce do temor, mas, principalmente, do silêncio.

Sob a perspectiva de sua estrutura, esse estudo dissertativo está organizado em seis capítulos. O primeiro deles diz respeito à introdução da temática, assim como a apresentação dos principais eixos teóricos e a fundamentação das análises. O segundo capítulo, “As escritas de si”, aborda as literaturas de escrita íntimas e os conceitos pertinentes sobre a obra em questão. Este capítulo está subdividido em três partes, que correspondem aos três tipos de escrita de si correlacionadas à obra em estudo: a escrita autobiográfica, a autoficcional e a escrita de testemunho. Conceitos sobre os quais nos debruçamos para compreender melhor a produção de Ferreira Gullar sobre os anos de exílio. Para esse momento, buscamos fundamentação na obra de Márcio Seligmann-Silva, *O local do testemunho* (2010), que nos fundamenta sobre a escrita de testemunho, entre outros estudos como o de Valeria de Marco (2004), Lizandro Carlos Calegari (2014) e Diego Frichs Antonello (2016).

No terceiro capítulo, “As nuances do fenômeno da exilância”, recorreremos aos conceitos que tangem a experiência de exílio e as suas diferentes nuances. Buscaremos compreender este fenômeno que tanto caracteriza a modernidade, como é um fator imprescindível dentro da obra pós exílica de Ferreira Gullar. Sendo assim, para este momento da dissertação, buscaremos como fundamentação teórica autores que discutam a questão do exílio de forma política e semântica. Consideramos fundamental a contribuição de estudiosos como Alexis Nouss, com a obra *Pensar o exílio e a migração hoje* (2020); Edward W Said com o estudo *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios* (2003) e Miriam L. Volpe com a obra *Geografias de exílio* (2005) para tratarmos de conceitos como exílio, insílio e desexílio. Ressaltamos que foi de suma importância trazer para perto estes conceitos para compreendermos melhor a experiência vivida pelo escritor em todos os espaços que ele percorreu.

Quanto ao último capítulo, “Rabo de foguete: os anos de exílio: espaços transitórios - testemunho, exílio e salvação ”, desenvolvemos uma leitura crítica da obra em estudo a partir dos conceitos abordados nos capítulos anteriores. De maneira que, nos propusemos a analisar a escrita de Ferreira Gullar em *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) partindo da experiência de exílio, fundamentando a obra como uma escrita que nasce do testemunho de um sobrevivente da Ditadura Civil Militar. As memórias de Gullar se ligam a experiência em cada um dos espaços que percorreu e vivenciou o desterro. Para este momento, traremos a obra de Elio Gaspari com *A Ditadura Derrotada* (2014) e Rosane Batista com *Ferreira Gullar: memórias do exílio* (2014), uma das grandes estudiosas da obra de Ferreira Gullar. Sendo assim, este capítulo em especial tem a finalidade de demonstrar como estes aspectos se apresentam na escrita do poeta e como as suas memórias são importantes para preencher as lacunas da memória da Ditadura Militar no Brasil. Por fim, nossas considerações finais apontaram de maneira crítica e conclusiva aquilo que compreendemos da obra como um todo.

2 AS ESCRITAS DE SI

Falar sobre as escritas de si é, sem sombra de dúvidas, falar sobre o eu, as suas experiências humanas, a escrita como um exercício da memória. Os textos intitulados como *gêneros confessionais* ainda possuem conotações teóricas que pouco abarcam as suas dimensões e que, de certo modo, se confundem no meio da busca por uma definição. O que se percebe é uma linha tênue entre cada uma delas, existindo apenas alguns detalhes que dividem as fronteiras entre autobiografia, autoficção, diário, memórias e autorretrato. Literaturas que compõem o arsenal do gênero confessional, mas que não compreendem a mesma ordem de escrita. Outro fator que dificulta uma definição teórica está na maneira como nos aproximamos de uma literatura narrada pelo *eu* sobre si mesmo, que, muitas vezes, está suscetível a erros e equívocos, principalmente quando não levamos em consideração o *pacto* firmado entre o leitor e o texto.

Partindo da investigação a que nos propomos acerca da obra *Rabo de foguete: e os anos de exílio* (2014), consideramos que é de suma importância iniciarmos a discussão trazendo a escrita de testemunho como um dos assuntos que permeiam as escritas de si e que nos levarão a compreender melhor o objeto de estudo desta dissertação. Nesse sentido, abordaremos as questões pertinentes a literatura de testemunho, que perpassa pela escrita do trauma e o forte movimento negacionista que tenta invalidar a sua importância. Tal percurso se faz necessário porque a obra do autor possui traços autobiográficos, já que narram um período da sua vida, mas principalmente da escrita de testemunho, por ser uma narrativa de quem sobreviveu a um episódio de repressão e perseguição política.

O debruçamento sobre esse tipo de literatura nos levará a compreender melhor a obra de Ferreira Gullar, escrita sobre o período em que esteve exilado em outros países na América e Europa. Desde já, salientamos que, assim como os outros gêneros aqui tratados, a literatura de testemunho também possui inúmeros conflitos que decorrem da sua concepção enquanto literatura e, principalmente, enquanto testemunho. São duas questões delicadas as quais pretendemos abordar neste subcapítulo, tendo em vista a obra de Márcio Seligmann-Silva, *O local do testemunho* (2010), e *A literatura de testemunho e a violência de estado*, de Valeria de Marco (2004) como contribuições norteadoras da questão.

A expressão *literatura de testemunho* passou a ser veiculada durante os anos de 1990 e, desde então, tem ganhado espaço no meio crítico e literário. Mas falar sobre literatura de testemunho nos faz pensar inicialmente no significado do termo em si. Mas afinal, o que seria uma literatura de testemunho? Partindo de uma visão comum como leitor, respondemos de

imediatamente que devia se tratar de uma revisita por alguém que sobreviveu a episódios de violência. De certo, o seu significado ainda é muito impreciso, mas não podemos deixar de ressaltar que a expressão remete à literatura em paralelo à violência. Segundo Valeria de Marco, existem duas concepções acerca da literatura de testemunho. Uma delas se desenvolve no âmbito das literaturas latino-americanas, enquanto que a outra está voltada para o campo da reflexão sobre o holocausto. De acordo com a autora, comportam literatura, mas levantam questões acerca do testemunho.

Segundo Márcio Seligmann-Silva (2010), o termo “testemunho” implica duas posições: uma de proximidade e a outra, de capacidade de julgar. Quem testemunha tanto presença, quanto desenvolve e retém o poder sobre um ponto de vista. No entanto, as duas posições destacadas pelo autor têm a visão e o ver como um ponto em comum, o que, segundo ele, é uma associação que remonta à antiguidade. Dessa maneira, para compreender melhor o termo e a relação entre o testemunho e a situação paradigmática da testemunha, Seligmann-Silva (2010) recorre a dois conceitos: *Terstis* e *Superstes*.

Segundo o autor (2010), a testemunha que presencia por meio da visão se aproxima de dois paradigmas, o da historiografia e do tribunal, pois a testemunha é tanto quem presencia um fato histórico, quanto quem esteve presente e pode dar o seu parecer à justiça. Esses dois paradigmas podem ser explicados pela etimologia da palavra originária *terstis*, que quer dizer terceiro e *superstes* relacionada a sobreviver com subsistir. Sendo assim, podemos colocar paralelamente a diferença entre esses dois tipos de testemunha da seguinte forma: enquanto *terstis* remete à terceira pessoa que testemunha um acontecimento, *superstes* é tanto alguém que testemunha um desdobramento, quanto subsistiu e sobreviveu a ele.

Augusto Sarmiento-Pantoja (2019) destaca ainda outro conceito, o de *arbiter*, ligado à faculdade do ouvir, o que, para o autor, completaria a tríade testemunhal iniciada por Seligmann-Silva. A testemunha *arbiter* não nos interessa inicialmente, mas é curioso perceber a importância desse narrador que ouviu o testemunho e a partir dele compreende as experiências. De acordo com os estudos de Sarmiento-Pantoja, “[...] *arbiter* representa a figura da testemunha que ouve e julga, sem ter participado daquela experiência” (SARMENTO-PANTOJA, 2019, p. 13). Essa testemunha seria o juiz que, apesar de não estar presente nos fatos e nos acontecimentos dele decorrentes, ele possui a faculdade de ouvir e julgar sem envolvimento direto, mas por meio do que é narrado pela testemunha primária. Mas, para além disso, por não ter essa experiência de vivenciar os fatos em primeira instância, o *arbiter* tem o poder de selecionar o que pode ou não ser considerado testemunho.

Tendo em vista estes conceitos, diante da obra de Ferreira Gullar, *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2014), percebemos a manifestação da voz de testemunho que não só presenciou o Estado de extrema direita, mas sobreviveu a ele. Uma testemunha de episódios na história como a Ditadura Militar, é não só uma testemunha que presencia, como também é um sobrevivente. Por mais drásticas e severas que tenham sido suas consequências, testemunhar para além é sobreviver, *superstes*. Diante disso, podemos compreender a diferença entre o *terstis* e o *superstes*: um implica o lugar de terceira pessoa, enquanto o outro, o de sobrevivente:

O «manter-se no fato» do *superstes* remete à situação singular do sobrevivente como alguém que habita na clausura de um acontecimento extremo que o aproximou da morte. Nosso *mártir* moderno está mais perto deste sentido do que do testemunho como *testis*. O modelo do testemunho como *superstes* tem audição e não a visão em seu centro. Pensar a história a partir dele significa aprender a diminuir o papel dado ao *ístor* do termo e se pensar em uma história mais auricular: aberta aos testemunhos e também ao próprio evento do testemunhar, sem reduzir testemunho a *meio* (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 177).

Esse trecho da obra de Seligmann-Silva explica muito bem a concepção adotada pelo autor. A voz do *superstes* é não só de quem presenciou o desenrolar dos acontecimentos de violência, mas de alguém que subsiste a situações extremas, esteve muito perto da morte e que, por pouco, não se contabilizou entre as vítimas. Um sobrevivente é alguém que reúne a visão interna, esteve no epicentro do caos, da maldade, foi tanto desumanizado, quanto reduzido a nada. Como são as palavras de quem experimentou a dor em suas mais diferentes formas? Que se fragmentou por inteiro até não existir mais nada e ter que resistir diariamente às piores situações de crueldade? É este testemunho difícil de dizer, de diluir e de se ouvir do qual estamos tratando. É por meio deste que se repensa a história, se reconstrói os fatos e se desenvolve uma nova visão. Uma testemunha *superstes* é um elo doloroso com o passado, é como uma fenda aberta que não se desprende, está lá e aqui ao mesmo tempo, porque é impossível ser o mesmo depois de sobreviver ao trauma. A experiência de morte é quem media a linguagem, nos põe diante da relação complexa entre a literatura e a maldade.

É importante ressaltar que, apesar de priorizar os preceitos do testemunho pelo *superstes*, Seligmann-Silva não descredibiliza o testemunho *terstis*, muito menos trata-o como conceito antônimo, para não correr o risco de usar um termo como algo ultrapassado pelo moderno. Um paradigma não rompe com o outro, pelo contrário, de acordo com o autor, eles atuam com a mesma importância, mesmo que tenham valores diferentes. Ocorre que ter uma perspectiva da história por meio do testemunho perpassa tanto a memória e o esquecimento, quanto o julgamento jurídico. E reitera que “O essencial, no entanto, é ter claro que não existe

a possibilidade de se separar os dois sentidos de testemunho assim como não se deveria separar de modo rígido historiografia da memória” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 179). Um completa a existência do outro.

A linguagem e a literatura são a ponte para a realidade de quem sobreviveu, quem testemunhou, o testemunho seria como um vórtice entre a história e a memória, entre os fatos em si e as narrativas internas sobre eles, um pensamento aberto para a linguagem. É por meio da linguagem que se unem os pontos e os fatos. Acerca desses conceitos e da relevância de cada um deles é possível pensar o lugar do testemunho no campo literário. A partir daqui, iniciamos a discussão acerca da literatura de testemunho, visto que teceremos considerações muito importantes a respeito das vozes e dos três principais paradigmas que as cercam. Retomaremos adiante a respeito de duas concepções teóricas sobre a literatura de testemunho discutidas por Valeria de Marco, as quais nos ajudarão a compreender esse tipo de escrita que se manifesta no século XX.

2.1 Literatura de testemunho

Consideremos em um primeiro momento a crítica literária voltada para a literatura de testemunho da América Latina. Segundo Valeria de Marco (2004), ela se divide em duas acepções. A primeira delas “[...] orienta o exame de textos que, construídos a partir de múltiplas combinações de discursos literários, documentais ou jornalísticos, registram e interpretam a violência das ditaduras da América Latina durante o século XX” (MARCO, 2004, p. 46), ou seja, funcionam como um compilado para se contrapor à história das Ditaduras a partir dos relatos das vítimas. Enquanto a segunda acepção parte do testemunho de Rigoberta Menchú e se concentra nas literaturas hispano-americanas. Apesar de haver muitas divergências entre as duas, já que cada uma volta o seu olhar para um determinado processo social, há, nesse meio, um forte entrelaçamento entre o resgate da História contemporânea e a produção literária.

Especialmente nessa segunda acepção da crítica literária discutida por Marco, o texto literário se constitui por dois narradores, o primeiro que a autora chama de “narrador de ofício” e o segundo chamado de “subalterno”, que decorre das experiências e não pertence aos espaços de produção de conhecimento científico, mas que, a partir do seu relato, pode produzir uma nova visão sobre a sociedade. Em outras palavras, a autora se refere a esses dois narradores por meio de suas funções exercidas sobre o testemunho: o que recolhe a narrativa é aquele que narra as suas experiências. Vemos aqui claramente a função do testemunho

arbiter, mesmo que a teórica não faça essa correlação com as categorias exploradas por Márcio Seligmann-Silva:

Essa corrente propõe tópicos para construir uma definição de literatura de testemunho e para esboçar a caracterização de uma forma. Ela supõe o encontro de dois narradores e estrutura-se sobre um processo explícito de mediação que comporta os seguintes elementos: o editor/organizador elabora o discurso de um outro; este outro é um excluído das esferas de poder e saber na sociedade; este outro é representativo de um amplo segmento social ou de uma comunidade e, portanto, por sua história ser comum a muitos, ela é exemplar (MARCO, 2004, p. 47).

Ou seja, para essa corrente da crítica, a literatura de testemunho dispõe de dois narradores, um letrado e o outro que vivenciou as opressões. De todo modo, os dois atuam juntos dentro dessa dinâmica do texto literário em que o discurso é elaborado por meio do relato de experiência. Nesse sentido, vale destacar que outras linguagens textuais também constituem os testemunhos, a exemplo das cartas, diários, memórias, autobiografias, depoimentos e outras expressões imediatas não ficcionais. Em consonância a estas duas figuras, a obra desponta um perfil literário que parte de dois discursos, aquele que trabalha a literariedade dos fatos e o outro que explora a literalidade da linguagem.

Dessa forma, a partir dessa organização, segundo a autora, surgem dois tipos de testemunhos em que o “narrador ofício” media o discurso do “subalterno”. O primeiro é o testemunho romaneado – jornalístico e sócio-histórico – e o outro seria o romance testemunho – ou pseudotestemunho – em que a ficção remonta à história e preenche as lacunas pela testemunha primária ou refaz as cenas de violência como se elas estivessem acontecendo naquele instante. Marco ressalta por meio dos seus estudos que esse tipo de testemunho que resgata a voz do oprimido e excluído é um campo fértil não só para a crítica literária, mas também para outras áreas do conhecimento. Segundo ele, estes textos nos fazem repensar os cânones da literatura, principalmente porque lança um olhar para os silenciados e dá vozes para outras identidades.

Diante disso, a autora tece ainda algumas críticas e considerações a esse tipo de literatura de testemunho. Segundo ela, um primeiro aspecto está relacionado aos próprios pressupostos considerados problemáticos, uma vez que sendo esta uma forma de literatura múltipla, logo não comporta um formato específico, ou seja, não é passível de canonização enquanto gênero literário. O segundo aspecto diz respeito ao que a autora nomeia como “questão ideológica”, que seria a tendência de atribuir à Cuba as responsabilidades das catástrofes da América Latina do século XX, sendo que este século é marcado por outros inúmeros eventos sociais que culminaram no extermínio das minorias.

Isto posto, dando continuidade às reflexões feitas por Valéria de Marco acerca das duas concepções críticas da literatura de testemunho, nos debruçamos nesta parte do estudo sobre as considerações que a autora tece acerca da literatura produzida a partir da experiência do *Shoah*. Em primeiro momento, devemos esclarecer que este termo é utilizado para substituir a palavra “holocausto”, que consiste no genocídio de seis milhões de judeus durante a Segunda Guerra Mundial na Alemanha nazista. E que, a partir desse acontecimento desumano, muitas linhas do conhecimento científico passaram a desenvolver reflexões a fim de compreender a sua complexidade. Dentre estes, o campo da crítica literária, que lança o olhar sobre os escritos produzidos durante e sobre a barbárie nazista:

Como narrar o horror dos campos de concentração, se os que o viveram inteiramente não sobreviveram para contar? Os que sobreviveram enfrentam o dilaceramento entre a culpa por ter sobrevivido e o imperativo ético da necessidade de narrar sem trair a verdade. Perante a barbárie da shoah, que desafia as formas de pensar, como conciliar no discurso a atitude de não desistir do conhecimento e ser fiel à natureza do vivido? O testemunho tem que falar do que viu e do que se passou sem poder instalar-se no presente com a tranqüilidade de referir-se a um passado, pois sua vivência não cabe no campo do finito, do acabado (MARCO, 2004, p. 55).

A literatura de testemunho Shoah é uma complexa relação entre a literatura e a maldade. O testemunho que se produz sobre a experiência de sobreviver à crueldade dos campos de concentração, câmaras de gás e as maiores desumanidades nazistas, perpassa as dores, se dilui nos traumas e carrega o peso da culpa de ter sobrevivido. Uma mistura de sentimentos entre o não merecer ser um dos poucos e o temor pelo compromisso com os que foram em relatar a verdade. Revisitar as memórias dos horrores, do extremo da dor, do medo e do trauma é como enfiar um objeto pontiagudo em uma ferida mal cicatrizada.

Como tornar em palavras os obscuros que habitam a memória? Como trazer do passado uma realidade que talvez nem possa ser dimensionada na modernidade? Até que ponto o texto literário abarca a experiência do trauma do extermínio humano? São tantos os questionamentos que nos perpassam e, no mesmo instante, nos escapam. Quando nos propomos a discutir uma questão tão delicada quanto a do testemunho do sobrevivente, o *superstes*, não podemos deixar de esquecer que estamos diante das experiências de alguém que foi levado aos limites da sua sobrevivência. E para além, próximos intimamente por meio da escrita de uma versão da história que só pode ser alcançada por quem a experienciou.

Podemos ressaltar que, de acordo com o trabalho de Marco, a literatura de testemunho *Shoah* também pode ser dividida em duas tendências, uma hegemônica que, segundo a autora, preza pela veracidade, o que não aceita qualquer aproximação com a ficção. E a segunda já possui características opostas à da primeira, tendendo a se voltar para o âmbito mais estético.

Para compreender melhor em que consiste cada uma dessas tendências dentro do campo da crítica, teceremos considerações a respeito do que a autora ressalta sobre cada uma delas. Primeiramente, sobre a tendência hegemônica, temos um viés da crítica que não abre possibilidades para a ficcionalização, isso se dá por questões éticas e por conta do compromisso com a verdade. O testemunho compreendido por esse viés está “além de responder a uma necessidade interior e a um movimento seu com o objetivo de evitar a repetição daquela barbárie, relatar sua vivência é uma forma de dar notícia dos que não puderam falar[...]” (MARCO, 2002, p. 58). Testemunhar é relatar sobre a dolorosa experiência em consequência dos erros na história que não podem se repetir.

Já quanto o segundo viés, o seu foco central está voltado para a natureza do texto literário, entendendo o *Shoah* como um advento da modernidade, entendendo o horror que possa ser representado pela literatura, sendo um tipo de testemunho que não está restrito aos campos de concentração nazista. Mas ao contrário disso, é por meio do *Shoah* que se propõe o desenvolvimento de uma reflexão sobre a sociedade contemporânea. Um lado da modernidade que é proporcionado pela literatura de testemunho, lado que relata a barbárie do século, que, segundo a autora, ultrapassa as fronteiras e o horror, podendo soar por diferentes vozes. A exemplo disso, os sobreviventes das torturas, massacres e assassinatos cometidos durante as ditaduras latino-americanas: “Assim, trata-se de descrever como as marcas da convivência com o horror inscrevem-se na forma literária, como os procedimentos de construção do texto aludem à catástrofe, entendida como aniquilamento” (MARCO, 2002, p. 61). Tanto uma perspectiva quanto a outra advêm do massacre e do extremismo. Assim, a linguagem vai sempre carregar as marcas do trauma.

2.2 A escrita do trauma

Um evento tão caótico e violento como a Ditadura Civil Militar não poderia deixar resultado diferente na sociedade do que as marcas que ficaram. Estudiosos da repressão consideram a implantação do Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 1968, uma das medidas que funcionou como um divisor de águas nesse período. Após o AI-5, a perseguição política se tornou muito mais violenta e a maneira que os militares tratavam os seus opositores, passou a ser desumana. Direitos políticos e jurídicos e o direito à liberdade, foram fortemente desrespeitados e ameaçados. A frente militar esmagadora se apropriou de diferentes formas de tortura para extrair informações dos seus opositores: “De 1968 a 1972, particularmente, observaram-se as mais variadas formas de violência empregadas contra qualquer um que se colocasse contra as ideologias do governo” (CALEGARI, 2014, p. 3).

Não só os que de fato faziam alguma oposição, mas toda e qualquer pessoa que descumprisse a ordem do sistema. A subversividade era tratada com métodos sofisticados de tortura e repressão, fortes o suficiente para amedrontar e silenciar os adversários.

Todo tipo de tortura foi incorporada aos métodos dos militares nessa tentativa de controle dos seus opositores e subversivos. A violência extrema fez vítimas fatais, e as que resistiram, carregaram e carregam em si cicatrizes físicas e psicológicas. Não há como reviver a Ditadura Civil Militar sem trazer à tona a brutalidade com a qual os militares tratavam seus opositores. O terror caracterizou o período assombrado pela perseguição política, tortura e execução, ações comuns das atividades militares:

A Ditadura Militar se ocupou de um aparato sofisticado tanto para inibir seus opositores quanto para extrair de suas vítimas informações que, muitas vezes, as incriminavam. Dentre os métodos de tortura mais utilizados, conforme proposto no famoso livro *Brasil: nunca mais* (1985), tinha-se a cadeira do dragão, a cama cirúrgica, a coroa-de-cristo, a palmatória, a geladeira, a pancadaria, as queimaduras, o arrastamento por viatura, os choques elétricos e os afogamentos (CALEGARI, 2014, p. 3).

Além de outras atrocidades que não foram mencionadas pelo autor, mas que fizeram parte do arsenal dos horrores e desumanidades cometidos pelos militares. Essa forma ostensiva e criminosa tinha um único propósito: o de manter o militarismo no poder por muito mais tempo. E para isso, buscaram acabar com o inimigo iminente, pois a dor era um mecanismo de poder no sistema repressivo ditatorial. Acontece que a tortura não era só usada para extrair informações das vítimas, ela também era uma forma de fazer com que as vítimas se autoincriminassem. Os métodos eram tão desumanos que faziam com os agredidos perdessem a noção de tudo, eram reduzidos a níveis desumanos: “Com isso, esses indivíduos ficavam marcados por sequelas físicas e psicológicas e perdiam, muitas vezes, por determinado tempo, os sentidos e as noções espaciais e temporais” (CALEGARI, 2014, p. 4). Sendo assim, era muito mais fácil conduzi-los a qualquer coisa, ultrapassando os limites humanos dos indivíduos.

É exatamente nesse ponto que nos interessa essa discussão, pois essas práticas violentas que foram aplicadas em diversas pessoas ao longo do período da Ditadura, deixaram traumas nos sobreviventes e esses traumas podem ser percebidos por meio das produções artísticas que sucederam esses anos. É importante ressaltar que neste subcapítulo nos debruçarmos sobre a relação da escrita com o trauma da Ditadura, da forma como são perceptíveis por meio da escrita as marcas deixadas pela violência. A Ditadura marcou toda uma geração e o trauma deixado na sociedade ainda se perpetua ao longo do tempo. Quando nos propomos a pensar a respeito da relação entre a literatura e o trauma, de antemão,

devemos levar em consideração que esse encontro existe por conta de uma experiência que excede os limites do eu. Sendo assim, é importante ressaltar que existem elementos na escrita que refletirão uma ferida aberta do *eu* que pode não ter sido curada e ainda esteja em processo de uma cura.

Um estudo a respeito dessas manifestações artísticas que expressam o trauma, é a obra *Ditadura, trauma e expressões artísticas brasileiras: entre o passado e o presente* de Lizandro Carlos Calegari (2014), onde o autor reflete sobre diversas obras em que o trauma pode ser percebido. A relação da escrita com o trauma nos permite perceber que a literatura acaba se tornando um espaço para revisitar as memórias das dores, isso não quer dizer que seja um processo fácil, que para além da linguagem escrita, a própria forma do texto também pode refletir essa dificuldade da vítima em retomar determinadas experiências. Além de outros sentimentos que se aguçam nesse processo de expressar a experiência da brutalidade e tudo o que isso implica (medo, vulnerabilidade, dor, luto). O texto também incorpora esses aspectos a que a vítima foi submetida e carrega consigo ao relatar por meio da escrita um trauma causado por uma circunstância política:

O estudo do testemunho exige uma concepção da linguagem como campo associado ao trauma. A escrita não é aqui lugar dedicado ao ócio ou ao comportamento lúdico, mas ao contato com o sofrimento e seus fundamentos, por mais que sejam, muitas vezes, obscuros e repugnantes. (GINZBURG, 2008, p. 3).

Segundo o autor, a escrita que parte de um relato, não tem por finalidade estética o belo, o lúdico ou o fazer da tessitura, o que está em primeiro plano é o sofrimento, a maldade humana, ou seja, a escrita também é um lugar para a dor, as obscuridades e aquilo que muitas vezes consideramos repugnantes. Tratando-se das literaturas que nascem das memórias das vítimas da Ditadura na América Latina, no século XX, é perceptível que a escrita também seja um lugar para o terror e o trauma. Sendo assim, é importante antes, de mais nada, trazer para essa discussão o que compreendemos como trauma. Vejamos:

[...] Freud caracteriza o trauma como uma ruptura no escudo protetor do aparato psíquico, causada por estímulos muito fortes ou intensos, que ultrapassam a possibilidade de sua assimilação pelo eu. Devemos levar em conta que o fator surpresa desempenha um papel fundamental para a ocorrência de um trauma, já que este se refere a uma situação de grande perigo que surpreende o eu, que não se preparou adequadamente para enfrentá-la (ANTONELLO, 2016, p. 15).

Esse trecho da tese de doutorado de Diego Frichs Antonello, *Trauma, memória e escrita: uma articulação entre a literatura de testemunho e a psicanálise* (2016), ressalta muito bem a segunda teoria freudiana a respeito do trauma, por meio de uma leitura da obra

Além do princípio do prazer (1920/1996). Segundo sucinta Antonello, é uma ruptura do escudo protetor do aparato psíquico, e essa ruptura é causada por um estímulo de grande intensidade. O que o autor considera como susto é justamente o evento surpresa de que o aparato psíquico não consegue se proteger por não ser esperado, e essa eventualidade é o que ocasiona esse rompimento: “Quando há uma falha no processamento da energia que chega ao aparato psíquico, significa que o escudo protetor não recebeu investimento necessário para conter a energia que chega a ele” (ANTONELLO, 2016, p. 15). Sendo assim, é provocado um rompimento pelo excesso, o que o autor chama de curto-circuito no aparato psíquico e que fere fortemente o eu.

Um ponto importante que vale ser ressaltado no trabalho de tese de Diego Frichs Antonello é o embate que existe entre a memória e o trauma. Segundo o autor, os dois andam em sentidos opostos. Mas o que seria a escrita de testemunho se não as memórias de um trauma? Segundo explica a respeito da teoria freudiana, quando não existe uma captura dessa ligação da energia pulsional, isso quer dizer que o aparato psíquico não a inscreveu, ou seja, não a registrou, houve uma falha no processo. Segundo o autor, “A produção de representações, a partir da energia pulsional, só pode ocorrer se tal energia for ligada ou processada, aspecto essencial para a formação da memória na concepção freudiana” (ANTONELLO, 2016, p. 15). Ou seja, para Freud, o que forma a memória é a ligação e processamento da energia pulsional e isso não acontece em uma experiência de trauma:

No trauma, entretanto, ocorre algo muito diferente: nos deparamos com uma impossibilidade de representação, porque não houve ligação da energia pulsional. Como consequência, os sujeitos traumatizados são assolados por sonhos e flash-backs, contendo imagens súbitas e literais daquilo que experimentaram. Não há esquecimento do que foi experienciado. Pelo contrário, o acontecimento traumático é revivido ou presentificado sob a forma de uma compulsão à repetição – um mecanismo defensivo, emergencial e automaticamente acionado na ocorrência de uma falha na ligação da energia pulsional (ANTONELLA, 2016, p. 27).

Dessa forma, o que ocorre em uma experiência de trauma é que não há esquecimento do episódio que excedeu o eu do sujeito. O que acontece é uma repetição da cena da experiência traumática, seja em sonhos e ou flashbacks, uma revisitação dolorosa e compulsiva: “A compulsão à repetição traz à tona toda a literalidade da cena traumática, que retorna compulsivamente para o sujeito traumatizado, com exatidão fotográfica” (ANTONELLA, 2016, p. 27). Essa repetição revive com literalidade a experiência, impossível aqui o esquecimento. Por esses motivos um sobrevivente de um trauma pode ter dificuldades de falar sobre o ocorrido, e isso não diz respeito a falhas na sua memória em

recordar os acontecimentos, mas à dor e ao medo que são tão reais quanto o sentido durante a experiência. Vale ressaltar o que:

Notemos que a literatura de testemunho, embora tenha sua origem na Shoah, não se resume a este terrível evento. Ela trata, sobretudo, de qualquer situação de violência da qual o autor teria sido vítima. Por isso, está intimamente ligada ao trauma e, conseqüentemente, à não-representação da situação vivida (ANTONELLA, 2016, p. 28).

A relação da literatura com o trauma pode ser vista de uma maneira um pouco confusa a priori, no entanto, em se tratando da literatura de testemunho, o autor destaca que essa relação foge do campo da representatividade. Vale ressaltar que de antemão, como já foi argumentado, a literatura de testemunho nasce das investigações do *Shoah*, no entanto não se restringe apenas aos relatos dos sobreviventes do holocausto, mas a todo o tipo de escrita que tenha como base fundamental o relato de sobrevivência a uma situação de violência e que esteja intimamente ligada ao trauma. Por isso, a memória da experiência não está restrita ao campo da representação porque parte do real, a realidade não só vista, mas sentida de maneira violenta.

Um trecho de um dos ensaios de Márcio Seligmann-Silva, “A história como trauma” da obra *Catástrofe e representação: ensaios* (2000), quando o autor questiona a respeito de “O que é o trauma? O trauma é justamente uma *ferida* na memória” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 84). Conclui que o trauma nada mais é do que uma ferida causada na memória. E que apesar dessa experiência parecer indizível, a linguagem é a única que possibilita este espaço, porque a linguagem contém tudo. Inclusive um espaço para a experiência que excedeu os limites de alguém. Mais a frente o autor também fala que “A recordação do momento de transbordamento é, na maioria dos casos, extremamente acríbica” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 85), ou seja, literal, sem representações. Dessa forma, só podemos conceber a escrita de um testemunho, essa relação do trauma com a literatura, a linguagem em face da uma realidade dolorosa.

[...] essa tensão ecoa a dialética entre memória e esquecimento: a impossibilidade de se separar um movimento do outro. Por um lado tanto o testemunho deve ser visto como uma forma de esquecimento, uma "fuga para frente", em direção à palavra e um mergulhar na linguagem, como também, por outro lado, busca-se igualmente através do testemunho, a libertação da cena traumática (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 90).

O que o autor tece em seu estudo diz respeito à literalidade da escrita de testemunho, em como esse tipo de literatura quebra com as convenções dos clássicos. O testemunho é uma linguagem que parte do real, não pairando por esses motivos na representação. No entanto, o autor ressalta a capacidade de comparação do indizível, isso com base nos testemunhos do

Shoah que incitam a discussão acerca da literatura de testemunho. Testemunhar é mergulhar em rasgos de memórias traumáticas, revivê-las implica dois processos de acordo com Seligmann-Silva: o esquecimento e a memória, dialéticas que para o teórico são inseparáveis. Esquecer é uma forma de seguir em frente e se curar do passado mergulhando na linguagem, como também formar uma memória libertando a cena traumática.

A respeito disso, dessa escrita que é a memória do trauma, o autor também afirma que por outros parâmetros muito mais profundos “A escrita do sobrevivente se vincula à memória daqueles que não sobreviveram. Nesse sentido, escrever é também uma forma de dar túmulo aos mortos, para que não sejam esquecidos” (apud SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 55). A escrita que nasce da dor que excede o *eu*, possui muitas nuances que não podem ser limitadas. Revisitar as memórias de um episódio de extrema violência pode ter diferentes sentidos, dentre eles a memória é uma das mais importantes, tanto para o eu de quem revisita, quanto para o seu valor social. Concordamos com o autor no que diz respeito ao fato de esse tipo de escrita proporcionar um lugar de descanso à memória daquelas que foram perdidas. A Ditadura Civil Militar ocultou muitos crimes, sendo assim, muitos corpos. As vítimas merecem um lugar, nem que esse lugar seja a literatura, que também é uma maneira de eternizá-las:

Em primeiro lugar, essa narrativa é única e não pode ser compartilhada com ninguém e nem pode pertencer a mais ninguém. Em segundo lugar, ela joga com os limites da memória, pois a vítima não consegue recordar a totalidade do que foi vivido. Nesse sentido, o testemunho nunca é total e nem poderia sê-lo: por um lado, porque é próprio do trauma proporcionar hiatos, buracos, lacunas, na memória de suas vítimas; por outro, só poderia talvez ser “completa” a narrativa de um sujeito que tivesse passado pela câmara de gás, por exemplo, mas este jamais retornaria para contar a sua experiência. Em terceiro lugar, o testemunho é uma narrativa que coloca, lado a lado, verdade e ficção (CALEGARI, 2014, p. 7).

Calegari ressalta alguns pontos muito importantes a respeito da escrita de testemunho, principalmente porque é uma linguagem que rebusca o passado, não sendo, necessariamente, exata. Por nascer da dor, também está sujeita a incorporar essa dificuldade do acesso às memórias. Outro ponto que nos interessa ressaltar aqui nesse trecho do estudo de Galegari diz respeito ao termo “ficção”, o que não pode ser empregado quando o assunto for literatura de testemunho. O autor tem se valido dessa palavra para se referir ao embaralho da memória quando o processo do acesso é complexo por conta do trauma, mas sobre outras formas de expressões artísticas. Uma vítima não ficcionaliza o real e isso o próprio autor admite no texto que prossegue o seu discurso. Uma vítima toma para si o seu ponto de vista a respeito de determinado evento e esse ângulo é carregado de sentimentos e sensações provocadas pelo

trauma. Dessa forma, a sua linguagem necessita de um suporte que não é a ficção, como vimos anteriormente pela teoria de Seligmann-Silva, mas também não da representação, pelo indizível, não podendo ser representado. Então, estamos por via da comparação, mesmo que ela venha a ser excedida:

Pouco foi produzido nos anos imediatamente subsequentes a 1964. Isso se deve, talvez, à incompreensão de muitos do que significou o golpe de abril daquele ano. Afora isso, outro motivo que levou a uma baixa na produção daquele momento foi a falta de liberdade de expressão que os artistas estavam condenados a viver, algo que lhes exigiu a busca por novas formas e técnicas de composição justamente para burlar a censura. Passados alguns anos, contudo, surgem obras que visavam a dar uma resposta ao período autoritário em erupção. Foi um período rico em desdobramentos temáticos e formais. Muitas dessas obras foram elaboradas tendo em vista o período histórico em curso e procuraram ajustar contas com os episódios violentos e traumáticos (CALEGARI, 2014, p. 8).

As produções da Ditadura Civil Militar só efervescem depois de um certo período, primeiro porque a censura foi uma grande barreira encontrada no meio do caminho e segundo porque isso também atrairia a atenção dos militares. No entanto, não é porque foi difícil que não houve expressões artísticas se construindo como uma resposta ao momento vivido. Assim também como a formulação de uma linguagem técnica, característica desse período autoritário. Essa resposta da culminância artística possui tanto o teor de denúncia, relato, trauma, mas, no todo, uma quebra grandiosa do silêncio imposto pelo momento, assim como após ele. Calegari analisa algumas obras referentes à Ditadura, em muitas delas a violência se repete incorporada à linguagem: *Zero* (1975), de Ignácio de Loyola Brandão e *Quatro-olhos* (1976), de Renato Pompeu. Sobre os romances o autor tem a dizer:

Os pontos em comum dos dois livros são: 1) os personagens são traumatizados em virtude de sua inserção dentro do contexto de violência em que vivem; 2) há uma problematização da memória já que os protagonistas não conseguem recordar com precisão cenas do passado; 3) observa-se uma tentativa de externalização e de ordenação dos acontecimentos narrados por parte dos narradores; e 4) os relatos são fragmentados, caóticos, desordenados. Violência, trauma e memória dialogam entre si e adquirem uma forma de representação estética particular (CALEGARI, 2014, p. 9).

Vale ressaltar que a primeira obra se trata de um romance cujo personagem vivencia a realidade que tem como pano de fundo a Ditadura, enquanto que a segunda, as memórias da repressão se embaralham, um romance que se mistura com a crônica, mas que o autor considera como escrita do trauma. Ambas refletem a violência, o trauma e o terror da repressão, ambas imprimem uma linguagem própria, com uma grafia peculiar que nem sempre obedece às ordens convencionais, principalmente quando se aproximam dos episódios de extrema violência. As recordações do passado são confusas e não obedecem a um padrão

linear. Os relatos de violência e trauma são embaralhados, talvez porque a realidade indigesta fosse difícil demais de ser diluída, isso é importante que seja observado, já que ambas as literaturas foram produzidas paralelamente à Ditadura.

Tendo em vista estas considerações levantadas por Lizandro Carlos Calegari a respeito da escrita que nasce do trauma, podemos também esperar traços particulares da escrita de testemunho. Apesar de não se tratar de uma ficção, ou de uma autoficcionalização, o relato também carrega traços dos embaralhos que são comuns em uma situação que parte do trauma. Isso acontece por conta de a experiência ter sido forte demais, humilhante demais, desumana demais. Uma vítima precisa de tempo, suporte e, principalmente, segurança para quebrar com as cordas do medo que embutem o silêncio. Um trecho muito significativo dos estudos de Calegari levam isso em consideração, fatores que são delicados e que permeiam a vida de quem sobreviveu a brutalidade da violência e, ainda assim, conseguem falar sobre o ocorrido. Vejamos que o silêncio, antes de mais nada, é uma linguagem do trauma:

Tão importante quanto o estudo do conteúdo das memórias, é a opção da vítima pelo silêncio. Os não-ditos têm motivos bastante complexos de serem analisados. Muitas vezes, lembranças traumatizantes ou traumatizadas esperam anos pelo momento propício para serem expressas. Logo, o silêncio encobre um imperativo ético de forma que se deve respeitar a vontade de silêncio do outro (CALEGARI, 2014, p. 16).

Optar por não falar é uma opção, pois não são todos que ainda possuem estruturas para retornar às memórias do cerco brutal. O silêncio das vítimas implica uma linguagem própria, nesse caso não se trata de omissão, mas sobrevivência, a luta diária para sobreviver ao excesso, o que não deve ser questionado. Silenciar é permanecer em um duelo com a memória e com a tentativa de esquecer, mas também é uma seqüela do trauma, uma tentativa de se manter seguro, já que a confiabilidade do lugar, da sua segurança, foi quebrada pelas forças da violência. O silêncio é um assombramento do passado dentro do presente que se colide em uma realidade que insiste em ser ameaçadora, mesmo que ela não seja mais. O silêncio é onde se inicia a linguagem do trauma e é necessário porque dentro de si cabe o processo que dilui a dor, até ela ser suportável.

2.3 O negacionismo e a Ditadura Militar

Grandes eventos da história que culminaram no extermínio de milhares de pessoas inocentes provocam e provocaram no mundo diferentes reações. Infelizmente, nem todas as pessoas compreendem o Estado totalitarista e mergulham em suas crenças ideológicas, a ponto de negar que determinadas catástrofes tenham sido tão cruéis e invasivas. Infelizmente, tragédias relacionadas ao extremismo político despertaram movimentos cujo único intuito é

negar os acontecimentos a ponto de desacreditar as vítimas. É possível perceber o negacionismo de duas formas, por meio de um Estado que não assume as responsabilidades do ocorrido, retirando a legitimidade do acontecimento. Como também a negação advinda de grupos extremistas que desacreditam a realidade dos eventos, como o holocausto, por haver uma relação de afinidade com os princípios ideológicos que levaram a tudo aquilo. O negacionismo deslegitima o outro, mas somente tenta deslegitimar as vítimas.

A escrita de testemunho é também uma forma de resistir a esse tipo de movimentação, por rememorar as causalidades e o que aconteceu na história pela perspectiva de quem sobreviveu. A voz de quem conta é uma voz que testemunha tanto pelas vítimas mortas, quanto pelo princípio ético e humano de que não devem ser esquecidas. Negar mata simbolicamente todas as vítimas de um genocídio. Para Márcio Seligmann-Silva, é o último movimento que o radicalismo pode fazer em prol da ação genocida. A tentativa de apagamento das narrativas de terror possui motivações muito mais profundas e geralmente acarreta no fato de que tais narrativas são, antes de mais nada, indícios e provas de um crime cometido pelo Estado de extrema direita, crime pelo qual não se pretende pagar. Compreendem a força desse movimento? Negar corrobora tanto para a impunidade dos responsáveis de uma catástrofe, quanto para o testemunho de quem sobreviveu.

Devemos pensar na situação do sobrevivente, no testemunho e nas dificuldades que existem em acessar as narrativas de terror. O medo e o terror da crueldade, causados pelo extermínio coletivo, permeiam não só os testemunhos, mas atravessam a vida de quem sobreviveu e agora nos conta. Este alguém experimenta sentimentos que são acompanhados pelo trauma, assombrado pela culpa e pela sensação de irrealidade:

Mas o negacionismo é também perverso, porque toca no *sentimento de irrealidade da situação vivida*. O teor de irrealidade é sabidamente característico quando se trata da percepção da memória do trauma. Mas, para o sobrevivente, esta «irrealidade» de cena encriptada *desconstrói o próprio teor de realidade do restante do mundo*. E mais, o negacionismo parece coincidir com o sentimento comum que afirma a impossibilidade de algo tão excepcional. O apagamento dos locais e das marcas das atrocidades corresponde àquilo que no imaginário posterior também tende a se afirmar: não foi verdade (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 181).

O negacionismo tange o sentimento de quem vivenciou um trauma. Os efeitos da negação são tão profundos em quem sobreviveu que o levam a questionar a própria realidade do mundo. A tentativa de apagar as marcas que foram deixadas é uma forma de afirmar que aquilo não aconteceu. Para Seligmann-Silva, o apagamento da memória, como também o apagamento das marcas deixadas pela atrocidade, confundem a realidade sobre os fatos e, posteriormente, levam a questionar a veracidade do que aconteceu. É um processo doloroso

para quem viu essa realidade despontar sob seus olhos e, por conta do negacionismo, ver essa mesma realidade se desfazer por questionarem suas verdades. É muito mais fácil negar um erro irreparável do que assumir a sua culpabilidade.

Compreendemos o negacionismo pelas suas fragilidades. Uma delas é tentar negar um processo que deixou marcas extremamente profundas tanto nas pessoas, quanto nos espaços. Felizmente a história se registra de maneiras diversas, não são apenas as testemunhas que comprovam uma realidade inquestionável, mas também há outros meios de se contar uma versão da história, os quais não devem ser esquecidos na comprovação dos fatos. A exemplo disso, temos a fotografia, o registro documental e tantos outros vestígios físicos dos locais de massacre. Todos são fatores imprescindíveis para rebater quaisquer levantes negacionistas. Por esses motivos, os memoriais são tão importantes, porque preservam uma memória que é tanto de respeito às vítimas, quanto fundamento para as provas de um acontecimento, mesmo que a negação tente desonestamente torná-los uma inverdade.

Seligmann-Silva ressalta que o testemunho tem essa intenção de integração do passado, é uma tentativa de demonstrar, pelos recursos da memória, as verdades de quem sobreviveu a um massacre. O testemunho é um movimento de negar o negacionismo. Sendo assim, revisitar as memórias do trauma, do horror e da dor, é uma forma de lhes dar novo sentido, como também preservar aquilo que não pode ser apagado. Para o autor, “A linearidade da narrativa, suas repetições, a construção de metáforas, tudo trabalha no sentido de dar a esta dimensão aos fatos antes enterrados” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 184). A linguagem é o meio de dar forma àquilo que só pode ser acessado pela memória. Por estes motivos, o autor compreende que a testemunha busca alguns artifícios da linguagem na tentativa de dimensionar o trauma e as experiências de horror. Narrar também é uma maneira de ressignificar aquilo que permaneceu dentro de uma individualidade, sendo também um processo de reconhecimento de si mesmo.

E a colheita é abundante: primeiro, ao reatar os fios, aparentemente cortados, do presente com um passado que se poderia acreditar abolido para sempre, a obra enriquece, a seu modo, a defesa feita pela *Traumdeutung* da indestrutibilidade do passado; em seguida, ao discernir intenções tornadas inconscientes pelos mecanismos devidos ao recalque, ela introduz inteligibilidade onde se invoca alternadamente o acaso ou o automatismo; enfim, ela esboça, no seu desenrolar, linhas de transposição de esfera privada à esfera pública. (RICOEUR, 2007, p. 454).

Para Ricoeur a repetição do trauma consiste no esquecimento em face da memória impedida. Repetir as cenas é uma tentativa de esquecer, porque o trauma congela as memórias no momento exato da cena em um looping, como uma fuga de todo o resto. Além disso, o

impedimento social dessa memória também contribui para o esquecimento delas. No entanto, Paul Ricoeur reitera que esse tipo de esquecimento da colheita é abundante. Primeiro porque conectar o passado e o presente, no caso um passado esquecido para sempre, traz à tona um passado que o autor chama de indestrutível. Como também, ressalta a transposição de uma memória que é privada, mas ao momento que é acessada, ela passa a ser pública, ou mesmo coletiva. É necessário esquecer para que se recorde.

O sobrevivente acessa a vida não mais como antes, o mundo sempre vai ter os tons e as marcas deixadas pela violência extrema. O testemunho carrega o peso e as consequências do trauma, o silêncio, a dificuldade de falar sobre a dor, as sombras das realidades que se misturam com as dúvidas e o irreal. Acessar o cenário traumático põe a testemunha diante de si mesmo, como um corpo estranho dentro do sobrevivente. O testemunho, de acordo com os estudos de Seligmann-Silva, funciona como “uma ponte para fora da sobrevivida e de entrada (volta) na vida” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 184). Uma via de ida e vinda entre realidades. Tendo isso em vista, não podemos afirmar que, para quem sobreviveu, relatar não torna as realidades subjetividades paralelas. Logo, o testemunho é um elo ininterrupto entre o agora e os fragmentos das experiências do horror:

É dessa face da modernidade que nos fala a literatura de testemunho. E como a barbárie do século, essa literatura não tem fronteiras étnicas, geográficas ou lingüísticas. Para considerá-la a partir de critérios estéticos é preciso reconhecer que o horror nos chega em diferentes vozes e línguas: Primo Levi, Paul Celan, Jorge Semprún, Imre Kertész, Max Aub, Roque Dalton, Ferreira Gullar e tantos outros sobreviventes dos porões das ditaduras latino-americanas (MARCOS, 2002, p. 60).

De acordo com Marcos, a barbárie do século não se instaura apenas no *Shoah*, a literatura de testemunho da maldade e totalitarismo do Estado também pode ser reconhecida em literaturas latino-americanas. Como parte desse processo que vivenciou mudanças políticas drásticas, temos o Brasil que também possui a história de um genocídio silencioso. Além dos causados pela necropolítica, que também assassina em massa nos morros brasileiros, a Ditadura Militar, especificamente, vitimou, em mais de duas décadas, opositores e quaisquer que quisessem quebrar as regras do regimento. Não precisamos voltar os nossos olhos para outras realidades quando se trata de investigar a relação entre a literatura e a maldade, pois o nosso país também foi marcado pelas atrocidades e extermínio.

A Ditadura militar consistiu em um momento da nossa história que vitimou pessoas por questões políticas e ideológicas. São diversos os testemunhos de tortura, desumanização e violação dos direitos humanos durante esse período. O Brasil se esquivou da responsabilidade com as vítimas, com a memória da ditadura e ainda se esquivou. Mais de trinta anos após a Lei

da Anistia, da manobra dos poderosos para deixar no esquecimento o terror e a crueldade dos porões da tortura, ainda existe uma forte resistência em abrir os arquivos desse período. A Comissão da Verdade é uma frente de luta por justiça às vítimas da repressão e às famílias que até hoje aguardam pelos esclarecimentos dos casos dos desaparecidos.

Não há como ver a Lei da Anistia como um artifício de negacionismo ao que aconteceu na Ditadura Militar e uma alternativa desenfreada de tornar impunes aqueles que cometeram crimes de alta gravidade durante esse período. Uma das formas de enfrentamento do negacionismo claramente estabelecido no país vem por meio da CPI da tortura e tem o tom sangrento de quem não quer deixar morrer, junto com as vítimas, a verdade sobre o terror do Regime Militar. Não só uma resposta para aqueles que nunca foram encontrados, mas também para aqueles que sobreviveram e vivem assombrados pela presença dos responsáveis que estão impunes. Uma espécie de coletividade que existe entre aqueles que vivenciaram e têm em comum as memórias dos horrores cometidos nos anos sombrios:

A memória antes de ser individual é coletiva. No caso específico dos que sofreram sob o terrorismo de Estado, esta coletividade é a daqueles que se opuseram ao Estado de exceção. Mas sabemos também – como vimos Celan – que é impossível testemunhar pelo outro. Testemunhar, assim como atestar, tem a ver com «ter visto» e não podemos ver pelo outro. A coletividade, no entanto, constrói primeiro como um grupo com laços políticos. Esse grupo se tornou vítima da violência. A memória do mal passou a ser algo compartilhado por esse grupo e o século XX viu inúmeras sociedades serem fragmentadas em grupos que compartilhavam a experiência comum de uma barbárie (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 185).

Seligmann-Silva se refere à memória do testemunho e à memória coletiva de quem presenciou o mesmo evento, não há um testemunho coletivo, pois o testemunho é uma memória individual, cada indivíduo viveu uma experiência individual daquele mesmo evento brutal. Para Maurice Halbwachs, isso acontece porque “Mas nossas lembranças permanecem coletivas, e elas nos são lembradas pelos outros, mesmo que se trate de acontecimentos nos quais só nós estivemos envolvidos, e com objetos que só nós vimos. É porque, na realidade, nunca estamos sozinhos” (HALBWACHS, 1990, p. 26), qualquer que seja experiência, existe também a presença do outro, e no caso da Ditadura Civil Militar, existe toda uma sociedade que experienciou um mesmo fato.

No entanto, o que Seligmann-Silva ressalta, é que existe uma relação comum entre as testemunhas, há um entrelaçamento formado pelo perfil de cada vítima, todos faziam parte daquilo que o Estado totalitarista denomina de opositores. Ou seja, essas pessoas foram perseguidas e torturadas por questões políticas e por terem sido consideradas uma ameaça ao

poder dos que incitaram o golpe. A memória coletiva da Ditadura é composta por testemunhas de uma sociedade fragmentada e que tem em comum o extremismo e o terror.

Não só o Brasil, mas a América do Sul em si, vivenciou inúmeras Ditaduras que efervescem durante as décadas de 60 a 70 do século XX. Um modelo de estado caía derrubado pelo poder extremista. Diversas pessoas foram vítimas de perseguição, tortura e, principalmente, da imposição radical daqueles que quiseram se manter no poder e se mantiveram. Não são poucos os casos dos desaparecidos, das famílias que buscam pelo paradeiro dos corpos e das covas coletivas, marcas do horror que a Ditadura foi capaz de causar. Quem pede pela CPI em nome de uma coletividade luta em nome daqueles que se foram e do que restaram das sombras do terror. Lutam pela memória, mas também pela justiça:

Aqueles que foram perseguidos no período de exceção são antes de mais nada vítimas. Mas existe a possibilidade desta comunidade sair desta posição de vítima. Justamente o testemunho pode servir de caminho para a construção de uma nova identidade pós-catastrofe. A uma era de violência e de acúmulo de crimes contra a humanidade corresponde também a uma nova cultura do testemunho. O testemunho tanto artístico/literário como jurídico pode servir para se fazer um novo espaço político para além dos traumas que serviram tanto para fortalecer a sociedade como para construir novos laços políticos (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 185).

O testemunho de quem vivenciou a Ditadura militar, segundo o autor citado, seja ele jurídico ou literário, pode criar um novo espaço de memória, que poderá servir para fortalecer e construir novos laços políticos. Além disso, o testemunho também pode construir a memória de uma sociedade a qual não podemos esquecer. Resta o ensinamento pelas vias mais dolorosas da lição de que ideias extremistas podem dizimar famílias, assassinar pessoas em massa, disseminar o ódio e a violência. O testemunho dos sobreviventes da ditadura é uma das formas de fazer a nossa sociedade contemporânea refletir a respeito da intolerância e do ódio, sentimentos que jamais poderão se tornar pilares de um governo. Qualquer que compactua com esse tipo de política estará sempre suscetível a cometer os mesmos erros do passado.

A vida é inegociável, a memória também o é. No Brasil, existe um movimento de negar os fatos, as ocorrências e o horror praticado na Ditadura Militar, uma névoa de pensamentos que tende a amenizar os crimes que foram cometidos, uma ideia que silencia a voz de quem não pode romper com o silêncio por conta do temor. A Anistia agravou ainda mais isso no nosso país. Segundo Seligmann-Silva, essa posição mantém o Brasil congelado no tempo, somos um país em que não existe memória da Ditadura. Não existe respeito pelos que se foram, não existe uma preocupação em solucionar os casos, tampouco desenterrar a

verdade sobre eles. Os poderosos simplesmente decidiram virar uma página da história e apagá-la logo depois.

Uma das críticas feitas por Seligmann-Silva é que o impedimento e o negacionismo impõem que o testemunho tome forma: “O bloqueio e o sequestro do testemunho impedem que este se dê tanto em sua forma jurídica – que se quer objetiva -, como também nos moldes dos demais testemunhos falados e escritos” (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 186). Ou seja, inviabilizam que os sobreviventes falem sobre as suas experiências e, assim, deixem registrado essa memória. Além do mais, o autor também ressalta que a produção e veiculação de escritas de testemunho no Brasil são bem menores que as de outros países, principalmente as relacionadas à Ditadura Militar. Segundo ele, só em 2009 é que foi lançado um projeto que tem o intuito de preservar a memória das vítimas do Regime Militar, coordenado pelos pesquisadores Marcelo Ridente e Zilda Márcia, os quais, por meio de entrevistas, pretendem dar voz ao testemunho:

Mal começamos a testemunhar. Não temos como *testis*, ou seja, o testemunho jurídico, nem o testemunho *superstes*, o testemunho como a fala de um sobrevivente que não consegue dar forma à sua experiência única. Nossos testemunhos estão sufocados pelas amarras de uma «política do esquecimento» que não conseguimos até agora desmontar. De certa maneira podemos dizer que as vítimas e aqueles que lutam pela verdade, memória e justiça ficam relegados pelos donos do poder a uma posição melancólica, que é difícil de aceitar e de se conviver com ela. Ela destrói. O grande desafio que se coloca hoje, 30 anos depois da anistia, é quebrar as barreiras que até hoje impediram este trabalho de testemunho de entrar em funcionamento (SELIGMANN-SILVA, 2010, p. 187).

A anistia nos atropela, mesmo depois de tantos anos, o que demonstra como o Estado pode gerar consequências irreparáveis. A desculpa de tornar o julgamento pós-ditadura uma verdadeira caça às bruxas revela muito sobre quem estava por detrás das decisões de Estado e sobre quem são os verdadeiros vilões. Afinal, estamos ou não longe das garras desse lobo? Eles estão ou não ainda movendo essas mesmas engrenagens? Os esforços para o apagamento dessa memória são tão duradouros e pertinentes, que nos levam a pensar que o que está por detrás disso é ainda maior e pior. Nossa sociedade fecha os olhos, enquanto os poderosos dormem sobre o sangue das vítimas. A anistia deveria se chamar *impunidade* e, enquanto ela existir, esta memória das vítimas se perde no tempo.

Além disso, Seligmann-Silva também ressalta sobre a importância dos trabalhos já desenvolvidos e pelas lutas travadas pela *Comissão de Familiares de Mortos e de Desaparecidos Políticos*, que tem como principais pautas a abertura de arquivos da Ditadura, o acesso a uma memória documental que pode não ter todas as respostas, mas já pode ser um

começo para que sejam futuramente encontradas. Além disso, o autor considera que esses avanços só serão possíveis, quando os testemunhos dos sobreviventes estiverem acessíveis para toda a sociedade, quando a história que se passou na Ditadura seja acreditada, quando os arquivos forem abertos, quando os memoriais forem erguidos, quando tivermos a consciência e a cultura do respeito pelas vítimas e pelos seus familiares. Quando o mínimo for feito pela justiça, quando essa história for publicada sem medo e sem ameaças evidentes.

Desta forma, percebemos como é importante obras como a de Ferreira Gullar para se iniciar o debate sobre o testemunho e a literatura. *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) é, antes de mais nada, o reflexo de uma sociedade que foi tomada pelo poder totalitarista, como também as memórias das ações deste Estado. Gullar foi um sobrevivente, escapou por pouco diversas vezes das mãos dos seus opressores, e a sua narrativa é um mergulho nessas memórias que comprovam que a Ditadura Militar aconteceu, assassinou e vitimou muitos. O testemunho de Gullar é uma enorme contribuição para se entender o que se sucedeu naqueles anos de cólera.

No próximo capítulo, abordaremos as questões pertinentes ao exílio, uma condição da sociedade moderna que consiste em um fenômeno fortemente recorrente na América Latina, principalmente aos países pertencentes ao Cone Sul. Pois, os anos que antecedem a virada do século XXI, o mundo assistiu a implantação das políticas de rigoroso que resultou no deslocamento de centenas de pessoas que buscaram fugir da punição política. Portanto, nos acercamos de compreender este fenômeno tanto pela sua configuração política e social, quanto por suas nuances semânticas. Tendo em vista estudiosos que perpassam por todas essas especificidades teóricas e concatenam com a escrita de testemunho.

3 AS NUANCES DO FENÔMENO DO EXÍLIO

Dedicamos este capítulo às nuances de um fenômeno que é inerente aos desdobramentos da modernidade. Mais especificamente, sobre o deslocamento que aconteceu na América Latina nos anos 60, que inclui o Brasil e outros países e que foi instigado por questões sociais e políticas. O golpe militar de 1964 foi apoiado por uma parte da sociedade brasileira, ocasionou o banimento de diversos cidadãos que se opuseram ao autoritarismo instaurado no país. Depois da deposição do presidente João Goulart (1961-1964), iniciou-se um processo de instabilidade política e, conseqüentemente, instabilidade na Democracia brasileira. Sem o poder democrático, o povo esteve sujeito a todo tipo de domínio e controle, causado pela frente ostensiva dos militares. Dessa forma, o governo ditatorial se valeu de perseguições, torturas, assassinatos, prisões, para prolongar o poder e, por conta disso, muitos brasileiros, por medo e proteção, foram forçados ao exílio.

O caso brasileiro em tela possui características e conjunturas que são essenciais para o seu estudo e compreensão. Para tanto, é preciso observar o exílio como uma condição de impermanência e conflituosa, pois a saída do país não representou apenas encontrar um lugar seguro para viver e em liberdade, no mais amplo sentido. Refletiu, também, um senso de preservação da vida e manutenção de suas convicções, alinhado com outras formas dos militantes opositores à ditadura seguirem atuando politicamente. (CATEB, 2021, p. 8).

Caio Bruno Pires Mendes Cateb ressalta, em sua tese *Um passado em comum: o exílio brasileiro em Portugal* (2021), que o exílio brasileiro possui características específicas de serem analisadas. A primeira característica apontada por Cateb sobre o exílio brasileiro, efeito da Ditadura Militar, não se restringe apenas à busca por um lugar seguro. Claro que são muitos os casos de pessoas sob risco iminente, como é o caso de Ferreira Gullar que, antes de sair do Brasil, vivia clandestinamente, esquivando-se dos militares. Diferente dele, que precisava preservar a própria existência, algumas pessoas saíram do país em busca de um espaço em que fosse possível expressar as suas opiniões políticas e continuar atuando em favor dela. Sendo assim, de acordo com o autor, muitos brasileiros decidiram partir por vontade própria, sem ser necessário chegar à expulsão de fato, configurando um banimento.

Muitos não esperaram chegar a um estado crítico, ou ter sua vida ameaçada para poder sair do país, para o autor aqui citado, essa atitude não reduz os danos do exílio no indivíduo: “[...] tal processo não diminui ou descaracteriza a violência do exílio brasileiro, pois a decisão de saída do país esteve rodeada de um cenário de repressão, medo e solidão, o que reflete diretamente no anseio pela partida” (CATEB, 2021, p. 8). Mesmo que a saída tenha sido uma

decisão do exilado, isso não o isenta da violência desse processo, já que o principal motivo para isso era justamente o clima de instabilidade que tomava o país.

Ferreira Gullar, personagem em *Rabo de foguete: os anos de exílio*, narra sobre a perspectiva de quem precisou se exilar, o que foi a ditadura militar e o que aconteceu no país durante esses anos. Por conta do seu envolvimento político com a oposição, ele se torna um alvo de perseguição política e um prisioneiro em seu próprio país. O personagem deixa de ser um cidadão livre e passa a viver como um foragido da lei. Vive o conflito angustiante de não poder mais permanecer em seu lugar de origem, sentimento de não estar mais seguro em lugar algum. Não é mais possível transitar como um homem livre dentro do seu próprio espaço, o medo é uma realidade que assombra e a segurança é um sentimento volátil. A única alternativa é migrar de seu país e buscar exílio em um outro espaço.

A escrita do exílio reflete todas as questões relacionadas à angústia de não pertencer a lugar algum, tornando-se um refúgio segura para o tratamento das dores e dos desesperos da vida. Como retornar para algo que ficou para trás? Para o que agora são lembranças de um passado espacial que não volta? Na memória, as lembranças da vida que se teve, o espaço de pertencimento vem a ser uma lembrança saudosa de quem partiu e deixou uma vida sem continuidade. Tanta a escrita exílica quanto a que é produzida pós-exílio perpassa pela memória, já que sentimentos e sensações despertam por esse acontecimento buscam na memória tanto as lembranças do que se quer, como a experiência que se viveu.

Tendo em vista esses preceitos, buscaremos compreender a experiência do deslocamento e as suas nuances, tanto para aqueles que partem, quanto para os que permanecem. Tendo em vista que o exílio é uma experiência complexa, e levando em consideração a situação da América do Sul, compreendemos a necessidade de abordamos o exílio, mas ressaltando a situação dos exilados brasileiros, que consiste em um exílio por motivações políticas sociais. Sendo assim, este capítulo está dividido em outros três subcapítulos, a qual abordaremos especificamente sobre cada característica do deslocamento que caracteriza o exílio, as suas causas, efeitos sobre os que ficaram e a tentativa de retorno.

3.1 As faces do exílio no plano político e social

O exílio possui características muito peculiares, o fato de ter características peculiares tem a ver com a natureza contemporânea? É uma afirmação sem consistência teórica. No século XX, na América Latina, esse processo se tornou bem mais comum e massificado, o exílio serviu como um mecanismo de exclusão política, uma alternativa paralela a medidas mais drásticas. Segundo Luis Roniger em *Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no*

Século XX (2010), o exílio era uma opção para políticos pertencentes a classes mais favorecidas; aos que não pertenciam a essas classes, o tratamento era bem mais ostensivo. No entanto, em decorrência do século, o exílio político se tornou muito mais comum e frequente, grupos como os de ativistas, estudantes, professores, escritores e pertencentes a esses grupos sociais foram banidos por representarem um risco eminente ao autoritarismo. Segundo o autor, o único delito que motiva exílio é a movimentação política em oposição ao autoritarismo vigente.

O exílio político tem sido um dos mecanismos centrais de dominação e de exclusão forjados pelas elites políticas latino-americanas a fim de se manterem no poder. Sob distintas formas, definições e módulos operativos, desde o deslocamento forçado e o desterro à expatriação e à migração voluntária (porém precipitada), o exílio tem desempenhado papel vital na configuração de moldes e de estilos da política latino-americana (RONIGER, 2010, p. 92).

De acordo com as reflexões feitas por Roniger, o exílio é um mecanismo circunscrito ao poder das elites políticas latino-americanas. Esse exílio possui muitas nuances e configurações, que serão pontuadas ao longo dessa dissertação. O certo que o exílio vai da expulsão à saída voluntária; em cada uma delas, a partida por fins políticos é o que sustenta o fenômeno. Também aponta que, apesar de este ser um fenômeno que marca a política latino-americana do século XX, historicamente as suas raízes são bem mais profundas. O autor resgata o período colonial, quando a expulsão possuía outras razões, a exemplo da colonização portuguesa do nosso país, quando o exílio era uma forma de banimento social, punição aos “marginais” da sociedade para fins de povoamento da colônia. Ou seja, pessoas que não se encaixavam nesses moldes sociais, como criminosos, rebeldes e marginais, eram enviados para o Brasil.

Outro ponto ressaltado por Roniger, diz respeito à fragmentação do império espanhol nas Américas e à disputa por poder. Segundo o autor, essa busca por poder acabou gerando uma situação de deslocamento a fim de ter de volta o controle de suas terras. Tornou-se mais frequente a opção de deslocar o oponente, como forma de combatê-lo sem iniciar um ciclo de retaliações. Sendo assim, o exílio acarretava na melhor alternativa, pois “[...] o uso do exílio político fazia sentido, uma vez que se apresentava como solução intermediária e respeitava a condição de classe dos afetados, deslocando-os meramente do solo da pátria para outros territórios” (RONIGER, 2010, p. 93). Ou seja, consistia em uma alternativa que não ameaçava o poder da elite de poder, como também não dava início a um ciclo de violência e retaliações.

Foi dessa forma que o desterro se transformou em uma maneira política de manter o controle e sancionar o inimigo que apresentasse uma ameaça ao poder. Para o exilado, isso

implicava em uma quebra do padrão de vida, afastado dos laços sociais e em terras estrangeiras, quase impossível de se manter a mesma vida. Quando o exílio passou a ser uma solução para um problema de controle, ele ganha novas nuances, passa a ser um mecanismo de sanção política, muito mais comum quando se tratavam de pessoas que exerciam alguma posição de poder. De acordo com Luis Roniger, é a partir disso que o exílio adquire um perfil de mecanismo de exclusão institucionalizada, uma medida de exceção tanto quanto a prisão e a pena de morte.

Quando a facção que um governo apoiava em um país vizinho era derrotada, frequentemente os atores políticos vencidos encontravam asilo no território limítrofe, recebendo inclusive apoio do governo local a seus planos de retorno. Cabe dizer que, apesar da derrota, a política regional continuou desempenhando um papel central, dado que elites governantes do país anfitrião atuaram dessa maneira a fim de recuperar o controle da cena política vizinha ou, pelo menos, exercer alguma influência diante do fortalecimento de aliados políticos em potencial (RONIGER, 2010, p. 95).

Outro ponto relevante do trabalho de Roniger, diz respeito ao jogo de interesses políticos que existia e pode existir na configuração do exílio. Esse interesse destacado pelo autor implica o apoio que um país dá aos exilados por querer manter alianças com o grupo derrotado. Pensando em uma possível volta ao poder daqueles que foram banidos, e isso é algo que pode se esperar dos entrelaços da história política, o país anfitrião fortalece o seu vínculo com a oposição na intenção de formar uma parceria invicta. Quando o país que abriga não é aliado à elite que está banida, o interesse em receber os exilados já funciona de uma outra maneira. Aqui quem recebe é quem quer manter as alianças fortalecidas com o governo que banuiu. Assim, a intenção do acolhimento é manter sob controle os subversivos do poder, ou seja, acolhe os inimigos do aliado para deixá-los longe, sem poder voltar.

É importante esclarecer que a política é camada social em constante movimentação e mudanças, logo que, com mudanças no cenário político do anfitrião, as alianças firmadas também podem sofrer algum tipo de estremeamento. Em casos de extrema incompatibilidade, a situação dos exilados pode mudar drasticamente, indo de bem-vindos a *persona non grata*. E pensando por essa perspectiva, se não interessa ao anfitrião manter aquela situação de desterro, o máximo que vem a ocorrer é a expulsão dos exilados do território anfitrião. A exemplo disso, podemos trazer a situação do próprio personagem Ferreira Gullar, objeto de análise deste estudo. Quando exilado no Chile, o escritor presenciou a mudança drástica do governo. Em setembro de 1973, o atual presidente Salvador Allende sofreu um golpe de estado, dando início a uma ditadura no país tão violenta quanto a do Brasil. Exilados

brasileiros, como o escritor, já não eram tão bem-vindos e, se pegos, seriam devolvidos ao Brasil.

Regimes tão rigorosos que ocorrem no século XX demonstram como o exílio foi incorporado nas ações de controle dos sistemas autoritários. Para o autor que embasa essa discussão, “O exílio se converte assim em um mecanismo central na vida política, inerente às pautas da configuração da política moderna dos regimes governantes na América Latina” (RONIGER, 2010, p. 96). De tal maneira que as Ditaduras instauradas nesse período são intensamente marcadas por esses movimentos na história política de países como a Argentina, Brasil e Chile. A partir disso, o fenômeno passa a ser mais debatido mundialmente, já que o exílio é uma importante ferramenta de articulação política de um governo interno que não tolera a oposição.

Outras discussões importantes nascem a partir disso. Para Roniger, “Um dos indicadores mais claros da internalização do exílio na cultura política é a abordagem regional do tema do asilo em tratados e convenções que os países ibero-americanos entabularam já a partir das décadas de 1960 e 1970, tornando-se pioneiros nesse âmbito” (RONIGER, 2010, p. 96). O asilo político é uma questão com muitas prerrogativas, tendo em vista que os anos mencionados pelo autor, na América Latina, representam anos de muita instabilidade e conflitos internos. A temática do asilo político passa a ser tratada de maneira mais diplomática, tendo em vista que muitos países tornaram essa prática mais comum, uma consequência. Antes de mais nada, precisamos deixar elucidado o que consiste no asilo diplomático. Vejamos:

Asilo político é um instituto que vem garantir ao sujeito estrangeiro o direito à proteção, quando este vem sofrendo perseguição de natureza política ou ideológica e que sua liberdade, e até mesmo sua vida, é posta sob eminente risco em meio ao seu país de origem. Esse instituto jurídico, na contemporaneidade, é encontrado e regulado nas convenções internacionais específicas. A sua permissão tem por objetivo proporcionar segurança ao indivíduo que vem sendo perseguido ou ameaçado, desde que os motivos sejam políticos ou ideológicos (TEIXEIRA; SOUZA, 2015, p. 1).

Segundo os autores citados, o asilo político ou asilo diplomático é uma garantia de segurança dada a determinado estrangeiro que esteja sofrendo perseguição política, ideológica ou mesmo religiosa em seu país de origem. Essa segurança inclui proteção dentro do país e garantias dos direitos humanos, principalmente porque pessoas que buscam por asilo geralmente estão correndo perigos que violam os seus direitos à liberdade e à vida. Dessa forma, é possível compreender a importância de ser um instituto com regularizações internacionais, porque um refugiado não possui nenhuma raiz no lugar de abrigo, geralmente

se encontra em situação de vulnerabilidade, cabendo ao Estado agir ao seu favor e garantir de alguma forma que os seus direitos básicos não sejam violados. É importante ressaltar que o asilo possui regularizações dentro das convenções internacionais, tendo como prioridade o bem-estar e a proteção do sujeito que busca por refúgio.

O asilo diplomático passou a ser pautado nos debates da América Latina, mas muito antes a temática já havia sido visitada. Segundo Luis Roniger, “O primeiro documento firmado foi produzido pela I Conferência Sul-Americana sobre Direito Internacional Privado, realizada em Montevideú, em 1889” (RONIGER, 2010, p. 97). A questão do asilo diplomático fora debatida em outros anos por diplomatas, no entanto um primeiro documento só veio a ser firmado no final do século XIX e, dali em diante, a proposta tornou-se mais insistente no debate. Decisões muito importantes foram tomadas no século e que sucederam ao primeiro tratado, todas elas favoráveis à resolução do problema.

Alguns destes tratados foram muito importantes para limitar quem poderia buscar asilo em um outro país e de que maneira ele seria concedido. A exemplo disso, o tratado de 1928 negou esse direito a infratores comuns e estabeleceu algumas regras de extradição, aos que já estavam em situação de refúgio, como também limitou o asilo, podendo ser cumprido somente de forma provisória nas delegações e em espaços como, o das Forças Armadas, ou seja, não havia permissões para adentrar no território estrangeiro. De acordo com Roniger, a Convenção de 1933 também foi significativa, segundo ele, foi por meio desse encontro que cada Estado de poder passou a definir o que eles consideravam e qualificaram uma delinquência política.

A X Conferência Interamericana realizou, em 1954, uma convenção sobre asilo diplomático e outra sobre asilo territorial. A primeira, que mantinha a linha das convenções anteriores, declarava, em seu art. 2o, que “todo Estado tem direito a conceder asilo; entretanto não está obrigado a outorgá-lo nem a declarar por que o nega”. [...] A segunda convenção, relacionada ao asilo territorial, trazia o direito dos estados a admitir dentro de seu território e em exercício de sua soberania – “as pessoas que julguem convenientes, sem que por causa do exercício desse direito nenhum outro Estado possa manifestar qualquer tipo de oposição” (RONIGER, 2010, p. 98).

No que concerne ao asilo diplomático, a Conferência de 54 deixou muito clara a autonomia do Estado em conceder ou não o esse tipo de asilo, da mesma forma que fica a seu critério declarar, ou não, os motivos quando ele não for concedido. Outro ponto discutido por Roniger, tem a ver com o asilo territorial, que diferente do asilo diplomático, é o direito dos estados de admitirem qualquer pessoa em seu território prevalecendo a sua soberania, ou seja, cabe apenas ao Estado julgar a quem conceder o asilo, sem interferências externas a sua decisão, ou mesmo intervenção, de outros estados de poder. O desterro massivo

trouxe a necessidade de discutir a respeito do asilo territorial, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, por isso todas essas questões se tornaram tão necessárias ao debate.

Esse cenário começou a mudar porque os países ibero-americanos presenciaram conflitos internos que só se intensificaram no fim do século XIX e também no século XX. A economia se firma nessas sociedades e nos mercados capitalistas, assim como a expansão do regime de terras, o domínio do território nacional por vias agressivas. Aumentam também as pressões internas, assim como surgem movimentos de resistência que passam a reivindicar as ações das elites de poder. Nesse contexto, o exílio passa de um mecanismo de exclusão do inimigo iminente, que também pertence a essa elite, a ser direcionado a outras camadas sociais.

Chegamos a um ponto que necessita ser bem detalhado: o exílio em face das Ditaduras instauradas na América Latina. Isso ocorreu porque, depois que houve a emancipação dos países ibero-americanos, a tendência a partir de então foi o fortalecimento da Democracia, a qual consiste em uma característica da sociedade civil moderna. Ocorre que, diferente do que se esperava, as democracias nascentes, não instituídas, foram constantemente ameaçadas por pressões internas e interesses de grupos políticos, e essa institucionalização só contribuiu para a polarização política dos países. Nesse contexto de instabilidade, as Forças Armadas assumiram uma posição decisiva, assumiram o governo de forma direta, ou mesmo indiretamente, com a campanha de restaurar a ordem nacional. Aumenta a repressão e os grupos de resistência, logo a ameaça ao poder passa a vir de todo aquele que não compactuar com a forma de governo autoritária e militar:

Os processos que atuavam por trás da utilização do exílio político desde o século XIX sofreram transformações. Os exilados incluíam agora tanto membros da elite política quanto uma ampla gama de ativistas políticos, sindicalistas, intelectuais, estudantes e até mesmo pessoas desconectadas de qualquer atividade pública ou participação política. A nova lógica de desmobilização afetava indivíduos de todos os segmentos sociais (RONIGER, 2010, p. 101).

Ou seja, todas essas transformações políticas que incluem os países da América Latina também reincidiram no fenômeno do exílio. A partir delas os exilados e excluídos eram pessoas comuns, mas pessoas que apresentavam alguma divergência com o sistema. Segundo o autor, isso acontece porque “Nesse contexto, o exílio chegou a ser conceituado como um mecanismo para a exclusão total daqueles que eram retratados como ‘inimigo’” (RONIGER, 2010, p. 101), e isso independe da sua posição social, a ameaça vinha da oposição, principalmente em sociedades em que o sistema político se tornou autoritário e extremo. Nessas circunstâncias, era bem mais comum esse tipo de tratamento aos subversivos da

ordem. O exílio aqui funciona como uma das formas de silenciamento, e infelizmente, com essas novas conotações, o retorno era algo bem mais improvável. Vejamos:

O marxismo, o leninismo, o trotskismo, o socialismo, o comunismo, o liberalismo de esquerda, a esquerda cristã, algumas formas de populismo e quem promovia essas ideologias ou simplesmente simpatizava com elas aos olhos dos detentores do poder deveriam ser marginalizados ou eliminados, já que representavam uma ameaça à nação e a seus respectivos “valores” (RONIGER, 2010, p. 101).

Devemos compreender esse período de tensão na América Latina como uma parte da história onde a tolerância ideológica e política foi reduzida a nada; bastava ser associado a algumas delas para alvo fácil dos que detinham o poder. Um episódio que fortemente retrata essa realidade, do endurecimento do sistema político, e que podemos citar como exemplo está na obra *Rabo de Foguete: os anos de exílio* (2010), sobre o exílio no Chile. Por meio da experiência do escritor Ferreira Gullar, é possível perceber o endurecimento do Estado e a agressividade com que os militares tomaram o poder, depois do golpe no governo de Salvador Allende. O país se torna tão inseguro para o escritor brasileiro que Gullar é obrigado a se esquivar e buscar ajuda em todas as partes. Vejamos um trecho da obra:

O rádio transmitia a cada momento boletins da junta militar, determinando a prisão de líderes políticos e sindicais, de intelectuais, deputados e ministros do governo deposto. Um desses boletins pedia à população que denunciasse a presença na sua vizinhança de qualquer pessoa que não morasse ali; outro determinava que os estrangeiros com visto vencido se apresentassem imediatamente à delegacia de polícia mais próxima (GULLAR, 2010, p. 166).

Assim que tomaram o poder, os alvos passaram a ser qualquer pessoa que pudesse se opor ao autoritarismo dos militares. Uma ferramenta indispensável que é possível perceber no relato de Ferreira Gullar é a participação da população, mesma que coagida, a cooperar com o governo ditador. Mesmo que fossem, a população seria os olhos do Estado, era induzida a ser, principalmente porque o que move um Estado totalitarista é o medo, e ninguém, em sua sã consciência, se arriscaria a contribuir com os inimigos dos que estavam no poder. De tal forma, que a população civil foi coagida a contribuir com os militares e obrigadas a denunciar qualquer pessoa que levantasse a suspeita de ser um foragido político. Sendo assim, os principais alvos dos militares incluíam pessoas da vida política ativa, quanto aquelas que poderiam de alguma forma incitar o pensamento do outro, como os intelectuais.

Outra parte do boletim se ocupava dos estrangeiros, situação que deixava o escritor em alarde, já que ele era um exilado brasileiro e isso consistia em muita coisa dentro de uma ditadura: “Fiquei preocupado. No clima de paranoia que se criara em torno dos brasileiros (um dos boletins militares pedia que os moradores denunciassem a presença de brasileiros

pois eram todos terroristas) [...]” (GULLAR, 2010, p. 167). Os militares entenderam que qualquer brasileiro era um exilado no país, e se é um exilado, é comunista. De forma que “Nessa etapa, o exílio se transforma funcionalmente em um mecanismo regulador dos estados-nação, centrado em torno da política e das esferas públicas nacionais, e projetando-se nos âmbitos transnacional e transcontinental” (RONIGER, 2010, p. 101). O exílio descrito nesta obra excede a transnacionalidade, um exemplo que só pode ser visto na América Latina com tantos golpes na democracia, seguidos de Ditaduras.

3.2 A semântica do exílio

Além das especificidades políticas a respeito do exílio a qual discorremos no subcapítulo anterior, também nos interessa trazer ao seio desta discussão uma definição teórica do exílio partindo da experiência do exilado. Para este momento, recorreremos a alguns importantes teóricos da temática, como Edward Said com *Reflexões sobre o exílio* (2003) e Mirian Volpe em *Geografias de exílio* (2015), entre outros estudos que ajudam a fomentar a discussão. Iniciamos partindo do ponto de que o exílio, antes de mais nada, é uma experiência dolorosa que atravessa a vida de pessoas cuja nação entrou em um processo de instabilidade política. E por haver desavenças entre o indivíduo e o Estado, o exílio é uma alternativa imposta, ou recorrida, a fim de evitar danos mais severos e irreversíveis para os subversivos de um governo autoritário.

O exilado é um indivíduo que deixa o seu espaço por diferentes razões, mas principalmente pelo direito à vida, cruzar as fronteiras chega a ser uma questão de sobrevivência. A desumanização em sistemas totalitaristas é um dos principais fatores para que o exílio seja uma alternativa comum. O abandonar o seu espaço rumo à incerteza só passa a ser uma saída em situações extremas, quando a garantia do direito à vida e do espaço é ameaçada. O exílio contemporâneo produz indivíduos que perderam o seu espaço, que não se encaixam mais em outros e que não podem retornar para o seu lugar de origem. Isso nós já assimilamos no subcapítulo anterior, no entanto, partindo da experiência, segundo Edward Said, é um fenômeno extremamente difícil de ser experienciado.

Ele é uma fratura incurável entre um ser humano e um lugar natal, entre o eu e seu verdadeiro lar: sua tristeza essencial jamais pode ser superada. E, embora seja verdade que a literatura e a história contêm episódios heróicos, românticos, gloriosos e até triunfais da vida de um exilado, eles não são mais do que esforços para superar a dor mutiladora da separação. As realizações do exílio são permanentemente minadas pela perda de algo deixado para trás para sempre (SAID, 2003, p. 64).

O exílio, segundo Said, pode ser interpretado como uma fratura entre o indivíduo e o lugar de pertencimento. É o rompimento com o lar, com a terra natal, que ultrapassa o plano físico, pois também é um distanciamento do próprio eu, já que toda uma história de vida é deixada para trás na partida. Por mais que a literatura traga uma face do exílio com o protagonismo de um resiliente, para o autor isso é uma tentativa de superação das dores desse episódio de incisão com a narrativa particular do ser. O *destierro*, “[...] como afastamento territorial do lugar ao qual se pertence [...]” (VOLPE, 2003, p. 48), é a perda do território, do solo, das raízes, dos laços afetivos e sociais. O homem está ligado a seu lar tanto por sua afetividade, quanto por sua identificação com o lugar. Ou seja, tudo aquilo que o sujeito sabe sobre si é fragilizado pelo rompimento e fica ainda mais debilitado com a incerteza do lugar, que, com a partida, é ainda mais efêmero e passageiro:

[...] o ser humano precisa sentir uma permanência, uma estabilidade que lhe dê a confiança necessária para uma existência normal, apesar das idas e vindas da vida, no poder ser ele mesmo, mas também no sentimento de *pertinência* ao lugar ou a comunidade onde ele nasceu (VOLPE, 2005, p. 80).

Segundo Miriam Volpe, o homem tem essa necessidade de permanecer em seu espaço, talvez por esse motivo que o rompimento abrupto com a terra natal seja tão doloroso, justamente porque o ser humano tem a necessidade de se sentir pertencente ao seu lugar de origem. Mas essa necessidade de permanência também tem a ver com a estabilidade e confiança, é o que proporciona a segurança ao ser humano. Mesmo com a imprevisibilidade da vida, existir um lugar onde é possível ser você mesmo é o que proporciona a liberdade ao sujeito. Estar e permanecer em seu lugar é estar seguro. Esse sentimento de ligação com a terra tem a ver com a geograficidade, ou seja, a relação afetiva que o homem manifesta com o solo de origem. Vejamos um trecho da obra de Éric Dardel a respeito da geograficidade:

Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (géographicité) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2015, p. 1).

Segundo Dardel, esse sentimento que liga o homem a sua terra, como uma necessidade de permanecer nele, onde a sua existência e o seu destino estão intrinsecamente relacionados com este espaço, se explica por meio da geograficidade. Tal conceito designa este sentimento profundo pelo solo, como uma espécie de cumplicidade existencial que liga o Homem à Terra, ou seja, para ser, é necessário estar. O espaço é apropriado pelo homem de tal forma que a sua identidade necessita desse espaço, é o amor pela terra, por suas origens que definem

quem é o sujeito. Por este motivo, o elo com a terra é tão significativo para o homem, porque ela desperta o sentimento de pertencimento.

Uma das especificidades semânticas do exílio tem a ver com aquilo que ele desencadeia no plano do espaço. [...] o exílio não se liga a um único espaço (de origem ou de acolhimento) de significação, mas encontra-se bipolarizado, fundando sua realidade tanto na partida como na chegada (NOUSS, 2020, p. 28).

Partindo desse pressuposto, de que há algo específico no exílio, uma ligação do sujeito com o espaço de partida e com o de chegada, podemos compreender o exílio como a existência de uma bipolarização do espaço. Relação essa que diz respeito tanto com o espaço em que se partiu, que representa a sua casa, seus vínculos afetivos e a sua pátria, mas que por conta de uma mudança no sistema político, passa a ser um espaço instável, inseguro e angustiante. O exílio não só é uma experiência de deslocamento, como uma incerteza de vida; quem passa por esse processo, carrega as marcas profundas do rompimento com o seu espaço e a dureza de não pertencer mais a um lugar. O exilado é alguém que carrega consigo o sentimento de orfandade e banimento.

Tendo chegado a esse ponto, torna-se interessante trazer à tona uma discussão sustentada por Edward Said a respeito do nacionalismo e a sua associação ao exílio. Para o autor, “O nacionalismo é a uma declaração de pertencer a um lugar, a um povo, a uma herança cultural” (SAID, 2003, p. 48). Ou seja, a partir do sentimento de pertencimento, o homem sente que pertence àquele lugar, declarando-se parte dele. E depois reitera: “Com efeito, a interação entre nacionalismo e exílio é como a dialética hegeliana do senhor e do escravo, opostos que informam e constituem um ao outro” (SAID, 2003, p. 48). Enquanto um pertence o outro anda na via oposta do não pertencer. No entanto, essa relação é codependente, pois, para não pertencer, para ter esse sentimento, é necessário que tenha pertencido em algum momento, e, em determinado ponto, o elo tenha sido quebrado.

Segundo o estudioso, “Os nacionalismos dizem respeito a grupos, mas, num sentido muito agudo, o exílio é uma solidão vivida fora do grupo: a privação sentida por não estar com os outros na habitação comunal” (SAID, 2003, p. 48). Como o exilado é alguém que não pertence mais a um grupo, é evidente que exista o sentimento de solidão, já que na sua realidade, o distanciamento geográfico também implica no sentimento de não pertencer. Esse sentimento é o avesso do nacionalismo, em que o sujeito se identifica e se sente pertencente ao coletivo nação. No entanto, para Said, essa não é uma categorização justa, já que os dois englobam sentimentos privados e coletivos:

O exílio, ao contrário do nacionalismo, é fundamentalmente um estado de ser descontínuo. Os exilados estão separados das raízes, da terra natal, do passado. Em geral, não têm exércitos ou Estados, embora estejam com frequência em busca deles. Portanto, os exilados sentem uma necessidade urgente de reconstituir suas vidas rompidas e preferem ver a si mesmos como parte de uma ideologia triunfante ou de um povo restaurado (SAID, 2003, p. 48).

Reconstruir a vida não é uma tarefa fácil para um exilado; apesar de tentar, a instabilidade e incerteza do lugar, são os maiores desafios. Além disso, existem muitas outras questões que podem interferir nesse processo, como o choque cultural com o país anfitrião e dificuldades na comunicação com a língua nativa do país de acolhimento. Dentre outras coisas que podem vir a dificultar um recomeço, como a ligação com o passado deixado no país de origem. Um exilado parte sozinho, mas isso não significa que não existam laços, o que Said traz nesse trecho é essa narrativa da superação do rompimento, o que o faz acreditar em uma ideologia de triunfo e restauração. Como ressalta o estudioso da temática, eles estão separados de suas raízes, sem Estado ou exército, buscam incessantemente restaurar as vidas perdidas.

Embora seja verdade que toda pessoa impedida de voltar pra casa é um exilado, é possível fazer algumas distinções entre exilados, refugiados, expatriados e emigrados. O exílio tem origem na velha prática do banimento. Uma vez banido, o exilado leva uma vida anômala e infeliz, com estigma de ser um forasteiro. Por outro lado, os refugiados são uma criação do Estado do século XX. A palavra “refugiados” tornou-se política: ela sugere grandes rebanhos de gente inocente e desnordeada que precisa de ajuda internacional urgente, ao passo que o termo “exilado”, creio eu, traz consigo um toque de solidão e espiritualidade (SAID, 2003, p. 54).

Sejam aqueles que partem, sejam os que ficam, o exílio muito tem a ver com o sentimento de banimento e solidão. Estar só, independentemente do espaço que se esteja, essa é a condição do exilado. O sentimento de orfandade e de deslocamento sempre estará presente na sua vivência com o mundo, mesmo que as condições do seu exílio em outro lugar sejam favoráveis. No trabalho de Miriam L. Volpe (2005), a autora ressalta a importância de diferenciar as pessoas em condição de deslocamento, um exilado não é o mesmo que um refugiado, pois o exílio tem a ver com o banimento, enquanto que refugiados são pessoas que se deslocam por questões sociais e políticas em seu país. Sendo assim, para um exilado, uma vez que banido, ele não pode retornar para seu lar sem sofrer retaliação por parte do Estado, por esses motivos ele transita por espaços a fim de ser acolhido. Já o refugiado está ligado à condição de deslocamento em massa em busca de ajuda humanitária, geralmente são indivíduos cujo país passa por alguma situação de guerra ou crise política.

Existem especificidades nas obras artísticas produzidas no exílio, especificidades estas que refletem a sua condição de desterro. Logo, estas obras carregam os sentimentos e as experiências dolorosas do rompimento, assim como a solidão e a saudade dos seus, em um arcabouço da linguagem exílica. Miriam Volpe (2005), ao estudar a fundo a obra do escritor Mario Benedetti, destaca uma série de marcas exílicas presentes na linguagem do autor que dialogam com a sua condição de deslocamento. Destaca que a produção de Benedetti é comprometida com uma mensagem que envolve o leitor e o leva a despertar um olhar mais sensível para as injustiças do desterro.

Outros estudiosos, além da Volpe, ao caso do Edward Said, também destacam certas características exílicas que são comuns em outras expressões artísticas, além da escrita. Em seu estudo, o autor destaca traços comuns em artistas exilados como uma manifestação da inconformidade do desterro. Assim como Volpe, o estudioso percebe que essa experiência de vida, se reflete na arte, a linguagem do exílio é caracterizada pela inconformidade em comum do ser diante da experiência indigesta da realidade. Para o autor, os artistas no exílio não são agradáveis, são carregados de obstinação e teimosia, e isso pode ser percebido por meio da linguagem:

Obstinação, exagero, tintas carregadas são características de um exilado, métodos para obrigar o mundo a aceitar sua visão — que ele torna mais inaceitável porque, na verdade, não está disposto a vê-la aceita. É a visão dele, afinal de contas. Compostura e serenidade são as últimas coisas associadas à obra dos exilados. Os artistas no exílio são decididamente desagradáveis, e a teimosia se insinua até mesmo em suas obras mais elevadas. (SAID, 2003, p. 55).

Existe uma tentativa de transpassar essa visão de mundo dada através do filtro do exílio, por meio do exagero e do excesso. Para Said, essa é uma forma de tornar a sua visão aceita pelo mundo, mesmo que ele não esteja disposto a isso. Outro detalhe que o estudioso destaca como uma característica das produções que nascem do exílio é a falta de simpatia do exilado, segundo ele, os artistas, em suas obras, são decididamente “desagradáveis”, não existe compostura e nem serenidade. E não tem como ser diferente, se formos analisar do ponto de vista da experiência: o exílio é indigesto e difícil de ser experienciado. Não existe dignidade no exílio, mas o contrário disso, o que existe é uma suscetível tendência de apagamento, pois o exílio é uma condição que nega a dignidade e identidade às pessoas, e, dessa forma, a resposta a esse tipo de tratamento não pode ser diferente. É angustiante viver sobre o assombro da imprevisibilidade da permanência e do retorno:

Creio que esta visão deve ser matizada por aqueles que foram obrigados a sair do Brasil em 1964 porque esta geração foi de fato excluída ou afastada

do poder, já que muitos dos seus mais importantes nomes compunham o governo do presidente João Goulart, dos governos estaduais, das prefeituras das grandes cidades, as centenas de militares legalistas e, mesmo que na sua maioria tivessem permanecido na América Latina, enfrentaram muitas dificuldades tanto no plano econômico quanto político. É certo que não havia ainda uma visão clara do tempo em que os generais ficariam no poder o que, de certa forma, criava, para alguns, a ilusão de que o exílio seria curto (SOUSA, 2006, p. 68).

O exílio brasileiro, para muitos, principalmente os que tinham envolvimento político direto, teve início em 1964 como consequência do Golpe Militar. No entanto, autores como Jessie Jane Vieira de Sousa aponta que o deslocamento aconteceu em parcelas de acordo com a movimentação política e o desenrolar da história. Segundo ela, a saída de exilados brasileiros ocorreu em dois momentos, o primeiro em 1964, marcado principalmente pela perseguição política aos apoiadores e parlamentares do governo de João Goulart. O segundo momento foi em 1968, na sua maioria estudantes e filhos da classe média, dado por conta do movimento estudantil na luta contra a ditadura militar. Essas pessoas que se retiraram do país, por não apoiarem o Golpe, ou por pertencerem à oposição, se deslocaram com a esperança de que o militarismo acabasse logo. Acontece que não foi como a oposição esperava, o poder político nacional esteve nas mãos dos generais por muito mais tempo, estendendo assim o tempo do exílio e adiando ainda mais o retorno.

3.3 A angústia dos que ficam e o anseio dos que partem

Como pudemos constatar, a experiência do exílio é complexa e difícil de ser vivida na realidade. No entanto, quanto mais nos aprofundamos nessa questão, percebemos que o exílio possui diferentes nuances e nos interessa falar sobre elas. O exílio é um fenômeno com muitas facetas, principalmente porque ele não só atravessa a vida de quem é exilado, mas de todas as pessoas envolvidas pelo acontecimento. Para Miriam L. Volpe, existem aspectos negativos e positivos dentro desse fenômeno, no entanto concordamos que os efeitos negativos são bem mais significativos. Entre os negativos está o deslocamento em massa de diversas pessoas que buscaram o exílio em outros países para salvarem a própria vida. Enquanto que o positivo, segundo a autora, é a solidariedade por parte daqueles que acolhem os exilados:

Na realidade existem muitos exílios, que podem ser vividos tanto no isolamento dentro do país, como é o caso dos clandestinos ou dos prisioneiros, como também por aqueles que se encontram fora do país, mas que reagem de formas diferentes pela maneira como as diferentes situações são subjetivamente percebidas (SOUSA, 2006, p. 67).

A situação da América do Sul é a prova de que o exílio pode apresentar diferentes formas. Se partirmos do princípio da exclusão, conseguimos perceber melhor essas nuances

que precisam de sensibilidade para serem admitidas. O exílio é a exclusão de cunho social e político, marcado pelo êxodo de pessoas que tentam se esquivar de um sistema autoritário ou por circunstâncias adversas, permanecendo no solo do conflito. No entanto, segundo a autora aqui citada, também existem outras formas de exílio, uma delas vivenciada por presos e foragidos políticos, que precisam viver clandestinos em seu próprio país. Em suma, é importante também direcionar o nosso olhar para aqueles que, por motivos diversos, não partiram em êxodo, mas permanecem no lugar nas mesmas condições que um exilado.

Segundo Miriam Volpe, o vazio deixado pelo êxodo e como ele repercute na vida das pessoas só pode ser explicado através da experiência do *insílio*, termo utilizado para se referir “[...] ao exílio residencial, insílio, de cunho sociológico, sofrido por parte do povo espanhol que ficou no país, em relação a esse vazio” (VOLPE, 2005, p. 20). Em primeiro momento, ele abrange um sentimento de vazio, mas trazendo para a realidade da América do Sul, essa é uma questão muito mais profunda, já que o deslocamento dos procurados pela Ditadura Militar repercutiu de forma bem negativa na vida dos que ficaram nos países. Esses são aspectos bem específicos e que não podem ser comparados a outras realidades, já que a acidez da Ditadura fez vítimas e prisioneiros:

[...] um exílio residencial, ou insílio, sofrido pelos cidadãos que foram forçados pelas ditaduras a adotar uma atitude passiva e um semi-impotência que os destitui de sua autonomia moral e de sua iniciativa psicológica e também pelos que foram encarcerados e destituídos de todos os seus direitos (VOLPE, 2003, p. 81).

Dessa forma, segundo Volpe, podemos compreender o exílio não só como o vazio que fica, mas também as consequências e pressões externas das Ditaduras impostas aos que ficaram. Ou seja, conviver diariamente com a violência do regime e não reagir a ele de nenhuma forma. Uma espécie de exílio dentro do próprio espaço de pertencimento é uma espécie de marginalização do sujeito, um exílio interno, estranhamento político e sociológico com a sua própria nação. Segundo a estudiosa, “Havia os banidos, os que partiram por se recusarem a ser cúmplices, aqueles que eram perseguidos, os que estavam na clandestinidade, e muitos outros” (SOUZA, 2006, p. 67). Em situações de medidas mais extremas, um insílio também abrange aqueles que foram encarcerados e destituídos dos seus direitos. Podemos citar como exemplo os presos políticos durante o período da Ditadura Militar no Brasil que, na maioria das vezes, não haviam cometido nenhum crime de responsabilidade. O sistema precisava manter os inimigos impotentes, e a melhor forma para isso era torná-los seus prisioneiros.

As memórias do exílio de quem permaneceu são as mais traumáticas e existe todo um movimento de apagamento dessas memórias, justamente porque elas possuem um alto teor testemunhal, como vimos no capítulo sobre a literatura de testemunho e negacionismo. De acordo com Jessie Jane Vieira de Sousa em *Memórias de uma ex-presa política: insílios latino-americanos* (2006), sobre as memórias da Ditadura se constrói por meio da experiência insílica, pois “Será em torno do exílio que serão construídas as memórias dominantes sobre este período. Há quase que um apagamento das memórias prisionais e daqueles que permaneceram clandestinos dentro do país.” (SOUSA, 2006, p. 66). Ou seja, é exatamente nesse ponto que cruzamos o testemunho com a experiência do insílio, porque aqueles que não foram presos pelos militares, tiveram que viver em uma vida clandestina no seu próprio país. São justamente essas pessoas as testemunhas dos acontecimentos dos horrores do regime militar:

Contudo, o exílio, assim como a prisão, a clandestinidade, são penas impostas arbitrariamente como meio de se subtrair à violência do Estado. São causa de profundo abalo psicológico, já que importa no afastamento forçado do meio familiar, social e profissional. Aprofundam o sentimento de saudade em relação a tudo quanto foi perdido, especialmente à pátria. É como se cortassem ao exilado, ao prisioneiro e ao clandestino, as suas raízes (SOUSA, 2006, p. 66).

Permanecer não significa pertencer. Uma das características mais fortes do exílio quanto a sua semântica é o banimento, como anteriormente abordado. A experiência do insílio não muda de configuração, da mesma forma, experienciar um exílio sem o êxodo é também viver um banimento. Sendo assim, o sentimento de perda também é uma realidade, principalmente porque, por mais que se permaneça, a vida não tem como ser a mesma, isso tanto para quem foi prisioneiro, quanto para os que viveram uma vida clandestina. O banimento é uma pena, uma alternativa do Estado, mas isso não reduz a violência que existe nessas circunstâncias. Pelo contrário, o afastamento, a clandestinidade, o aprisionamento também geraram consequências e dores tanto quanto o deslocamento geográfico. A perda dos que viveram um insílio é inquestionável, pois, assim como os exilados, eles também tiveram que abdicar dos seus e de suas próprias verdades para sobreviver à violência do Estado:

E que o insílio, de alguma forma, se somava ao exílio na medida em que o destino de todos dependia do mesmo processo histórico, que naquele momento era marcado pelos sucessivos golpes militares que iam se processando ao longo do continente sul-americano – o que tornava ainda mais dramática a situação daqueles que “de dentro” ou “de fora” sonhavam com o retorno (SOUSA, 2006, p. 78).

É importante ressaltar que a guinada política era esperada tanto por aqueles que estavam em situação de exílio, quanto pelos que estavam presos ou vivendo sob uma identidade falsa. Todos nutriam a esperança de que a Ditadura teria um fim, principalmente depois da vitória da Unidade Popular no Chile que consistia em novas perspectivas para a esquerda na América do Sul: “No Brasil os presos políticos acompanhavam a experiência chilena com enorme entusiasmo e viviam das notícias que chegavam das dezenas de companheiros que lá estavam” (SOUSA, 2006, p. 75). Ou seja, a vitória de Salvador Allende proporcionou um lugar para os exilados e uma esperança para os presos políticos. Os ventos chilenos traziam a sensação de que a oposição não estava completamente derrotada, de alguma maneira ainda sobrevivia a possibilidade da guinada e da queda do militarismo. O Golpe Militar no Chile em 73 pôs fim a essa esperança construída:

O golpe militar do 11 de setembro de 1973 também desmoronou aquele pequeno mundo prisional. Aquela noite ficaram sem dormir, acompanhando, clandestinamente, pelas rádios de ondas curtas, o desenrolar dos acontecimentos. Depois as listas de mortos, prisioneiros e as notícias das embaixadas (SOUSA, 2006, p.78).

As notícias do golpe não demoraram a chegar no Brasil, toda aquela esperança caiu com as possibilidades da situação na América do Sul ser revertida. Os que estavam em insílio recebiam a notícia de que para fora do Brasil outras ditaduras eram instauradas, nasciam novos regimes de extrema direita. Isso reduzia as possibilidades da liberdade e do retorno à vida. Com a queda do governo de Allende caiu também o sonho socialista e por fim se compreendia que, a partir dali, o governo não iria mudar. O exílio interno agora não teria mais data para o seu fim. Tendo em vista essas possibilidades, nada mais importante do que agir com cuidado e andar pelas sinuosidades do sistema dali em diante:

Assim como no exílio, o insílio tem regras rígidas a serem observadas. E para aqueles que estavam clandestinos ou eram ex-prisioneiros, quanto menos falassem sobre o seu passado, menor seria a discriminação ou até mesmo o risco de nova prisão ou de desaparecer na calada da noite (SOUSA, 2006, p. 79).

Fora de alcance a reviravolta esperada, havia certos cuidados que uma pessoa em situação de insílio deveria ter para sobreviver ao sistema esmagador da Ditadura. Uma delas era com a sua identidade e passado. Quaisquer que fossem as circunstâncias, manter em sigilo o passado era uma garantia de segurança pessoal, assim como de outras pessoas, como familiares e amigos. Além disso, era importante manter em segredo os laços, as filiações e os envolvimento políticos. Tudo isso era imprescindível para a vida de um exilado, pois, quanto

mais sigilosa fosse a sua vida, maiores seriam as possibilidades de passar despercebido pelo sistema. Isso valia tanto para os que se deslocaram, quanto para os que ficaram.

Outro aspecto importante dentro do exílio é o anseio pelo retorno. Isso fica claro em toda escrita exílica. A saudade da terra natal é uma nostálgica tentativa de retornar para si mesmo, um eu que se perdeu junto com o afastamento dos seus. Mas é importante frisar que o exílio implica uma expulsão, logo não existe mais solo seguro no lugar de origem, pelo contrário, a pátria amada já não possui a mesma harmonia de antes. O exilado sempre busca pelo retorno. É o que Miriam L Volpe fala sobre o desejo de querer voltar, que é persistente na vida de quem partiu em exílio, como uma necessidade de ainda manter um elo com as memórias do lugar de origem. O termo que designa essa sensação é o desexílio, que representa a vontade do exilado de retornar ao seu espaço. Vejamos um trecho da obra em que a autora conceitua essa outra face do exílio:

Dado que o exílio, como conceito e como experiência, pode ser considerado bilateral se percebido em sua inter-relação com o não-exílio, implícito na nostalgia do que foi perdido, ou deixado para trás, e no desejo da volta, destaca-se o termo cunhado pelo escritor – desexílio [...] (VOLPE, 2003, p. 49).

Segundo Miriam L. Volpe, dentro da experiência do exílio, existe a nostalgia pelo que foi perdido, ou seja, a terra natal, as relações, os laços afetivos com o lugar e as pessoas, e esse sentimento implica no desejo pela volta, chamado desexílio. Desexilar é desfazer o exílio e retornar às raízes. Existe a saudade porque a distância que implica o exílio não é só geográfica, mas também política/social. Dentre as possibilidades de retorno, o exílio configura uma série de problemáticas que dificultam o desexílio. Como vimos anteriormente, existem muitos interesses ao entorno de um exilado, sua volta implica em negociações políticas, principalmente se o governo vigente ainda for o do banimento. O afastamento pode ser doloroso, mas ele não apaga as lembranças e o conforto do lar, pelo contrário, ele intensifica a importância desse lugar e as suas significâncias para o sujeito exilado:

É onde as raízes são mais profundas e mais fortes, onde se conhece e se é conhecido pelos outros, o onde se pertence. A ausência do lar pode nos levar à saudade. Os sem-teto são uma enfermidade social. A partir da perspectiva da experiência, lar constitui o padrão contra o qual todos os outros lugares são julgados, o que é captado nos inúmeros sentimentos populares: “Não há lugar como o lar”, “Lar doce lar”, “Lar é onde está o meu coração” (RELPH, 2014, p. 24).

Segundo Edward Relph, a ausência do lar implica no sentimento de saudade, o lar é o lugar de afeição do sujeito, nos apegamos ao lugar, construímos laços com ele, memórias e todos estes valores que são atribuídos ao lugar, o autor vem a chamar de lugar de lugaridade.

O que está muito relacionado com essa experiência do desexílio, já que esse sentimento de retorno tem a ver com a representação que a terra natal tem para o exilado. A representação da segurança, do afeto, das raízes e dos laços que foram deixados para trás pelo êxodo, como também, não podem ser construídos com o espaço de acolhimento da mesma forma que o de origem, por isso a saudade, a solidão e o anseio pelo lar:

Por mais que tenham êxito, os exilados são sempre excêntricos que sentem sua diferença (ao mesmo tempo que, com freqüência, a exploram) como um tipo de orfandade. Aqueles que realmente não têm lar consideram uma afetação, uma exibição de modismo o hábito de ver a alienação em tudo o que é moderno. Agarrando-se à diferença como a uma arma a ser usada com vontade empedernida, o exilado insiste ciosamente em seu direito de se recusar a pertencer a outro lugar (SAID, 2003, p. 55).

Por se sentirem órfãos da pátria, os exilados têm certa dificuldade em criar laços com o território anfitrião; por mais que para eles tenha dado certo, por mais que seja assim, existe uma excentricidade e uma indiferença em relação ao novo espaço. Nada é igual ao lar, à terra de origem, e por mais que se sinta acolhido em solos estrangeiros, o sentimento nunca será o mesmo que pertencer. A ligação com o solo é muito mais forte e vívida, a saudade irrompe as lembranças, segundo Said: “O exílio baseia-se na existência do amor pela terra natal e nos laços que nos ligam a ela—o que é verdade para todo exílio não é a perda da pátria e do amor à pátria, mas que a perda é inerente à própria existência de ambos” (SAID, 2003, p. 59). Laços esses que são afetivos e que se misturam com o sentimento de perda, pois o exílio é perder de forma definitiva o seu lugar.

No próximo capítulo, trataremos estes conceitos relacionando com a experiência relatada na obra *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) do escritor maranhense Ferreira Gullar. A obra cujo título já ensaia a experiência do exílio, perpassa por todos os caminhos que o escritor percorreu durante o período em que esteve exilado do Brasil que presenciava a Ditadura Militar. Sendo assim, no capítulo que constitui a análise do nosso objeto de estudo, atentaremos para todas essas nuances aqui discutidas, bem como elas se apresentam por meio do texto, ou seja, no relato da experiência. Compreendemos que estes conceitos são extremamente necessários para nortear esse olhar a qual nos propusemos a dedicar a obra. Por isso, este capítulo se fez tão necessário.

4 RABO DE FOGUETE: OS ANOS DE EXÍLIO: ESPAÇOS TRANSITÓRIOS - TESTEMUNHO, EXÍLIO E SALVAÇÃO

A personagem Ferreira Gullar presenciou mais de um estado em transição. A experiência no Brasil produziu reflexos na vida do escritor durante o tempo em que esteve no Chile: “Não dá mais para viver na América Latina. A cada dia há um golpe militar e nasce uma nova ditadura” (GULLAR, 2010, p. 191). Gullar presenciou uma ditadura nascer. O estado totalitarista marcou o seu início dos anos 70. Nesse período a personagem estava exilado a fim de se esquivar do que ainda acontecia em seu país. Quando a ditadura chilena se iniciou, Gullar mais uma vez estava em meio ao caos: o lugar que parecia representar um pouco de paz se tornou seu próprio cativo. Sendo assim, contadas pelas memórias da terceira parte do livro, este episódio demonstra uma relação com o espaço atípico, ser um exilado em um país que ameaça sua existência por conta do que a personagem representa em seu país de origem:

Nunca fez parte de meus planos escrever sobre os anos de exílio. Em 1975, quando Paulo Freire me solicitou um texto sobre minha experiência de exilado, para um livro que reuniria depoimentos desse tipo, neguei-me a escrevê-lo. Temia, de um lado, praticar inconfiáveis que comprometessem a segurança de companheiros, e de outro, sentia-me traumatizado demais para abordar o tema (GULLAR, 2010, p. 5).

Neste capítulo, pretendemos fazer uma análise da obra de Ferreira Gullar pelo viés da escrita de testemunho e a da experiência de exílio. Após quase uma década em silêncio, retorna às memórias da Ditadura Militar e revisita momentos que viveu durante esse tempo em que buscou abrigo em outros países para fugir da repressão. Gullar sabia que, se fosse pego pelos “milicos”, sofreria tortura ou coisa pior, sabia também tudo do que estava abrindo mão no momento em que caiu na clandestinidade. Pretendemos, portanto, ressaltar todos estes espaços e como o exílio acabou se tornando uma experiência particular em cada país em que o autor colocou os pés.

Além disso, a escrita de testemunho tem traços bem particulares. No caso da obra *Rabo de Foguete: anos do exílio* (2010), precisamos atentar para esse retorno por meio da memória, as informações que são trocadas por conta do medo, a representação em determinados momentos como artifício para retratar sobre uma realidade dolorosa. Tendo em vista que esse tipo de literatura é, sem sombra de dúvidas, repleta de sentimentos dolorosos, é a escrita que nasce do trauma, da dor. Escrever sobre a Ditadura é romper com as barreiras que existem dentro de si mesmo, com o medo do que pode acontecer depois que tudo vier à

tona por meio do texto, é o terror que não cessa, mesmo quando restam apenas os seus fantasmas.

Sabemos que escrever sobre os anos de exílio nunca esteve nos planos de Ferreira Gullar, parte do prefácio do livro é um desabafo sobre os anos de silenciamento causados pelo trauma. É uma obra que nasce do silêncio, silêncio este que implica uma série de significados. A voz silenciada de Ferreira Gullar perpassa pelos traumas que os anos de exílio causaram, o medo do terror que não parece ter se findado após a Lei da Anistia. O risco de falar sobre o que aconteceu naqueles anos, de retomar o passado e de nunca conseguir apagar as marcas que aquele tempo sombrio deixou na vida de todas as vítimas da repressão. O silêncio em *Rabo de Foguete* é muito mais do que a negação, ele precede a escrita por representar o temor, não apenas o medo por si mesmo, mas também pelo outro. A ditadura acabou, mas até onde as suas consequências poderiam chegar?

Com base nisso, trataremos a respeito de dois importantes aspectos presentes na obra *Rabo de Foguete: os anos de exílio*, do escritor maranhense Ferreira Gullar. O primeiro diz respeito à literatura de testemunho, já que consideramos essa obra um resgate de memória não só da Ditadura Civil Militar Brasileira, como também uma memória das séries de reviravoltas políticas que culminaram nos Golpes Militares na América Latina. De forma que pretendemos aqui lançar um olhar sobre essa obra pelo viés do testemunho que se mantém vivo por meio da memória. Outro ponto significativo, para além do testemunho, é a experiência de exílio do escritor. Como sabemos e já foi abordado anteriormente, essa obra em questão é, indiscutivelmente, uma obra sobre o exílio, pois rememora os caminhos que o escritor percorreu durante o período em que viveu em outros países exilados.

Antes de mais nada, vale ressaltar que a obra em questão está organizada em quatro partes, cada uma delas coincide com um episódio específico e um espaço significativo na trajetória do escritor dentro do exílio. Sendo assim, *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010) está distribuída em 92 capítulos curtos e retrata a experiência em mais ou menos quatro países, começando a sua jornada em Moscou, na antiga União Soviética; em Lima, a capital do Peru; Santiago no Chile e Buenos Aires, na Argentina. De acordo com Oliveira (2015), o exílio começa em 1971 e termina em 1977 quando o escritor retorna para o Brasil, especificamente, o Rio de Janeiro. Durante esse período, duas obras foram escritas por Ferreira Gullar, a primeira delas é *Dentro da noite veloz*, publicada em 1975, e *Poema sujo*, em 1976. Ambas produções fortemente marcadas pela experiência de exílio, ou seja, são obras exílicas.

Frisamos que, em um dos capítulos do livro, o escritor narra sobre o processo de escrita do *Poema sujo*, uma produção que, de certa maneira, salvou o escritor do colapso. Essas são questões que serão abordadas a posteriori, de início, precisamos considerar a obra *Rabo de Foguete: os anos de exílio* como uma importante literatura de testemunho, tendo o seu papel fundamental no resgate da memória das vítimas da Ditadura Civil Militar, para depois adentrarmos nas questões relacionadas com o exílio e as produções que nascem dele, como as que rememoram a experiência.

4.1 Gullar e a escrita de testemunho: presente e passado

Rabo de foguete: os anos de exílio (2010) é uma obra memorialista, isso porque a personagem Ferreira Gullar está no presente rememorando os anos em que viveu o exílio e a perseguição política da América do Sul. Mais precisamente, a obra é um passeio por estas memórias em que o escritor presenciou o surgimento de mais de uma Ditadura Militar, em países como Brasil, Chile e Argentina. Segundo estudiosos como Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira (2015), Gullar já havia atravessado quase duas décadas de silêncio, quando enfim decide escrever sobre o que lhe aconteceu durante esse período. Para ele, este tempo é o suficiente para o experimento e sistematização dos acontecimentos, para, então, fixá-los em determinado enquadramento da memória. Ou seja, o escritor demorou muitos anos para digerir os acontecimentos vividos em seu exílio.

Sabemos que a Ditadura Militar começou em 1 de abril de 1964, no entanto a frente opressora do Regime só engrossa a partir do Ato Institucional n. 5 em 13 de dezembro de 1968, quando a repressão se intensifica e a censura passa a controlar toda a sociedade civil. Segundo Rosane Batista, Gullar se filiou ao Partido Comunista em 1964, junto com a esposa Thereza Aragão. Quando é decretado o AI-5, o escritor é preso, e se especula que ele só passou a viver como um clandestino por volta de 1970. Em *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010), não constam as memórias da prisão sofrida entre os anos de 64 a 70, somente o que diz respeito a sua vida como um clandestino, o que nos leva a considerar quem a partir de 1970, ou seja, as memórias de *Rabo de foguete*, são as memórias de um fugitivo político e exilado brasileiro:

Fui até o bar na esquina e comprar um pacote de cigarros, muito embora tivesse parado de fumar há quatro meses. Fiz sinal para um táxi e segui nele. Estava tenso, a cabeça turva. Desci próximo ao edifício para onde ia em Copacabana, detive-me por algum tempo observando se alguém me seguira e finalmente dirigi-me para o apartamento onde começaria a minha história de clandestino (GULLAR, 2010, p. 10).

É interessante perceber o olhar presente da personagem sobre o seu passado, principalmente esse início em que a memória do instante divide a sua vida. A vida que seria deixada para trás, ao se tornar um clandestino, e a vida que estaria por vir, que no presente se sabe ter sido atravessada por muitos momentos difíceis. A presença do verbo “começaria” conjugado no futuro do pretérito, compreende o alhar de um narrador que está no presente, este é conhecer do futuro que ainda vai acontecer sobre o passado. Nesse trecho, é possível perceber que Gullar escolheu falar apenas sobre os anos da perseguição política no Brasil, mais precisamente, sobre os inúmeros eventos que culminaram na sua saída do país.

Em *Rabo de foguete*, existe a configuração de três tempos. Segundo Oliveira (2015), o primeiro é o presente, em que a personagem, Ferreira Gullar, já atravessou esse processo de construção e enquadramento da memória. O tempo passado, que se encontra entre os anos de 1970 a 1980, consiste em uma versão do escritor experienciando os eventos traumáticos da Ditadura Militar. E o tempo da memória, em que o presente revisita o passado trazendo à luz as lembranças, suscetível de refletir os traumas e decepções acumuladas ao fim da experiência. Assim, as lembranças são tocadas com certo tom da sensibilidade que existe do presente:

- É nisso que dá brincar com fogo.
Surpreendido, argumentei.
- Quis contribuir para ver menos injustiça no país.
- Eu sei, ajudar os pobres acha que eles estão ligando pra o que acontece com você?
Na hora me senti agredido. Depois refleti. Se eu, adulto, sofria por estar me afastando de meus filhos, mais deviam sofrer eles por ver que perdiam um pai (GULLAR, 2010, p. 38).

Nesse trecho da obra, em um diálogo com o filho Paulo, a personagem revive a culpa que sente pelos anos em que esteve distante, assim como os efeitos que a Ditadura Militar trouxe sobre a sua família. É perceptível essa responsabilização de Gullar quando rememora os sentimentos. Naquele momento, quando ouve os argumentos de Paulo, ele se sentiu ofendido, ou seja, um sentimento do passado. Mas ao refletir, depois de digerir os anos do exílio, o escritor consegue se colocar no lugar dos filhos e perceber o seu sofrimento em presenciar o pai vivendo uma vida sem destino, volta e permanência. Gullar deposita sobre si mesmo essa culpa; o sofrimento dos filhos e da família foram consequência das suas escolhas políticas, e isso é possível perceber em toda a obra.

De acordo com Beatriz Sarlo (2007, p. 10), a respeito da lembrança, “Poderíamos dizer que o *passado se faz presente*. E a lembrança precisa do presente porque [...] o tempo próprio da lembrança é o presente: isto é, o único tempo *apropriado* para lembrar e, também,

o tempo do qual a lembrança se apodera, tornando-o *próprio*”, ou seja, só é possível lembrar no presente; a lembrança não pode ser evitada, nem as sensações que ela nos desperta. De maneira a personagem, ao visitar as memórias da Ditadura, está carregado de toda essa bagagem de sentimentos, traumas, medos que são atrelados a ele. Isso porque aquele que rebusca um passado doloroso está suscetível a tocar em sentimentos e a acessar sensações que não podem ser controladas.

Pensando nisso, Oliveira (2015) levanta dois conceitos em seus estudos para explicar esse tipo de memória, o de memória voluntária e a memória involuntária, que acontece no fluxo da rememoração. Segundo o autor:

[...] a memória pode ser tanto voluntária quanto involuntária. A memória voluntária se mostra de modo superficial, uma vez que é guiada por uma construção intelectual que a representa. A memória involuntária, por outro lado, é uma irrupção que atravessa o sujeito que rememora, a partir do contato com algum elemento que desencadeia a irrupção da memória. Por isso, a memória involuntária, enquanto um relâmpago, é, necessariamente, carregada de sentimento e afetividade (OLIVEIRA, 2015, p. 83).

Ou seja, a memória involuntária é essa construída, enquanto que a involuntária é uma “erupção” porque é invocada pela rememoração por algum elemento e sua aparição é carregada de sentimentos. Para o estudioso, a personagem tenta reconstruir essa memória do exílio, apresentando uma memória voluntária. No entanto, essa memória involuntária também se apresenta em seu discurso, mas de maneira sistematizada. A personagem é sujeita às erupções citadas por Oliveira: “Isso significa afirmar que os afetos e a sensibilidade, próprios da memória involuntária, não desaparecem na sistematização oferecida pelo discurso da memória voluntária” (OLIVEIRA, 2015, p. 83). Por esses motivos que Gullar, ao lembrar determinados fatos, não deixa de expressar seus sentimentos como frustrações, angústias, decepção com o partido e ressentimento do trauma.

Quando retoma as suas memórias da Ditadura, a personagem experiencia tanto sentimentos revisitados pela memória, como os que existem no presente: “Atordoadado, mal conseguia acreditar que aquilo estivesse acontecendo” (GULLAR, 2010, p. 9). Atordoadado é como o escritor se sentia quando caiu a ficha de que ele havia sido entregue aos militares, enquanto que o esforço por não conseguir acreditar deixa clara a insatisfação presente com esse passado injusto. Decisões de outras pessoas afetaram profundamente a sua vida: “Agora, enquanto todos os demais membros do comitê cultural iam poder responder ao processo normalmente, eu teria que mergulhar na clandestinidade” (GULLAR, 2010, p. 10). Ou seja, o fato de se sentir o único a ter que viver uma vida de sombras, revela a sua insatisfação com o partido. É importante ressaltar que o motivo que tornou a vida no Brasil insegura para o

escritor foi o seu envolvimento político, que, segundo a personagem, não passou de um posto, sequer exercido.

Dessa forma, as angústias acessadas por meio da memória também refletem os sentimentos do presente, como o de injustiça: "Interrompi a brincadeira com o gato e, ainda sorrindo, segurei o fone, sem suspeitar que a minha vida começara a virar de cabeça para baixo" (GULLAR, 2010, p. 9). Nesse trecho da obra, é possível perceber o olhar do presente para o passado, isso porque existe um narrador que já vivenciou toda essa história e que tem a possibilidade de entender que, a partir daquele momento, a vida não seria mais a mesma. Para além disso, existe um tom de ressentimento nessas palavras. Ferreira Gullar faz questão de ser descritivo na cena, constrói um paralelo entre a tranquilidade da vida que existia e o que o futuro lhe reserva. Foi naquele momento que a personagem sentiu que a sua vida lhe tinha sido roubada:

A esse respeito, vale lembrar que pensar o passado demanda um jogo entre esquecimento e lembrança, que ocorre de forma inconsciente e, nesse embate, o recorte do lembrado e daquilo que deve ser esquecido aparece dentro de uma relação do que tem sentido ou não para o exercício da rememoração. A memória é um trabalho de interpretação do passado, feita no presente e que nos permite pensar a relação entre indivíduo e sociedade (BATISTA, 2011, p. 146).

Os fatos contados por Ferreira Gullar partem de uma reconstrução do real, portanto é natural que exista esse jogo entre a lembrança e o esquecimento. Segunda a autora citada, esse tipo de exercício de rememoração leva em conta o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. Em se tratando de uma escrita que nasce do testemunho de um evento tão marcante como a Ditadura, esse jogo é ainda mais preciso, pois o escritor fez um esforço para recordar os acontecimentos, mesmo sendo dolorosos. Além disso, ressaltamos a importância do prefácio da obra, que deixa clara a sua resistência em falar sobre o que ocorreu na Ditadura Militar, esclarecendo a necessidade de omitir determinadas informações.

Rosane Batista (2015) sugere que esse jogo entre omitir e inventar novos nomes às personagens reais plana o texto de Ferreira Gullar entre o autobiográfico e a ficção. No entanto, discordamos, pois o escritor explica que o tempo havia aliviado o trauma e anulado algumas implicações políticas. Mas, ainda assim, ele optou por selecionar o que seria contado no livro: "Algumas pessoas que comigo conviveram no exílio, se não aparecem neste livro ou são apenas mencionadas, isso se deve à opção que fiz de contar apenas o essencial" (GULLAR, 2010, p. 5). Isso ocorre porque existem as implicações do trauma, afinal, o temor pelos agentes do Regime permanece, mesmo que tenha tido um fim.

Ressaltamos o que Seligmann-Silva fala sobre a rememoração da memória: “Existe um limite inexorável da memória e da rememoração. Os sobreviventes [...] convivem com a polaridade - muitas vezes posta de modo a não deixar escolha - entre o viver e o lembrar. O silenciar alia-se, muitas vezes, ao viver” (SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 90). Silenciar determinadas histórias por escolha não consiste em dizer que o autor ficcionaliza, mas que ele opta pela sobrevivência. Não só pela sua sobrevivência, afinal a Ditadura Militar no Brasil ainda é um assunto muito delicado que fomenta o debate e, por mais incrível que pareça, é alimentado por apoiadores e negacionistas, como também pela segurança das pessoas que estiveram e estão envolvidas no seu relato. Nutrido ainda pelo trauma, o poeta prefere não correr riscos.

As memórias de *Rabo de foguete: os anos de exílio* são tanto as memórias individuais de um fugitivo e exilado político, como também as memórias da Ditadura Militar e do estado totalitarista: "A partir desse livro, pode-se tornar Gullar como sujeito que testemunhou e narrou a experiência do exílio, trazendo a possibilidade de uma memória da história política e cultural brasileira desse período” (BATISTA, 2011, p. 147). Não só da memória da política brasileira, mas da América do Sul, já que o escritor presenciou mais de uma ditadura nascer em outros países:

Assim, as ações terroristas e a repressão passaram a se alimentar uma da outra. Residências eram invadidas, pessoas sequestradas e submetidas a torturas bestiais, os militantes presos eram com frequência assassinados e dados como tendo fugido da prisão. Os jornais, controlados pela censura, eram obrigados a noticiar a versão mentirosa com o que os militares procuravam encobrir a execução sumária de seus adversários políticos. A cegueira que tomou conta das facções terroristas levava-as a executar os seus companheiros, quando sob tortura, faziam confissões comprometedoras (GULLAR, 2010, p. 18).

Nesse trecho, o escritor descreve o endurecimento da Ditadura Militar no Brasil, como a repressão passou a se alimentar da resposta das ações terroristas, e vice-versa, a ponto de a violência ter se tornado cada vez mais perversa. Outro ponto a se perceber é o trauma. É quase impossível se apartar do ressentimento e isso o escritor deixa implícito nas entrelinhas do texto. Para a personagem as ações da esquerda se dividem em uma frente “passiva” que acreditava em uma retomada democrática do poder do Estado, e a “ultra-esquerda” que buscou o enfrentamento direto, quase levando o país a uma guerra civil. Por meio dessa crítica, é possível perceber que o poeta não concordava com o enfrentamento direto e com alguns posicionamentos da esquerda brasileira.

Gullar vive por um tempo no Brasil, testemunha os atos de violência de Estado, assim como a censura e a perseguição política. A sua experiência pessoal como um foragido político

nos dá uma ideia de como foi a Ditadura para aqueles que estavam do outro lado do poder, o lado dos derrotados. Personagens reais como Ferreira Gullar têm papel fundamental para a manutenção dessa memória que advém da experiência, o testemunho. É, sem sombra de dúvidas, uma forma de resistir às opressões que ainda possam existir, principalmente aquelas que tentam negar os acontecimentos desumanos que sucederam na América Latina, inclusive no Brasil. A memória dos sobreviventes da Ditadura é uma forte contribuição para a importância da manutenção da democracia, como um modelo de um governo para o qual não podemos correr o risco de retornar:

O testemunho possibilitou a condenação do terrorismo de Estado; a ideia do “nunca mais” se sustenta no fato de que sabemos a que nos referimos quando desejamos que isso não se repita. Como instrumento jurídico e como modo de reconstrução do passado, ali onde outras fontes foram destruídas pelos responsáveis, os atos de memória foram uma peça central da transição democrática, apoiados às vezes pelo Estado e, de forma permanente, pelas organizações da sociedade. Nenhuma condenação teria sido possível se esses atos de memória, manifestados nos relatos de testemunhas e vítimas, não tivessem existido (SARLO, 2007, p. 20).

Consideramos o tempo que o escritor ficou na União Soviética uma experiência incomum, mas possível, sobre o qual debateremos neste capítulo. No entanto, a maior parte do exílio de Ferreira Gullar foi experienciada na América Latina; primeiro no Brasil, depois no Chile, Peru e Argentina. Em três desses países o poeta brasileiro teve o infortúnio de presenciar o Golpe Militar. No Brasil, o escritor ainda conseguiu viver por um tempo, como já discutimos, até o momento em que foi completamente encurralado e com poucas chances de permanecer; por decisão do partido, o escritor foi mandado para a Europa. Quando retorna, a personagem decide ficar em Santiago no Chile. É justamente nesse país que ele testemunha de perto a violência e os excessos do Estado. Mas não somente a reviravolta política e os riscos de ser um estrangeiro exilado em uma Ditadura, em uma outra nação.

O relato de Gullar perpassa pelos mesmos sentimentos em todos os países em que viu o extremismo político se alastrar com força, a ponto de se tornarem totalitaristas. Em todos eles, mudavam-se as personagens, no entanto as ideologias, perseguição e cisma eram as mesmas. No Chile, o escritor presenciou viradas históricas, a queda do governo de Salvador Allende mudou o cenário político do país. Ferreira Gullar testemunhou as mudanças acontecerem, bem como a violência tomar conta de Santiago, pessoas desaparecerem e excessos oriundos do Estado.

4.2 A experiência em Moscou: um exílio especial

A segunda parte da obra *Rabo de foguete: os anos de exílio* é sobre o período em que o escritor ficou exilado na Europa, exatamente em Moscou, na antiga União Soviética, e começa no capítulo 19. É sobre o solo estrangeiro que o escritor começa a viver o seu exílio. Ferreira Gullar fica instalado por um tempo em um centro de treinamento: “A tal casa de campo era de fato um centro de treinamento militar” e continua no próximo parágrafo: “Só tomei conhecimento do que realmente estava fazendo ali, na aula que começou por volta das 10 da manhã e onde um instrutor explicou-nos o funcionamento e o poder de fogo do fuzil usado pela FAL e do kaláchnikov, de fabricação soviética” (GULLAR, 2010, p. 56). Qualquer que fosse esse lugar o objetivo era preparar os seus egressos para a armada. O que assustou um pouco a personagem, já que ele acreditava na “passividade” do Partido Comunista Brasileiro:

O Instituto Marxista-Leninista - ou Escola do Partido - famoso por seu papel na formação de quadros para o movimento comunista internacional, ficava a poucas quadras da nossa residência coletiva, o que nos permitia fazer o percurso a pé. Não havia nada escrito na fachada ou na porta, mesmo porque, como soube mais tarde, o Instituto era clandestino, ou seja, afora dos dirigentes do PCUS e os membros ligados ao trabalho da instituição, ninguém em Moscou sabia o que funcionava naquele prédio (GULLAR, 2010, p. 59).

O centro de treinamento, segundo o escritor, não era legalizado. Neste lugar, a personagem assumiu uma outra identidade e, para a sua proteção, deixou de ser Ferreira Gullar e passou a se chamar Cláudio. Vivia uma rotina de aulas, conversas com outros brasileiros. No entanto, esse episódio da vida do escritor é interpelado por uma relação amorosa, pois, depois de poucos dias em Moscou, o poeta conhece uma mulher por quem se apaixona. É em um dos intervalos que o escritor a encontra: “Foi num desses intervalos de aula que me senti observado. Ergui a vista e me deparei com dois olhos verdes, oblíquos, fitando-me. Estremeci. Era uma mulher jovem e muito bonita. (GULLAR, 2010, p. 61). A partir dali os dias são frios e mórbidos, ocupados pela entrega às narrativas de uma paixão efêmera.

O romance vivido com Elôina ocupa o sofrimento do exílio, transformando-se num episódio-hiato em todo o livro. De acordo com a Miriam L. Volpe, em *Geografias de exílio* (2005), nem todas as experiências de exílio enfrentam apenas o sofrimento, há aquelas cujo destino se diferem. Claro que essa não é toda a realidade do que viveu a personagem, mas a paixão por Elôina o deslocou dessa realidade de dor e o fez experimentar algo bom diante das dificuldades. Um sentimento bom acalenta a alma, toma conta da parte que antes era apenas dor, silencia o sofrimento e cede espaço para a esperança: “Era irresistível aquele rosto de

menina em contraste com um corpo de mulher” (GULLAR, 2010, p.77). O escritor se percebia cada vez mais seduzido pela beleza daquela mulher russa. Sobre essa experiência, podemos trazer a reflexão feita por Miriam L.Volpe:

Cada um vive o exílio à sua maneira. Assim como há aqueles que se fecham na saudade da pátria que ficou para trás - isso faz com que se sintam sempre estrangeiros e sofram em dose dupla - a situação do exilado, tanto material quanto psicológica [...] pode ser dinâmica. Poderia mudar de exilado a imigrante e vice-versa, dependendo de sua integração ao país receptor, pois, embora tivesse partido com o firme desejo de voltar, esse desejo pode se reduzir proporcionalmente ao tempo do exílio (VOLPE, 2005, p. 99).

Não que este seja o caso da personagem que, de forma alguma, deixou de ser um exilado e passou a ser um imigrante. No entanto, trouxemos esse trecho da obra de Miriam L.Volpe para demonstrar como o exílio pode mudar de configuração, como nem todo exilado está sujeito a viver sob essa atmosfera dolorosa. No caso de Gullar, a relação amorosa com Elôina o faz esquecer um pouco as condições de sua passagem por Moscou, mas, ainda assim, mesmo vivendo todo esse envolvimento em uma nova paixão, vez ou outra, algo fazia a personagem lembrar das suas condições e da saudade da casa, pátria e família. É importante ressaltar que uma das características do exílio é a saída por questões políticas e isso pode ser percebido nos primeiros anos de exílio da personagem, mesmo com as distrações presentes por sua passagem pela Europa.

Ferreira Gullar faz questão de enfatizar que abandonar seu país nunca teria sido uma escolha sua, mas uma condição que lhe foi posta. Mesmo estando seguro outra vez, longe da repressão e de toda a violência da ditadura, o apego pelo lar, pelo lugar de pertencimento, sempre estaria à porta: “E senti um aperto no coração: que estarão fazendo a esta hora meus filhos? E meu gatinho Camilo? O verão irrompeu na lembrança, a praia de Ipanema sob o sol ardente, repleta de banhistas, os amigos rindo, a cerveja gelada. Senti-me injustiçado” (GULLAR, 2010, p. 78). A lembrança do lar, dos amigos, do lugar ocupava a mente do escritor, impregnava-lhe o sentimento de injustiça. De fato, a personagem era só mais uma das muitas vítimas que a Ditadura Militar fez no Brasil. Gullar sentia falta de coisas específicas do Brasil, especificidades estas diretamente ligadas à sua identidade como ser, a exemplo de uma lembrança do verão brasileiro que contrastava com o frio de Moscou.

Segundo Dardel, esse sentimento que liga o homem a sua terra se explica por meio da geograficidade, conceito que designa este sentimento profundo pelo solo, como uma espécie de cumplicidade existencial que liga o Homem à Terra; ou seja, para ser, é necessário estar. O homem se apropria do espaço por meio das suas experiências, é o amor pela terra, por suas

origens que definem quem é o sujeito. Por este motivo, o elo com a terra é tão significativo para o homem, porque ela desperta o sentimento de pertencimento:

Conhecer o desconhecido, atingir o inacessível, a inquietude geográfica precede e sustenta a ciência objetiva. Amor ao solo natal ou busca por novos ambientes, uma relação liga o homem à Terra, uma *geograficidade* (*géographicité*) do homem como modo de sua existência e de seu destino (DARDEL, 2015, p. 1).

Assim, a geograficidade é esse sentimento de pertencer a um espaço, é o amor pela pátria, pelo solo, pelas origens. De acordo com esse trecho citado da obra de Dardel, este conceito se mistura com a própria existência humana, assim como a identidade, pois o homem está ligado à terra pelo sentimento, pela afetividade ao espaço. Quando pensamos no exílio e na relação que o homem estabelece com o seu lugar de origem, compreendemos a complexidade do sentimento que se desenlaça à medida que um exilado alcança outros espaços e não consegue retornar para o seu original. Apaixonar-se por Elôina, para a personagem, foi como criar uma realidade paralela que ocupava o vazio que o adeus deixou, mas não só isso, trouxe de volta o afeto coibido pela desconfiança e insegurança do exílio. Existiu o calor em meio ao frio russo, calor que só foi possível quando o escritor deixou de lado a sua própria realidade como desertor:

As cartas demoravam para chegar porque eram enviadas antes para a Itália, de onde um companheiro do PCI as mandava para o Brasil. As respostas seguiam o mesmo caminho, ao inverso.

- Às vezes o companheiro viaja e aí a correspondência atrasa mais ainda - explicaram-me.

Felizmente, naquela noite, me informaram que íamos fazer um passeio a Leningrado no próximo fim semana.

- E a Elôina vai - confidenciou-me Fábio, o único a quem falara de meu interesse por ela.

- Como soube?

- Os nicaragüenses também vão. Ela não é a tradutora deles?

Adormeci sonhando com a viagem (GULLAR, 2010, p. 79).

Nesse trecho da obra, é possível perceber como as demandas do exílio vão aos poucos dando lugar à paixão. Gullar fala sobre a sua preocupação com as notícias do Brasil, a demora na comunicação daquela época, atrasava a chegada de qualquer informação sobre sua terra natal. O assunto sobre as correspondências, que atualizariam o escritor sobre a família e, até mesmo, sobre as suas condições exílicas, foi facilmente interpelado pelo assunto Elôina. O escritor deixa as suas preocupações e passa a sonhar com o momento em que estariam fora daquele contexto do centro de treinamento. É importante ressaltar que Elôina é russa, e, apesar de seu interesse por Gullar que fica explícito ao longo do texto, existiam certas diferenças culturais entre os dois. Diferenças estas que poderiam pesar em algum momento ou

tornar a relação inviável para o casal. No entanto, essas diferenças não eram percebidas e a bela mulher ia cada vez mais ganhando o coração do escritor:

Cheguei ao quarto ainda com coração aos poucos. Era como se tivesse bêbado de felicidade, tudo que ocorreu naquela noite se repetia na minha mente numa espécie de vertigem que me tirava o fôlego. Pus na vitrola o disco que estava mais à mão e me deixei embalar pela música de Brahms. Adormeci sorrindo (GULLAR, 2010, p.103).

Afastado da família, de seu país e até mesmo da sua própria identidade, ocultada pelo sigilo e segurança de todos, a personagem vivencia uma espécie de utopia dentro da sua própria distopia íntima. Apesar de estar em uma terra estrangeira, cujo idioma não é o seu, cujos costumes divergem da sua própria cultura, a personagem se deleita em uma relação com Elôina que torna o espaço familiar. Moscou já não é mais a mesma quando o romance se inicia, nem mesmo Gullar: “Passamos a nos encontrar às tardes de sexta-feira, depois das aulas. [...] Mas estar com ela era minha alegria, fascinado como vivia por sua exótica beleza e pelo estranho universo que ela representava em minha imaginação [...]” (GULLAR, 2010, p. 113). Ou seja, Elôina representava um mundo, mundo este em que Gullar preferia se demorar. Ele se entrega de tal forma a esse sentimento amoroso que, aos poucos, Moscou ganha outros tons, deixa de ser tão fria e solitária. A personagem passa a enxergar vida na cidade e a percebê-la de outras formas.

Essa relação com Elôina faz com que o personagem amenize a sua falta de identificação com o lugar. Não é que essa relação com Moscou tenha se tornado topofílica, mas é que Elôina torna a cidade mais amigável e menos fria. Segundo Tuan, a "Topofilia é o elo afetivo entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vívido e concreto como experiência pessoal [...]” (TUAN, 2012, p. 19). Por mais que o exílio tenha proporcionado dores, elas foram silenciadas pelo sentimento por Elôina, a tal ponto que o escritor/personagem não se incomoda mais com o espaço. Pelo contrário, Elôina toma conta desse espaço que ficou vazio desde o seu rompimento com o Brasil. Com o olhar enebriado por essa paixão, o dia em Moscou ganha novos tons:

Passava das 10 da manhã quando deixei a casa de Elôina e, flutuando no ar, atravessei o parque em direção ao metrô. Era começo de primavera, as folhas novas já cobriam a maior parte das árvores, a luz da manhã vibrava suave. De tanta felicidade comecei a rir, jogando a bolsa para o alto, até dar com a canela num dos marcos de cimento que limitavam a alameda. Foi um baque forte que me fez segurar a perna e gemer, mas meu coração era só alegria (GULLAR, 2010, p. 112).

O frio dá espaço à primavera, as folhas novas cobrem as árvores, a vida se renova e essa renovação é sentida por meio da paisagem. Essa sensação de afeição pelo lugar se

contrasta com a do início da “segunda parte”, as sensações não são as mesmas: “Estava no outono e o tempo já era frio para mim” (GULLAR, 2010, p. 57). O outono, uma estação mais quente que o inverno, era frio para o escritor, mesmo que o clima fosse ameno. Além disso, contrasta também com a estranheza do espaço: “Depois de andar sem rumo, entrei em pânico. Não sabia voltar e não podia recorrer a ajuda de ninguém já que não sabia uma só palavra de erros. Senti-me um cretino” (GULLAR, 2010, p. 58). As diferenças culturais também causavam esse deslocamento, esse sentimento de não pertencimento, a ponto de o escritor se perder em Moscou e entrar em pânico por conta do impacto cultural, pois não conhecia nem o lugar, nem a língua.

Todas as vezes em que o escritor encontrava Elôina, esquecia um pouco a sua condição de exilado. Não só da sua condição, como também dos riscos que a relação acarretaria para os dois. Elôina era casada e também possuía outros relacionamentos, além do que ela mantinha com a personagem, fora isso, segundo o escritor, “A descoberta de uma relação como a nossa poderia ter conseqüências imprevisíveis para ela, como membro do aparelho clandestino do partido” (GULLAR, 2010, p. 114). É que o Centro não permitia esse tipo de envolvimento entre os membros internos. Mesmo com todas estas questões, os dois insistiam em persistir com a relação: “Era um amor complicado, o nosso, feito de felicidade e aflição” (GULLAR, 2010, p. 114); ainda assim, optaram por correr os riscos.

No entanto, o seu tempo em Moscou se esgotava à medida que o tempo foi passando. Em dado momento o escritor foi contatado pelo dirigente do PCUS para planejar o seu retorno à América. Gullar não deixa claro em que ano partiu de Moscou e retornou para o seu continente, apenas menciona que a partida foi três meses depois de uma passagem de ano, ainda era Ditadura no Brasil e o Chile passava por um momento de instabilidade no governo de Salvador Allende. De certo, Gullar não cogitava voltar para o Brasil, o escritor preferia viver em qualquer outro país do que retornar para o insílio em sua nação. Vejamos o trecho em que o escritor relata esse momento:

Pouco antes Renato estivera em Moscou e conversamos a respeito do que devia tomar ao sair da União Soviética. As opções eram: voltar para o Brasil, ir para a Argélia ou para o Chile. A hipótese do Brasil, eu descartei de cara, pois não estava disposto a voltar a viver na clandestinidade. Na Argélia, Oscar Niemeyer, meu amigo, prontificava-se a me conseguir emprego mas eu tinha certeza que não me daria bem lá. Restava o Chile (GULLAR, 2010, p. 135).

As marcas da repressão permaneceram profundas na vida da personagem, tanto que o escritor, mesmo exilado, preferiu não retornar para o Brasil. Gullar sabia que a situação brasileira não havia mudado, também diminuíram as suas esperanças no partido, como se todo

o futuro da nação dependesse de uma guinada que estava muito longe de ser almejada. De acordo com Miriam Volpe, a respeito dos seus estudos exílicos, a nostalgia sempre perpassa a vivência do exilado, e é possível perceber isso no relato de Ferreira Gullar: por mais que não quisesse estar de fato no seu país, morar no Chile, Argentina e Peru, países que fazem fronteira com o Brasil, representava estar perto de casa. Dessa forma, chegou o momento de partir e romper com o lugar para o qual Gullar não voltaria mais:

Eu te amo, eu te amo! — Disse beijando-me a boca e os olhos. Apertei-a nos braços com desespero.
— Desculpa — disse ela se soltando. — Vai, vai embora!
Procurei o bolso do seu casaco e pus nele o maço de notas que trazia comigo.
— O que é isso! — Nada. Depois você vê... Adeus.
Saí andando. Adiante me volvei e acenei para ela que permanecia no mesmo lugar. Apertei o passo. ‘Estou cada vez mais longe dela’, pensei comigo. ‘Como pode? Estou caminhando deliberadamente na direção contrária a minha felicidade!’ Na última curva da alameda, olhei para trás mas já não a vi (GULLAR, 2010, p. 139).

Moscou já não significava mais um exílio, partir daquele lugar para a personagem era como ir em direção oposta à sua felicidade. Para Edward Said, o exilado acaba “Agarrando-se à diferença como a uma arma a ser usada com vontade empedernida, o exilado insiste ciosamente em seu direito de se recusar a pertencer a outro lugar” (SAID, 2003, p. 55). Isto é, ele não se permite vivenciar uma relação de pertencimento em outro lugar. No entanto, Miriam L Volpe nos mostra que essa relação pode ser relativa, pois nem todo exílio implica o sofrimento. Existem configurações em que o exilado consegue sim se adaptar às circunstâncias do lugar e dar a ele novos sentidos: “Cada um vive o exílio a sua maneira” (VOLPE, 2005, p.98). No caso de Gullar, ao se despedir de Elôina, logo, de Moscou, o escritor sentiu estar deixando para trás a sua felicidade:

Estava agora sozinho, em Roma, com meu desamparo. Não havia como fugir. Tirei os sapatos e me estiquei sob o lençol, vestido como estava. ‘Eu nunca mais vou vê-la’, disse para mim mesmo numa explosão de lágrimas e soluços. ‘Nunca mais’. E me deixei ficar ali, inerte, finalmente rendido a minha dor, as lágrimas escorrendo-me soltas pelo rosto. Não sei quanto tempo durou aquele choro interminável nem em que momento adormeci. Ao acordar, já era noite e eu me sentia vazio, morto, conformado (GULLAR, 2010, p. 141).

O rompimento com Moscou pareceu muito mais doloroso do que com o seu país, mais porque o distanciamento daquele lugar implicava no fim da relação com Elôina. Ou seja, Moscou ganhou outros significados e valores, o espaço agora implicava uma memória, afetividade e vivências amorosas. Para Paul Ricoeur, isso se explica pela transição da memória corporal, intrinsecamente ligada às variações do sentimento de familiaridade e

estranheza, à memória do lugar que assegura atos importantes, principalmente o habitar. Segundo ele, “É na superfície habitável da terra que nos lembramos de ter viajado e visitado lugares memoráveis. Assim, as “coisas” lembradas são intrinsecamente associada a lugares” (RICOEUR, 1913, p. 53). Assim, as experiências vividas também se atrelam aos lugares. No caso de Gullar, a memória do lugar está ligada a esses sentimentos. Não era Moscou em si, era Elôina a representação do lugar e da felicidade para o escritor.

4.3 Os sentidos da vida na América Latina: fragmentação da identidade

Quando voltamos o nosso olhar para as experiências do escritor nas Ditaduras vivenciadas na América Latina, é notório que elas perpassam pelos três conceitos básicos desenvolvidos pela Miriam L. Volpe acerca do exílio. Ferreira Gullar esteve no Brasil por um determinado tempo, depois se exilou na União Soviética por cerca de seis meses, onde inclusive viveu um período muito atípico para um exilado. Depois disso, retornou para a América e transitou por países como Chile, Argentina e Peru. Na maioria deles o escritor viveu dias muito difíceis, ou por ser um exilado, ou estrangeiro, no caso do Brasil, por ser um foragido político. Em suma, havia algo em comum entre as vivências. Em determinado momento, o escritor se sentiu dentro de um *loop* em que o extremismo apenas se repetia, mesmo se tratando de um outro espaço. Ocorre que na América do Sul, nos anos de 1960 a 1980, os países assistiram à virada política por meio do Golpe Militar que utilizou dos mesmos mecanismos para implantar o sistema totalitarista de governo. Todos estavam suscetíveis, portanto, a repetir violências e abusos do Estado.

Em *Rabo de Foguete: os anos de exílio* (2010), a personagem principal vivencia as guinadas políticas na América e relata a sua experiência pelo olhar de quem esteve do outro lado da história. Sendo assim, Ferreira Gullar, por ter sido integrante do Partido Comunista Brasileiro, foi perseguido em seu próprio país, depois buscou exílio em outros espaços da América. Presenciou inúmeros eventos históricos que culminaram nas Ditaduras que governaram esses países durante décadas. Sua experiência perpassa por essas nuances estudadas por Volpe, de tal forma que é possível identificá-las no texto que narra as histórias vividas nos anos de exílio. Em primeiro momento, queremos trazer à luz dessa discussão o que o escritor vivenciou em seu próprio país, para, então, especularmos sobre as experiências além das suas fronteiras.

Na primeira parte do livro, o escritor narra sobre a sua experiência no Brasil. Depois de ter sido denunciado por um dos seus companheiros, Ferreira Gullar teve que abdicar da vida como um cidadão comum para viver como um clandestino em seu próprio país. Estudos

acerca dessa obra pouco debatem a experiência do escritor no Brasil, mesmo porque ainda é muito recente o debate sobre os clandestinos e prisioneiros políticos por um viés da experiência insílica. No entanto, tomamos como ponto de partida o que Jessie Jane Vieira de Sousa analisa como insílio na literatura de ex-presas políticas. Segundo ela, “No contexto das ditaduras militares que marcaram a vida política no Cone Sul, onde inúmeras pessoas foram apartadas da vida durante longos anos, poder-se-ia dizer que houve um insílio, um isolamento dentro da própria pátria” (SOUSA, 2005, p. 78). As pessoas que tiveram que ficar no seu próprio país em exílio foram as que experienciaram o insílio.

Assim, o período em que o escritor esteve no Brasil impossibilitado de viver a sua vida normal pode ser considerado uma experiência insílica. Pelo relato do escritor, existem algumas especificidades na experiência do insílio, não muito distantes das de um exilado, no entanto as configurações e sentimentos são muito próximos. Ferreira Gullar passou a viver clandestino em seu próprio país, precisava tomar alguns cuidados, como o de não ser reconhecido quando saísse, ou mesmo permanecer escondido por um bom tempo, sem ser visto por pessoas que poderiam entregá-lo às autoridades. Uma das características que podemos ressaltar em seu relato tem a ver com o tempo. Infelizmente, o insílio demanda tempo, está à mercê da durabilidade do regime, sendo, portanto, indeterminado:

- Acham que você vai ter que ficar escondido um bom tempo.
- Quanto tempo?
- Não sabem. Vai depender do processo.
- Processo? Que processo? Todos os denunciados vão ser chamados e interrogados. Os outros devem se apresentar, menos você.
- Já previa. A culpa é do filho da puta do Gonçalves que me meteu nessa fria. Me fez membro da Direção estadual contra a minha vontade.
- Dirigente, ou fala ou morre. É melhor não ir lá (GULLAR, 2010, p. 12).

O tempo para quem está vivenciando o insílio é indeterminado. No trecho citado, Gullar já estava sufocado pela vida clandestina e ansiava poder voltar para casa. Mas o clima ainda era muito instável, principalmente para aqueles que tinham algum envolvimento político. Era arriscado demais se expor, no caso dele, se chegasse a ser interrogado pelos militares, provavelmente sofreria algum tipo de tortura, porque o Regime não poupava ninguém. Segundo Paulo Evaristo Arns, na famosa obra *Brasil: nunca mais* (1990), os militares faziam de tudo para obter informações e confissões, criavam um clima de terror psicológico e, na maioria das vezes, a violência física chegava antes mesmo do interrogatório.

Segundo o estudioso da Ditadura brasileira, “O inusitado, no caso brasileiro, era a aplicação de torturas antes que o capturado fosse recolhido a uma dependência policial ou militar, sem se importar com a presença de vizinhos transeuntes” (ARNS, 1990, p. 79).

Tortura, inclusive psicológica, e espancamentos. De acordo com Arns, “[...] a tortura visava imprimir à vítima a destruição moral pela ruptura dos limites emocionais que se assentam sobre as relações efetivas de parentesco” (ARNS, 1990, p. 43). A tortura excedia os limites humanos e o escritor Ferreira Gullar fez o possível para escapar dessas medidas mais extremas. Acontece que, naquele momento, a Ditadura ainda iria durar muitos anos, e o que o escritor enfrentava era só o início do seu exílio:

E que o insílio, de alguma forma, se somava ao exílio na medida em que o destino de todos dependia do mesmo processo histórico, que naquele momento era marcado pelos sucessivos golpes militares que iam se processando ao longo do continente sul-americano – o que tornava ainda mais dramática a situação daqueles que ‘de dentro’ ou ‘de fora’ sonhavam com o retorno (SOUSA, 2005, p. 78).

Tanto a experiência exílica, quanto a insílica estavam suscetíveis a não terem um tempo determinado para o fim. Segundo Sousa, essas experiências dependiam de um processo histórico, e como todo processo histórico, esse fora marcado pelos golpes que se alastraram por toda a América do Sul. Logo, tanto para os que foram, quanto para os que permaneceram a vida não seria fácil e sem previsão de retorno. Outra característica que queremos ressaltar a respeito do insílio tem a ver com a segurança e incerteza do lugar. Enquanto para o exílio isso tem mais a ver com a dignidade, e podemos trazer à luz Edward Said: “Esse e tantos outros poetas e escritores exilados conferem dignidade a uma condição criada para negar a dignidade — e a identidade das pessoas” (SAID, 2003, p. 47), o insílio é bem mais cruel: se o poeta fosse encontrado, resultaria em consequências bem mais severas, que lhe roubariam o direito à vida:

- Vai embora daí agora.
- Por quê? O que aconteceu?
- Não posso falar muito, estou ligando da rua. Eles estiveram lá em casa. Entraram armados, ameaçaram Luciana e me seqüestraram.
- Te seqüestraram?
- Depois eu conto direito. Sai daí agora!
- Desligou. Fiquei um instante sem ação. Mal conseguia pensar. Dona Mayna me olhou preocupada.
- Aconteceu alguma coisa?
- Os milicos foram atrás de mim lá em casa. Vou ter que sair daqui.
- Sair por quê?
- Eles podem vir aqui também.
- E você vai pra onde?
- Não sei (GULLAR, 2010, p. 15).

Ser um foragido político em seu próprio país é conviver com a constante sensação de insegurança. Tudo na vida é provisório, principalmente a permanência nos lugares por onde os perseguidos políticos passavam. Por mais que a casa de Dona Mayna parecesse segura, e o

fosse de fato, permanecer por muito tempo lá seria correr riscos maiores e colocar outras pessoas em risco. Os militares entraram na casa da família de Ferreira Gullar, ameaçaram a sua filha Luciana, de 15 anos, na época, e sequestraram a sua esposa, o que era comum. Na Ditadura não havia diferença entre mulheres, crianças, jovens e pessoas vulneráveis, todos que fossem associados aos subversivos eram considerados uma ameaça e, logo, tratados da mesma forma. O que valia era a vontade do Estado: “[...] o país está acima de tudo, portanto, tudo vale contra aqueles que o ameaçaram” (GASPARI, 2014, p. 19). Pautados nisso, excederam todas as formas de poder:

À luz da ideologia da Segurança Nacional, o inimigo não era apenas uma pessoa física, era um eixo de relações visto potencialmente como núcleo de uma organização ou partido revolucionário. Assim, os que se encontrassem ao lado da pessoa visada, ainda que por vinculações profissionais, afetivas ou consangüíneas, eram indistintamente atingidos pela ação implacável dos agentes que encarnavam o poder do Estado[...] (ARNS, 1990, p. 78).

No trecho da obra *Brasil: nunca mais* (1990), Paulo Evaristo Arns explica como a ligação e os elos poderiam levantar suspeita para qualquer pessoa, independentemente do tipo de ligação que ela tivesse com os procurados pela ação dos militares. Conseqüentemente, essas pessoas eram associadas a algum tipo de organização ou grupos revolucionários formados pelos subversivos, logo sofriam algum tipo de retaliação, tão dura e implacável quanto aquelas aplicadas na oposição. Por esses motivos, Gullar temia pela sua família, amigos e pessoas próximas, porque ele sabia o que esse vínculo implicava.

Segundo o relato de Gullar, a Ditadura foi se tornando cada vez mais violenta: “O regime militar se tornava cada dia mais violento e repressivo” (GULLAR, 2010, p. 17) e, como resposta, crescia na esquerda a resistência, o que demonstra uma certa esperança que havia sido nutrida. Mas é possível perceber que existiam dois posicionamentos da esquerda frente ao Regime Militar: o primeiro posicionamento da esquerda acreditava que fosse possível vencer a Ditadura através da luta pela democracia, aproveitando as brechas deixadas pelo regime. E o segundo, o da “ultra-esquerda”, que embarcou na luta armada, via que a melhor forma de enfrentar os militares era responder à altura do ataque. Segundo Arns:

A organização de maior expressão e contingente, entre todos os grupos que deflagaram a guerrilha urbana entre 1968 e 1973, foi a *Ação Libertadora Nacional (ALN)*. Cisão do PCB, surgida em 1967, a ALN tem a sua história intimamente ligada ao nome de Carlos Marighella, antigo dirigente do partido. [...] A ALN ganhou projeção dentro e fora do país, em setembro de 1969, ao seqüestrar, juntamente com o MR-8, o embaixador norte americano no Brasil, por cujo resgate foram libertados 15 prisioneiros políticos e divulgado um manifesto (ARNS, 1990, p. 94).

Com repercussão dentro e fora do país, o ALN foi um dos grupos com maior notoriedade entre os rebeldes da resistência. Defendiam a luta armada, assim como acreditavam que a maior contribuição poderia vir das zonas rurais do país, discordando das teorias ortodoxas do PCB. Tendo como principal líder Marighella, defendia que do campo deveria nascer um exército de libertação nacional. Para Ferreira Gullar, que compactuava com ações mais pacíficas, mesmo diante de toda a situação de violência e abuso de poder do Estado, grupos como este fomentaram o aumento da ostensividade dos regimes. Marighella foi morto em novembro de 1969, em uma emboscada comandada pelo delegado Sérgio Paranhos Fleury. Depois da sua morte, outros grupos vieram a se formar. Conforme Arns, o ALN deu origem ao *Marx, Mao, Marighella e Guevara (M3G)* e o *Frente de Libertação do Nordeste (FLNE)*, nenhum deles teve tanta força e ações notórias como o ALN. Sobre as ações terroristas, o escritor relata que elas foram a grande causa para o engrossamento da repressão:

Assim, as ações terroristas e a repressão passaram a se alimentar uma da outra. Residências eram invadidas, pessoas seqüestradas e submetidas a torturas bestiais; os militantes presos com freqüência assassinados e dados como tendo fugido da prisão. Os jornais, controlados pela censura, eram obrigados a noticiar a versão mentirosa com que os militares procuravam encobrir a execução sumária de seus adversários. A cegueira tomou conta das facções terroristas, levava-as a executar seus companheiros quando, sob tortura, faziam confissões comprometedoras (GULLAR, 2010, p. 18).

Nesse trecho fica perceptível que o escritor não compactuava, de forma alguma, com os militantes que decidiram lutar usando da força no confronto violento. Gullar os trata como “terroristas” e culpabiliza-os pelo endurecimento do regime, mesmo que de forma sutil. Além disso, é possível perceber nesse trecho outras insatisfações do escritor que assistiu ao declínio da liberdade política, assim como dos direitos dos cidadãos brasileiros. Pessoas sendo assassinadas, jornais controlados e censurados. O escritor presenciava todos esses acontecimentos dentro da sua experiência de insílio. Além disso, ele ainda tece uma crítica aos grupos de subversivos que lutaram armados, chamando-os de “facções terroristas” e faz questão de ressaltar que as suas atitudes eram tão cruéis, quanto as dos militares.

Por conta da invasão da casa de sua família, Ferreira Gullar foi obrigado a procurar outro esconderijo: “O recrudescimento da repressão naquelas semanas levou-me a mudar de esconderijo” (GULLAR, 2010, p. 18). Depois de ter sido procurado, e sem sucesso, o poeta afrouxou os cuidados e passou a se expor um pouco mais, tendo voltado para casa para visitar a mulher e os filhos. Além dos encontros periódicos com Theresa, “Seria ilusão pensar que os militares iriam parar de procurar-me, depois da primeira investida frustrada. Embarquei nessa

ilusão, por algum tempo, chegando mesmo a ir dormir em casa algumas vezes” (GULLAR, 2010, p. 18). Por um breve momento, a cidade parecia um pouco menos hostil, isso porque o escritor acreditava que haviam desistido da sua procura. No entanto, essa era uma falsa sensação de retorno ao lar, de segurança por conta da proximidade, não havia uma barreira geográfica e física. Por permanecer no mesmo espaço, criava-se a ilusão de ainda pertencer a ele, uma pequena ilusão, já que esse tipo de exílio também é caracterizado pelo banimento:

A ditadura tinha tomado medidas para transformar os síndicos e porteiros dos edifícios em alcagüetes. Tornara obrigatório informar a polícia sobre algum novo morador que eventualmente passasse a residir no prédio. Devia o porteiro pedir-lhe o documento de identidade e anotar-lhe os dados para transmiti-los à autoridade policial (GULLAR, 2010, p. 27).

O Estado totalitarista tinha as suas formas de agir usando os cidadãos a seu favor, tornando mais fácil o controle da sociedade. Nesse trecho da obra de Gullar, podemos perceber como havia certos mecanismos que favoreciam a ação dos militares, tornando obrigatória a denúncia, uma das formas do fortalecimento do aparelho repressivo. Naquele dia Gullar foi abrigado por uma amiga, Ceres, entrou no edifício onde ela morava já com uma estratégia pensada para ludibriar os porteiros. O escritor permaneceu por um tempo com a família de Ceres: “Ganhei com a mudança. Não me sentia tão só como no apartamento de Leo, pois sempre havia alguém em casa [...]” (GULLAR, 2010, p. 27). Mais uma vez a sensação de falsa segurança interpela a personagem. Talvez por estar no seio familiar, mesmo que aquela não fosse a sua família ou por, de alguma forma, os amigos Ceres e Flávio despertarem essa sensação de normalidade da vida:

Assim como no exílio, o insílio tem regras rígidas a serem observadas. E para aqueles que estavam clandestinos ou eram ex-prisioneiros, quanto menos falassem sobre o seu passado, menor seria a discriminação ou até mesmo o risco de nova prisão ou de desaparecer na calada da noite (SOUSA, 2006, p. 79).

Durante a vivência com a família de Ceres, Gullar voltou a experimentar algumas particularidades da vida normal, no entanto esses acontecimentos são sempre de durabilidade breve. Em um dos episódios vivenciados pelo escritor, expressa como, apesar de estar em certa tranquilidade, esta poderia ser interrompida a qualquer momento, por isso Sousa ressalta as regras existentes no insílio. Certa vez, quando a família decidiu presentear o escritor com uma feijoada em um almoço de domingo, foram surpreendidos pela chegada inesperada de uma visita não solicitada: "Sucedo que às 11 horas soou a campainha da porta. A um foragido, o soar das campainhas sempre causa apreensão. Fiquei atento, escutando. A porta se abriu” (GULLAR, 2010, p. 29). Por sorte, eram apenas amigos da família, porém a apreensão de

Gullar era válida, já que, durante a repressão, havia muitos relatos de invasão domiciliar pelos militares. Estar a todo tempo em estado de alerta fazia parte da vida de um fugitivo político.

Por mais amigos que fossem aquelas visitas, ninguém poderia saber da presença de Ferreira Gullar no apartamento: “[...] decepcionado, percebia que meu prometido domingo de alegria dançara. E além do mais ia ter que ficar sentado ali naquela cadeira, segurando a porta do quarto, não sabia até quando” (GULLAR, 2010, p. 29). Dessa forma, o escritor permaneceu o resto da tarde sentado em uma cadeira, barrando a porta sem fechaduras, temendo que alguém descobrisse a sua presença. Por isso, não falar sobre o passado era necessário, bem como esconder a sua própria identidade:

Àquela altura havia tomado algumas providências para não ser facilmente reconhecido. Tratei de apagar os traços mais acentuados de meu rosto pouco comum: deixei crescer um bigode para encobrir o desenho marcado da boca, raspei os pêlos que emendavam as sobrancelhas, outro traço característico de minha fisionomia; pensei em raspar a cabeça mas, considerando que com isso chamaria mais a atenção, limitei-me a debastar a cabeleira (GULLAR, 2010, p. 32).

Sabemos que Ferreira Gullar foi um homem cujos traços fisionômicos eram muito acentuados e marcantes, o que o tornava uma pessoa inconfundível. Por esses motivos, durante o seu insílio, foi imprescindível cuidar da mudança de aparência, para não ser reconhecido com facilidade no Brasil. A clandestinidade possui regras específicas que deveriam ser seguidas à risca, Ferreira Gullar tinha conhecimento disso. Depois do episódio em que ele se sentiu muito próximo de ser descoberto pelos “milicos”, o escritor passou a tomar mais cuidado com a exposição, apagando os traços da sua identidade para transitar como um desconhecido pelo seu país. Por mais triste que isso possa soar, nas condições de um foragido político, quanto menos evidente a sua presença, maiores as chances de se manter longe da retaliação:

A tecnologia não inventou um medidor de saudades, mas, no insílio, esse sentimento é certamente mais sofrido, porque no interior do país sente-se a realidade na sua crueldade cotidiana. Enquanto aqueles que estão no exílio, no exterior, ainda podem fantasiar uma terra com palmeiras e sabiás sem ouvir as temerosas sirenes e o terror de ser acordado na madrugada com uma patrulha invadindo a sua residência, ou de abrir os jornais pela manhã de dar de cara com mais um amigo ‘morto em confronto com a polícia (SOUSA, 2006, p. 79).

A vida de um foragido político é cercada de saudades, estando fora do país ou não: “Já ia para nove meses de clandestinidade e aquilo me cansava. Sentia falta das noites sentado no bar com os amigos, das manhãs de sol na praia e sobretudo de minha casa, meus filhos, meus livros, minha vida” (GULLAR, 2010, p. 33). Persiste o sentimento de que a vida lhe foi

roubada, o lar, a pátria e a identidade. Um clandestino sobrevive com essa sensação de transitoriedade, como um ser vivendo entre mundos, paralelo à vida normal, que não pertence mais a lugar algum. Diferente da saudade do exílio, que sonha em retornar para a vida superestimada que foi deixada para trás, no insílio se conhece a realidade, a saudade versando com o medo o tempo todo.

Conforme Yi-Fu Tuan, em *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência* (2013), o espaço implica movimento. Por mais que houvesse uma ligação de parentesco, amizade e outros laços com as pessoas que faziam parte daquele meio, os espaços que foram cedidos ao escritor, durante a sua jornada clandestina, não possuíam o mesmo valor que o lar. Primeiro porque não havia identificação, ou laços e memórias afetivas. Segundo que todos esses espaços eram provisórios, nenhum deles sendo permanente. Devido à condição de exílio, permanecer por tempo demais em determinada localidade não era garantia de segurança. Isso é perceptível ao longo da obra: o clima constante de instabilidade e incerteza, medo ser pego a qualquer instante ou, pior do que isso, o medo de pôr em risco não só as pessoas que o acobertaram, mas também a sua família e os que possuíam filiação política. O espaço para o exilado, seja ele qual for, será sempre um espaço transitório:

A história de vida para um sujeito exilado não é um luxo. Fique ela circunscrita ao domínio do privado ou manifesta-se publicamente, seja organizada ou tenha lacunas, a narrativa do percurso exílico é fundamental para servir de âncora a uma subjectividade que, para desenvolver-se, não pode contar com nenhum enquadramento externo – discurso ou social –, rígido, pois o caminho do exilado impede-o de identificar-se plenamente com as referências culturais do lugar de origem como do lugar de acolhimento (NOUSS, 2020, p. 36).

Gullar saiu do país com a ajuda do partido; na travessia passou por alguns estados brasileiros até chegar ao Uruguai. Nesse percurso, foi se desfazendo da sua identidade falsa, para seguir com a sua nova identidade de exilado: “Na manhã seguinte, em sua casa, tomei banho e raspei o bigode, que se tornara desnecessário uma vez que não ia mais usar a carteira de identidade falsa e sim o passaporte” (GULLAR, 2010, p. 44). A persona incorporada em seu país já não faria mais sentido quando cruzasse a fronteira; por esse motivo, a ação de se desfazer dessa imagem, ainda em solos brasileiros, é muito significativa. Isso porque o escritor deixa em suas terras a imagem do homem que foi banido, permaneceu no mesmo espaço da expulsão e precisou se disfarçar para não ser reconhecido. Dali por diante outras nuances estariam por vir, outras limitações e inseguranças, mas de uma coisa Gullar tinha certeza, estaria bem longe dos militares: “Ao chegar ao outro lado do rio, fora do território brasileiro, senti uma estranha e inesperada sensação. Um peso enorme parece ter saído de

minhas costas. Eram meses e meses de tensão que terminavam naquele momento” (GULLAR, 2010, p. 44).

Ao cruzar a fronteira sobre o rio Jaguarão que divide os dois territórios, Gullar sentia que finalmente a perseguição se findava ali, apesar de que, anos depois, essa sensação não seria mais a mesma. No entanto, naquele momento, em que se passa o assombro da repressão, onde o lar já não é mais o mesmo e o sentimento de pertencimento é tão dúbio quanto as circunstâncias que o levaram até ali, o espaço em que se pisa, desperta uma estranha sensação de liberdade. Cruzar a fronteira desperta na personagem um sentimento de espaciosidade, enlaçada à sensação da liberdade (TUAN, 2013) e esse sentimento ganha tons de liberdade. Liberdade por conta de todo o sufocamento que a repressão e a experiência insídica causavam na personagem. Sofrer o exílio dentro do seu próprio país é transitar como um prisioneiro por entre as frestas dos olhos vigilantes do seu algoz, torcendo para não ser visto.

Queremos trazer para este momento uma colocação da Miriam L. Volpe que parece ressoar a todo instante, quando nos debruçamos sobre as experiências do escritor relatadas nessa terceira parte. Volpe ressalta que “[...] no exílio, as situações a serem enfrentadas em muito se assemelham às vividas no insílio” (VOLPE, 2005, p. 98), e nos arriscamos afirmar que essas duas experiências, exílio e insílio, se misturam nessa parte do relato de Ferreira Gullar. Diferente do que vimos no trabalho de Jessie Jane Vieira de Sousa em *Memórias de uma ex-presa política: insílios latino-americanos* (2005), é possível perceber que, em *Rabo de foguete: anos de exílio*, a personagem principal não nutria tantas esperanças assim em relação ao Chile. Pelo contrário, há na obra sérias críticas em relação ao governo de Salvador Allende: “[...] deduzi que a situação do governo de Salvador Allende não era tão boa quanto se afirma em conferências e palestras pelos alunos” (GULLAR, 2010, p. 144). Apesar de ser um estado socialista, o que proporcionou esperança para muitos exilados na América Latina, Gullar enfatiza que Allende cometeu sérios erros que agravaram a situação do país. É no Chile que o escritor vive de fato a vida de um exilado político.

Mergulhado nesse contexto, o escritor chega a Santiago sob um clima de instabilidade política, embargo econômico imposto pelos Estados Unidos, crise econômica e escassez no mercado. De acordo com o testemunho de Ferreira Gullar que vivenciou o declínio do governo de Allende, um ponto crucial tornou a situação ainda mais crítica: foi a aliança entre a classe média e os mais ricos do país, que passaram a compactuar com o discurso da direita chilena. Ao relatar sobre a sua chegada no Chile, Gullar ressalta o estado de instabilidade política: "Quando cheguei a Santiago em maio de 1973, encontrei a cidade paralisada por uma

greve de transportes que só terminaria cinco meses mais tarde com a queda de Salvador Allende” (GULLAR, 2010, p. 145). De início, prenuncia a queda socialista chilena:

Não foi preciso muito tempo para perceber que as tensões crescentes da sociedade chilena punham em risco o governo socialista. Para quem vinha de fora, isso parecia evidente embora não fosse para os exilados que lá viviam, ou porque estavam comprometidos demais com o processo ou porque preferiam não encarar a realidade. Manifestei a Armênio essa preocupação e pedi a ele que me ajudasse a regularizar minha situação. Afinal de contas, declarara que ficaria três dias no país e já estava lá há duas semanas (GULLAR, 2010, p. 149).

No entanto, assim como no Brasil, o clima político passava por diversas instabilidades e uma nova ditadura era vista cada vez mais próxima: “- Na classe operária, acredito. Não acredito é nos militares. Essa história de que o Exército chileno é profissional e por isso não dá golpes, eu não engulo” (GULLAR, 2010, p. 149). Ele não estava errado em pensar dessa forma, afinal, o apoio a Salvador Allende ia se reduzindo cada vez mais com o cerco se fechando. De certo é que Ferreira Gullar presenciou mais de um estado em transição, e, talvez, a experiência no Chile tenha sido mais aterrorizante do que a que o escritor viveu no Brasil. O clima no país foi se obscurecendo cada vez mais, e, aos poucos, as ações terroristas se tornavam cada vez mais violentas. Tudo isso testemunhado pelo escritor brasileiro:

Todas as noites explodia uma bomba próximo ao nosso apartamento.
- Não se preocupe, é a bomba das oito - disse-me Raimundo.
E me explicou que era ação de uma organização terrorista chamada Pátria y Libertad, que já havia realizado vários atentados por todo o país e cuja atividade aumentava a cada dia. O que não demorou a confirmar-se: uma semana depois voava pelos ares um depósito de combustível que abastecia quase todo o sul do país (GULLAR, 2010, p. 151).

Todos estes movimentos só agravavam a situação do país, as ações terroristas já estavam agindo com muito mais poder com o passar do tempo. Por diversas vezes os terroristas interromperam a transmissão ao vivo do pronunciamento oficial de Allende. Era como se, aos poucos, o país fosse se esvaindo das mãos dos socialistas. O sonho de um projeto de revolução socialista estava cada vez mais distante. Segundo Pedro Ernesto Fagundes (2013), Patria y Libertad foi um grupo anticomunista criado por Pablo Rodriguez Grez durante a campanha presidencial de 1970. De acordo com ele, este grupo esteve ligado a uma série de ações terroristas, sequestros e torturas dos militantes de esquerda, além de ter sido um forte aliado da ditadura pinochetista:

Desci à rua para comprar jornal quando o Serginho, que morava no térreo, me chamou da janela. Ele estava nervoso.
- Começou o golpe. Allende tá falando no rádio.
Entrei para ouvir. A voz de Allende era tensa. Pedia ao povo que apoiasse o governo legalmente constituído e se valesse do que tivesse à mão para

enfrentar os golpistas. Fiquei assustado: pedir ao povo, desarmado, que enfrente os tanques militares? (GULLAR, 2010, p. 157).

Quando a ditadura chilena se iniciou, Gullar mais uma vez se encontrava em meio ao caos; o lugar que parecia representar um pouco de paz se tornou seu próprio cativeiro. Relatado pelo fio da memória na terceira parte do livro, este episódio demonstra uma relação atípica de Gullar com o espaço: a de ser um exilado em um país que ameaça sua existência por conta do que representa em seu país de origem. No trecho citado, o escritor vê aos poucos todos os movimentos políticos para a instauração do Golpe Militar. Allende ainda nutria a esperança no povo, tentava convocar de todas as formas o apoio popular, na outra margem o inimigo era mais forte. Ferreira Gullar participou de um dos encontros de apoio ao presidente chileno, no entanto a multidão foi recebida por militares munidos de fuzis. O escritor vivencia uma sequência de episódios de terror, terrorismo e assassinatos:

Subitamente, ouvi um estouro e a luz apagou. Corri à janela de onde vinha o barulho de água se derramando. Um tiro havia estourado o transformador de energia preso a um poste em frente. Todo o bairro estava às escuras. Em seguida, ouvi um baque forte como se dois carros houvessem colidido. Desci. [...] Logo surgiu um grupo de homens armados com porretes que entrou por aquela rua, gritando e batendo nos postes. Não entendi o que ocorria. Segui a uma certa distância aquele grupo de arruaceiros e vi que se detiveram diante de uma casa de muro baixo e jardim na frente. Ali, começaram a gritar insultos e atirar pedras contra as vidraças da casa até que um homem surgiu na varanda. Neste momento, ouviu-se um tiro e ele caiu. [...] O ajudante de ordens do presidente acabara de ser morto. Era uma advertência aos militares que serviam a Allende (GULLAR, 2010, p. 160).

Sem compreender o que de fato estava acontecendo, o escritor presencia um assassinato, uma espécie de ameaça a todos os militares que apoiassem o governo de Allende. É possível perceber nesse trecho a posição de Ferreira Gullar como uma testemunha dos desencadeamentos políticos que usaram do terrorismo para passar uma mensagem ao governo oficial. Tudo começa com a escuridão. Depois de estourarem o transformador e apagarem as luzes do bairro, os terroristas surgem. Gullar os segue para tentar compreender a situação violenta sendo construída a sua frente.

De certo que o governo de Allende foi perdendo forças aos poucos, da mesma forma que os exilados brasileiros, que já haviam presenciado uma Ditadura se erguer e perdiam as esperanças. O exército nacional passava a apoiar os delírios de Augusto Pinochet, a proposta de reconstrução da pátria que resultou em uma ditadura que durou até os anos de 1990. Ferreira Gullar testemunhou todos os eventos que culminaram na Ditadura Militar chilena, a ação dos terroristas que encurralaram cada vez mais Salvador Allende. Um dos fatos cruciais que contribuiu para a virada política, relatados por Ferreira Gullar, foi a tentativa de

assassinato do general Pratts que gerou um grande mal-entendido. A imprensa reverteu o caso do atentado em uma agressão contra uma mulher. Pressionado por manifestações, Allende foi obrigado a depor Pratts do Ministério do Exército. O cargo foi ocupado por Augusto Pinochet que logo depois orquestraria o golpe:

Comprei apenas um livro, pois ele não vendia mais de um por pessoa. Foi então que vi um homem descer do táxi e falar alguma coisa a um outro que ia passando. Este teve uma reação de espanto e saiu andando rápido. Imaginei o que seria e, quase correndo, tomei um atalho entre os canteiros para alcançá-lo.

- Desculpe, mas o senhor soube de alguma coisa?

- O golpe está em marcha. Cercaram La Moneda (GULLAR, 2010, p.163).

Gullar recorda com clareza como foi o dia da queda do governo de Salvador Allende, as notas emitidas pelo rádio dos militares assumindo o poder, os últimos discursos do presidente de que não abandonaria o povo sendo interrompido pelos bombardeios dos transmissores. O escritor relata que, “Embora esperasse o golpe a qualquer momento, fiquei em estado de choque” (GULLAR, 2010, p. 164), isso porque ele sabia como ficaria a situação para os opositores da extrema direita; era uma configuração de governo já vivida por Ferreira Gullar. Aquela situação implicava grandes riscos aos exilados brasileiros, visto que a ditadura no Brasil ainda estava em curso. Atordoado, “Apossou-se de mim um sentimento de derrota” (GULLAR, 2010, p. 164). Ao sentir que, naquele momento, estavam todos derrotados, decidiu seguir as instruções do partido e encontrar outros exilados brasileiros:

O exílio jamais se configura como o estado de estar satisfeito, plácido ou seguro. Nas palavras de Wallace Stevens, o exílio é ‘uma mente de inverno’ em que o *páthos* do verão e do outono, assim como o potencial da primavera, estão por perto, mas são inatingíveis. Talvez essa seja uma outra maneira de dizer que a vida do exilado anda segundo um calendário diferente e é menos sazonal e estabelecida do que a vida em casa. O exílio é a vida levada fora da ordem habitual. É nômade, descentrada, contrapontística, mas, assim que nos acostumamos a ela, sua força desestabilizadora entra em erupção novamente (SAID, 2003, p. 60).

Derrotado, esse era o sentimento e o estado. Said explica que o exilado nunca está nesse estado de satisfação. Diante do que Gullar estava vivendo, é compreensível a decepção, a desesperança absorvida pelo clima político. Mais uma vez a sua vida dependia dos eventos que se sucediam. A segurança estava mais uma vez ameaçada, sem nenhuma segurança, como revela Said, a força desestabilizadora entrando em erupção novamente. Os brasileiros exilados no Chile tiveram uma experiência muito específica depois que o golpe já estava em andamento, todos tomaram as providências para que todos conseguissem ficar, no mínimo, seguros. Acontece que os brasileiros passaram de estrangeiros bem-vindos a inimigos do governo e da ordem. Primeiro, determinaram a prisão de líderes políticos, intelectuais,

sindicais, depois pediram à população que denunciasse qualquer deslocamento de novos vizinhos. Logo depois, os boletins pediam que estrangeiros, não regularizados, se apresentassem em uma delegacia:

- Agora temos que nos livrar disto - disse-me mostrando-me um revólver. Fiquei preocupado. No clima de paranóia que se criara em torno dos brasileiros (um dos boletins militares pedia que os moradores denunciassem a presença de brasileiros pois eram todos terroristas) ser surpreendido com um revólver teria conseqüências imprevisíveis (GULLAR, 2010, p. 167).

Ser um exilado brasileiro em uma ditadura como a chilena era interpretado como um foragido político. Levando isso em consideração, todos decidiram se livrar de determinados artefatos que pudessem indicar qualquer ligação com o partido comunista, para não sofrerem qualquer retaliação que fosse do novo governo chileno. Nesse trecho, Zelda, uma das brasileiras exiladas no Chile e amiga de Gullar, pede a Gullar que descarte uma arma, já que, sendo brasileiro e estando armado, isso poderia lhes acarretar graves conseqüências. Assim, é possível perceber a peculiaridade desse exílio: o lugar que antes parecia “seguro”, agora se torna totalmente ameaçador. Segundo Tuan, “Os medos são experimentados por indivíduos e, nesse sentido, são subjetivos; alguns, no entanto, são, sem dúvida, produzidos por meio ambiente ameaçador, outros não” (TUAN, 2005, p. 7). Diferente do que o escritor vivenciou em Moscou, a relação com o Chile é uma relação topofóbica.

As experiências no Chile foram devastadoras para Gullar. Segundo Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira (2015), até então, o escritor mantivera firme a sua crença na construção de um processo revolucionário que devolveria o poder à esquerda. Mas diante da queda de Allende e todo o clima caótico que se instaura com o Golpe, "A derrota aparece como o indicativo do término de um caminho e anúncio da necessidade de se buscar outros" (OLIVEIRA, 2015, p. 95). Diante de seus olhos, o escritor presenciou a via pacífica fracassar, talvez por esse motivo Gullar se sentisse um tanto quanto irritado e frustrado. Por fim, a rádio anunciou a transmissão de um novo boletim militar: segundo ele, as forças armadas haviam ocupado o Palácio La Moneda e o presidente Allende se suicidado: “- Eles mataram Allende! - exclamou Zelda, quase chorando. Era o golpe de misericórdia em qualquer esperança de reverter a situação. - É claro, ele foi assassinado – falei” (GULLAR, 2010, p. 168).

Allende resistiu bravamente com um grupo de jovens que formaram uma milícia socialista. Sua morte foi divulgada como suicídio, no entanto ficou claro que se tratava de um assassinato. A partir daquele momento, o país estava definitivamente entregue aos militares. Na manhã seguinte, Gullar voltou ao seu apartamento para “limpar” qualquer vestígio que pudesse indicar uma ligação com o comunismo e, também, para evitar ser denunciado por

algum vizinho. No retorno para casa, o escritor descreve a mudança da paisagem que refletia o cenário político: “Meu percurso até o bairro da Providência foi feito por ruas enfeitadas de bandeiras nacionais e faixas saudando o golpe militar, o que me causou certo desapontamento fazendo-me sentir mais derrotado do que já estava” (GULLAR, 2010, p. 169). As ruas enfeitavam o golpe, causando no escritor o sentimento de derrota. Outra vez submergido no caos do extremismo político/ideológico, mais uma vez seria perseguido.

O capítulo 61 da obra é muito significativo, uma das memórias que mais nos chama a atenção. Disposto a “limpar” o apartamento dos acúmulos deixados para trás por seus antigos inquilinos, Gullar logo perde o ânimo pela quantidade de obras subversivas que estavam ali. Edições de obras de Lênin, Marx, Engels e Stalin “encadernados, era quase impossível rasgá-los. ‘Os soviéticos vivem no mundo da lua’, reclamei. ‘Não percebem que um dia seremos obrigados a rasgar os livros?’” (GULLAR, 2010, p. 170). De fato, para quem já havia testemunhado uma ditadura nascer, sabia que o conhecimento é uma grande ameaça aos ditadores. Por este motivo, a queima dos livros em um regime ditatorial é tão simbólica, porque a censura proíbe o homem de ter acesso ao conhecimento, sendo, assim, muito mais fácil limitá-lo e controlá-lo.

Ressaltamos a importância da construção dos artifícios simbólicos pelo escritor neste capítulo. Ora, Gullar é um subversivo, um escritor que, em seu país, sempre esteve ao lado da democracia e da liberdade de expressão. É ele quem destrói os livros e, a todo instante, mesmo decepcionado com o comunismo, faz questão de demonstrar a dificuldade de rasgar as páginas do conhecimento e se livrar dele. Primeiro, demanda muitas horas para “estraçalhar” cada página da literatura, depois as embrulha em papéis de jornais, amontoa todas elas em sacos de lixo, as quais não consegue jogar fora porque as lixeiras foram lacradas pelos militares. Desanimado, decide descer cada pedaço de papel pela latrina, o que também não dá certo. Para, no fim, resolver incendiá-las. Porém, queimar papéis dentro de um apartamento chamaria muito mais atenção, até que ele desiste da empreitada.

Quando já não havia mais alternativas para se livrar daquelas literaturas, Gullar tem uma excelente ideia: despachar tudo pelo correio. Fez isso com uma das obras a qual não conseguiu destruir, a coleção *El Siglo*, por considerar aquelas informações preciosas. Era tudo o que havia acontecido no Chile nos últimos meses, uma parte, portanto, fundamental da história. Esta Gullar embrulhou e a mandou para um amigo em Buenos Aires. Por sorte, os militares ainda não tinham se atentado em censurar os correios e aos poucos o escritor despachou toda a literatura e conhecimento acumulado naquele apartamento. Até mesmo os livros rasgados ele mandou para o mundo.

A frente repressora foi engrossando e se tornando cada vez mais violenta. Ferreira Gullar relata sobre pessoas que foram fuziladas só por não cumprirem a ordem de abrir as portas para os militares. Essas notícias que corriam a todo momento por Santiago deixavam o escritor cada vez mais assombrado pelo terror e violência do estado. As fronteiras do país foram fechadas, toques de recolher controlavam as idas e vindas da população chilena. As casas e os moradores eram sempre revistados pelos militares. Quando as fronteiras se abriram, alguns amigos de Ferreira Gullar decidiram se arriscar e tentar fugir do país, mas o escritor ficou para trás. Todo o clima de tensão e as informações espalhadas pelos militares tornaram a situação dos estrangeiros ainda mais complicada. Para a população que temia o poder dos militares, entendia qualquer um que não tivesse a nacionalidade chilena como terrorista. Gullar começou a sofrer ameaças e passou a viver dias de terrores:

A poeira não assentava. Ao sair do apartamento descubro que minha porta tinha sido pichada: ao lado de uma cruz gamada, escreveram ‘fora terrorista!’. Tratei imediatamente de apagar a pichação, e coleí na porta um pedaço de cartolina onde escrevi: ‘José de Ribamar Ferreira/ Corresponsal extranjero/ Colegio de Periodistas de Chile, inscripción n. 675417’ (GULLAR, 2010, p. 177).

Gullar começou a sofrer perseguição política no Chile por parte de grupos que aterrorizavam os estrangeiros e pelos militares. O capítulo 63 da obra é um relato dos horrores e tensões que o escritor vivenciou no país vizinho. Primeiro teve a sua porta pichada, chamavam-no de terrorista porque sabiam que ele era brasileiro. Esses atos de violência, presenciadas pelo escritor, excederam os seus limites. Ferreira Gullar retorna a estas memórias vasculhando as cenas onde vivenciou o terror. Impedido de se refugiar na embaixada, foi obrigado a permanecer no apartamento onde foi revistado mais de uma vez por militares armados com fuzis. Dentro daquele apartamento em Santiago, o escritor vivenciou um exílio dentro de outro exílio, um estrangeiro pisando em solo desconhecido.

É o que Miriam L. Volpe (2005) chama de exílio exterior e exílio interior. No caso do escritor, ele vivenciou um exílio interior na prisão, já que a vida no apartamento se tornou um cárcere, dentro de um exílio territorial, afinal, ele estava longe da sua pátria. Essa sensação se intensifica quando no Chile começam a prender os brasileiros exilados no país: “Restava uma hipótese porém: a de que agissem assessorados pela polícia brasileira... e a minha mente entrou em colapso” (GULLAR, 2010, p. 182). Assombrado pela perseguição da ditadura brasileira, Gullar cuidou para que a sua saída do Chile fosse agilizada. Sem recursos e sem a ajuda do Partido, o escritor parte do Chile deixando para trás os dias de terror que viveu naquele lugar:

Não esperamos 20 minutos, nem mesmo 10. O avião alcançou a cabeceira da pista, acelerou ao máximo as turbinas e iniciou a decolagem. Fiquei atento até sentir que as suas rodas deixavam o solo chileno. Agora eu estava em pleno ar, fora do alcance do inimigo. E, à medida que o avião subiu, fui mansamente afundando no sono (GULLAR, 2010, p. 178).

Longe do Chile, longe do risco que estar ali representava, a sensação de alívio ganhava proporção à medida que o avião ia se afastando do solo chileno. No ar, longe de qualquer estado totalitarista, mais uma vez Ferreira Gullar havia conseguido escapar de uma ditadura. Estar fora do alcance do inimigo botava um fim no medo e no desconcerto dos últimos dias naquele país, naquele território estrangeiro. No entanto, iniciava uma nova jornada, pois no Brasil a ditadura militar ainda era uma realidade, não haveria possibilidades de retornar para o seu país, muito menos permanecer no Chile. Buenos Aires era novamente um destino transitório de quem está por passagem em busca de um lugar. Mas estava ali, no ar, longe de todos.

A quarta parte da obra *Rabo de Foguete: os anos de exílio* (2010) é marcada pelo sentimento de anseio pelo retorno. Já em Buenos Aires, o escritor pode, enfim, sentir o alívio de ter escapado da dureza da ditadura chilena: “Mais tranquilo, liguei para minha casa no Rio. Thereza se emocionou ao ouvir ao ouvir minha voz. ‘Consegui. Tu fora do inferno’. Falei” (GULLAR, 2010, p. 190). Fora de riscos, o escritor procurou, num primeiro momento, a representação da ONU (Organização das Nações Unidas) no país e entregou o nome dos brasileiros desaparecidos e presos no Chile, solicitando que eles interviessem de alguma forma. Sabia que aquelas pessoas corriam risco de vida, tendo em vista tudo o que ele havia presenciado no país. Por sorte, Gullar conseguiu reencontrar amigos, como Fiorini e Beatriz, que haviam tentado cruzar a fronteira e, por sorte, tiveram sucesso:

Thereza me trouxe notícia dos filhos e dos amigos. No Brasil, após tantos anos de autoritarismo e repressão, as pessoas entraram em desespero, muitas delas entregando-se bebidas, drogas ou ao misticismo. Era verdade também que a ditadura se desgastara muito, que o ‘milagre’ econômico começara a fazer água e que as forças contrárias ao regime pareciam se ampliar. Essa era a visão do partido, disse ela, pouco confiante. Eu também como sobrevivente e testemunha do naufrágio das esquerdas no Chile, não tinha ânimo para ser otimista (GULLAR, 2010, p. 192).

Em Buenos Aires, Gullar pôde encontrar Thereza, depois de um longo tempo em que isso não acontecia. Com ela vieram as notícias do Brasil, da situação política da família e dos amigos do escritor. O ânimo da população e daqueles que lutavam contra a repressão estava comprometido, mas, ao mesmo tempo, o projeto patriótico perdia as suas forças. Segundo Gullar, o plano econômico que poderia estender o poder dos militares não progredia e, com isso, a frente da oposição conseguia se fortalecer. Estas notícias, por mais que pudessem soar

esperançosas, não pareciam aos olhos de Gullar. Considerando-se uma testemunha da situação ditatorial da América Latina e do declínio da esquerda, não conseguia se manter otimista:

Ao fim de alguns dias de conversas, discussões e ponderações, concluímos que deveríamos ir para o Peru, já que essa era a vontade de nossos filhos. Embora não me agradasse deixar Buenos Aires para ir morar em Lima, considerei que era hora de fazer alguma coisa que agradasse a eles. Afinal de contas, também tinham pago um alto preço em consequência de minha opção ideológica (GULLAR, 2010, p. 192).

Ele não permaneceu na Argentina como outros brasileiros exilados. Por conta da família, decidira viver no Peru, em Lima. Essa foi uma decisão tomada a pedido dos filhos, afinal todo esse tempo no exílio criou certas distâncias que se fizeram entre ele e a família. Gullar sentia-se responsável por isso; mesmo as suas condições terem sido impostas, de qualquer forma, ele considerava que a família não precisava pagar o preço por suas escolhas políticas e ideológicas. No entanto, a vida em Lima não foi como o escritor esperava, pelo contrário, houve muitas dificuldades que cercaram a vida na capital: “Naquelas circunstâncias, eu não poderia ter escolhido uma cidade pior do que Lima para viver. Nada nela ajudava” (GULLAR, 2010, p. 198). Ao certo, o escritor não tinha uma boa relação com o espaço, Lima não lhe trouxe boas memórias.

Na verdade, os sentimentos de orfandade e de deslocamento sempre estarão presentes na vivência do exilado, mesmo que as condições do seu exílio em outro local sejam favoráveis. No caso de Lima, a situação econômica e as condições de vida faziam com que a personagem se sentisse cada vez mais encurralada. Segundo ele, “Esses fatores acentuavam meu estado de depressão, provocada pelo sofrimento do exílio e agravado pelo desastre chileno: contrária à escolha da via armada para chegar ao poder, eu testemunhara do Chile o fracasso da via pacífica” (GULLAR, 2010, p. 198). Condições estas que levaram mais vez o escritor a questionar a passividade da esquerda política que havia sido esmagada pelas ditaduras. Somavam-se, agora, o desânimo e a desesperança aos sentimentos do escritor:

Era esse meu estado de espírito quando me reencontrei com a família, já fragilizada pelos problemas decorrentes da longa ausência. Só então entendi por que escolheram viver no Peru: Paulo tornara-se surfista e encontraria ali oportunidade de participar de competições internacionais; Luciana aderira ao misticismo e acreditava que Machu Pichu era umbigo do mundo; Marquinhos, o mais novo, iria para qualquer lugar. Todos haviam mudado muito, inclusive Theresa que, no desamparo em que ficara, buscara nas escolas de samba e no carnaval alegria capaz de compensar o sofrimento e as decepções. Já chegou em Lima com uma passagem de volta para, dali a um mês e pouco, retornar ao Rio a fim de desfilar no Salgueiro (GULLAR, 2010, p. 199).

O reencontro com a família deixou claras as fissuras causadas pelo exílio, a ausência trouxe muitos efeitos na vida do escritor, que, com o decorrer do tempo na vida em Lima, só foram se agravando. Nesse trecho da obra, Ferreira Gullar ressalta como ele estava ausente da vida dos filhos, como eles agora tinham personalidades, ideologias e crenças muito distantes das do pai. A personagem sentia que todos haviam mudado em sua ausência, inclusive Thereza. Todos haviam mudado, inclusive Ferreira Gullar, talvez estas mudanças não estivessem tão perceptíveis para ele, mas o exílio deixava feridas e cicatrizes por toda a sua história. Segundo Miriam L. Volpe (2005), a família também simboliza a pátria, mesmo que seja em menor grau e as fissuras deixadas pelo exílio também afetem a família. No caso do testemunho de Gullar, ele compreendia que os anos distantes o fizeram desconhecer os seus, sentia que não conhecia mais os filhos e nem a esposa:

Os meses que se seguiram agravaram as tensões entre nós. O Peru tornara-se, com a voga mística do momento, centro de atenção de jovens de outros países e campo propício para o consumo de drogas. Marquinhos envolveu-se com um grupo de drogados e sumiu por vários dias, deixando-me desnortado. Paulo, convivendo com surfistas, não poderia escapar ao uso do LSD e da coca. Um dia voltou para casa falando ininterruptamente e queixando-se de que sua cabeça estava oca (GULLAR, 2010, p. 199).

A passagem por Lima é o início do seu processo de desexílio, mas não é apenas isso que fica evidente. Gullar já estava tão apartado de si mesmo, que ele já não mais reconhecia os seus. Em parte, este é um comportamento comum para quem retorna ao seu país de origem: sentir que o deslocamento foi muito mais profundo do que apenas geográfico. Nos estudos acerca da literatura de Benedetti, Miriam L. Volpe nota essa mesma fragmentação em algumas personagens do escritor. Segundo ela, “As personagens principais parecem divididas entre a pátria titular, que foram forçadas a deixar, e a pátria substituta [...]” (VOLPE, 2005, p. 97), mas, no caso de Gullar, era diferente. Essa ruptura com o eu fora sentida no desconhecimento da própria família, o exílio é uma incisão profunda, e o corte familiar não podia mais ser reconstituído de qualquer forma.

O poeta já não era o mesmo homem que havia deixado a sua pátria, as experiências violentas o haviam transformado, não só dentro da família, como as crenças nas políticas de esquerda: “A verdade é que a experiência chilena mudara minha cabeça. A quantidade de erros cometidos pelas esquerdas, e especialmente pela ultra-esquerda, tornava intolerável conciliar com o radicalismo tolo” (GULLAR, 2010, p. 226). Gullar havia se decepcionado com o partido comunista, a ponto de não mais acreditar em uma revolução. Sua visão refletia os traumas acumulados ao longo do exílio, dos excessos e da violência que viveu como clandestino:

O exilado sabe que, num mundo secular e contingente, as pátrias são sempre provisórias. Fronteiras e barreiras, que nos fecham na segurança de um território familiar, também podem se tornar prisões e são, com frequência, defendidas para além da razão ou da necessidade. O exilado atravessa fronteiras, rompe barreiras do pensamento e da experiência (SAID, 2003, p. 58).

A experiência deu a Gullar a compreensão de que a pátria também pode tornar os cidadãos seus prisioneiros, ele mesmo havia presenciado esse processo mais de uma vez, e a América do Sul, era um exemplo dessas viradas. Sendo assim, a descrença do escritor é também uma descrença na pátria brasileira. Determinado a sair de Lima, Gullar aceitou uma oferta para trabalhar em Buenos Aires, acreditava ele que a situação com a família poderia melhorar. Afinal, as condições de vida em Lima não eram as melhores, e a família passava por algumas privações. No entanto, a situação política na Argentina também começava a passar por um processo de instabilidade:

A situação política na Argentina foi se radicalizando a cada dia. Todo mundo sabia que Isabelita não tinha nem autoridade nem competência para governar o país, ainda mais nas circunstâncias difíceis do processo político latino-americano de então a ultra-esquerda e a esquerda peronista, que haviam dado uma trégua a Perón, decidiram aproveitar-se agora da fragilidade do governo para pressionar. Não compreendiam que Isabelita era um mal menor, uma vez que alternativa seria a ditadura militar, pois a única coisa que ainda detinha o golpe era a legitimidade do mandato presidencial que ela exercia (GULLAR, 2010, p. 224).

Com a morte de Juan Perón em 1974, quem assume o poder da presidência da Argentina é Isabel Perón, viúva do ex-presidente. Acontece que, ao assumir o poder, Isabelita trouxe um clima de instabilidade para o país. Decorrente do histórico político da Argentina, esse clima não resultaria em algo bom. Para Ferreira Gullar, o país estava à beira de uma ditadura, visto que em toda a América Latina havia diferentes processos de instauração de golpes políticos. O radicalismo da Argentina serviu de pretexto para a direita eliminar presos políticos, com a desculpa de que aquelas pessoas não mereciam a vida, pois tinham feito um pacto com o diabo. Nesse mesmo ano, o Brasil também enfrentava um novo processo, assistido pelos exilados que aguardavam uma oportunidade para retornar ao país:

Enquanto isso, no Brasil a situação política dava sinais de melhora. A derrota sofrida pelo regime militar nas últimas eleições legislativas, em outubro de 74, era indício de seu crescente desgaste e prenúncio de maior abertura. Não obstante, a delicadeza da situação aconselhava agir com cautela, ‘não cutucar a onça com vara curta’. Por essa razão, os líderes da oposição evitaram tripudiar sobre derrotados (GULLAR, 2010, p. 225).

O enfraquecimento da ditadura no Brasil, apesar de ser uma situação delicada, trazia para os exilados uma breve sensação de retorno. Mesmo ainda tendo que agir com cautela,

pois a democracia não tinha se restabelecido, deixava em todos um gostinho de esperança. Para essa sensação, causada pelo anseio do retorno, podemos compreender a experiência do desexílio, que é essa nostalgia, saudade da pátria, necessidade do regresso. No entanto, esse sentimento também pode vir a ser confuso, uma coisa é sonhar e desejar o retorno, outra entender que os riscos. Segundo Volpe, o desexílio “Prevê, também, em consequência disso, o desencadeamento de uma série de atitudes e sentimentos contraditórios entre as pessoas” (VOLPE, 2005, p. 120), ou seja, para alguns retornar pode ser uma opção positiva, para outros, como Ferreira Gullar, era uma decisão que precisava de cautela, visto que o retorno ainda implicaria alguns riscos.

Mais uma vez, Ferreira Gullar se vê diante do golpe militar, dessa vez na Argentina: “Foi como se minha vida se repetisse: lá estava eu de novo encurralado num apartamento (o rádio a transmitir boletins militares) sem saber o que aconteceria comigo” (GULLAR, 2010, p. 251). O exílio experimentado por Ferreira Gullar versa com o nascimento do estado totalitarista no Cone Sul da América Latina. Apesar de serem países diferentes, a violência, perseguição política e ideológica são as mesmas; os horrores apenas se repetem.

A publicação do *Poema sujo* despertou a comoção de pessoas que intercederam pela volta do escritor ao Brasil. Naquela altura Ferreira Gullar não aguentava mais o exílio, muito menos sobreviver a mais uma ditadura em um país estrangeiro. Segundo Miriam L. Volpe: “Se a decisão de abandonar o país, por coração, tivesse sido virtualmente alheia à vontade de cada um, a do desexílio passaria a ser uma decisão pessoal e individual, e essas decisões deveriam ser respeitadas e compreendidas” (VOLPE, 2005, p. 120). Este sentimento de retorno era nutrido pelo escritor, mesmo quando as possibilidades não pareciam tão favoráveis para isso. No entanto, algumas questões pesavam para que o escritor desejasse ainda mais o retorno, primeiro, queria provar que não precisava de autorização para entrar no país. E segundo, queria estar perto do filho que havia, novamente, iniciado o tratamento clínico:

Tomada decisão, pus em prática um esquema para garantir meu retorno. Escrevi alguns amigos pedindo que, no meu desembarque, assegurassem a presença de representantes da ABI, do Sindicato de Jornalistas e da Ordem de Advogados do Brasil, e que meu regresso fosse comunicado formalmente ao Ministro da Justiça e ao comandante do I Exército. Essas medidas visavam despojar meu gesto de qualquer traço conspiratório ou clandestino, neutralizar ação arbitrária dos órgãos de repressão e, ao mesmo tempo, responsabilizar o governo pelo o que ocorresse (GULLAR, 2010, p. 261).

Feito isso, Gullar retorna ao Brasil em 17 de março de 1977, desembarcando no Rio de Janeiro, como relata na obra. Ainda assombrado pelo fantasma da repressão, o escritor retrata sentimentos de tensão e medo, mas ao mesmo tempo de alívio: “Já fora do aeroporto, recebi

emocionado o abraço dos amigos. Aos jornais declarei apenas que estava feliz de voltar ao meu país” (GULLAR, 2010, p. 262). Neste mesmo trecho da obra, algo nos chama a atenção. No meio do calor e da emoção em estar de volta ao país, Gullar perde a sua bolsa de viagem, dentro dela havia uma fotografia de Elôina, a única lembrança que o escritor guardava dessa paixão. É como se, naquele momento, o exílio, de fato, deixasse de existir e passasse a ser apenas memória, assim como Elôina.

4.4 O rompimento do silêncio: *Poema sujo* e a salvação pela linguagem

Iniciamos esse importante subcapítulo frisando que o nosso interesse não é analisar a obra *Poema sujo* (1975), visto que esse estudo se debruça apenas sobre *Rabo de foguete: os anos de exílio* (2010), mas discutir sobre o seu processo de escrita que aparece em alguns capítulos da obra, bem como a sua forte relação com a obra escrita sobre as memórias do exílio. Assim, compreendemos a diferença entre as duas produções, além da sua estrutura em prosa e poesia: o *Poema sujo* é a obra que nasce do exílio, enquanto que *Rabo de foguete* rememora suas experiências. Essa divergência pode ser sentida tanto na diferença dos anos que dividem as duas obras, como na sua estética.

A linguagem do poema escrito durante o exílio incorpora as angústias das condições de vida. Segundo Rosane Batista, essa linguagem expressa que “O sentimento de solidão é corolário da contingência existencial, visto que o indivíduo é inserido num mundo estilhaçado como um espelho de si mesmo” (BATISTA, 2011, p. 102). Ou seja, a poesia que nasce em meio às experiências exílicas oferece um testemunho do que os olhos viram da violenta Ditadura na América do Sul, assim como é um relato da solidão, do abandono e que o desterro trouxe ao indivíduo banido da nação. Batista ainda salienta que “o enfrentamento do isolamento permitiu que o poeta encontrasse no rigor da palavra sua singularidade, seu estilo, sua linguagem absoluta” (BATISTA, 2011, p. 102), como é o caso do *Poema sujo*, de Ferreira Gullar.

Enquanto *Rabo de foguete* é uma obra memorialista, escrita após quase 20 anos depois dos eventos da Ditadura Militar, onde o escritor retorna às memórias do exílio para falar sobre a sua experiência. Logo, a linguagem é outra. Como destacamos anteriormente, ela possui um tom cujas marcas deixadas pela Ditadura e o exílio já foram processadas, restando, assim, o ressentimento, as decepções e os traumas. Uma dessas memórias revisitadas é o processo de escrita do *Poema sujo*, em que o escritor, com os olhos voltados ao passado, relembra a necessidade de se escrever o poema, tudo o quanto o fez precisar disso. Ao retornar a essas memórias, o escritor estava vivendo mais uma vez a guinada política.

Em meio ao engrossamento da situação da Argentina, Ferreira Gullar também carregava problemas familiares: os filhos enfrentavam uma fase complicada que trazia grande angústia ao escritor. Paulo havia desaparecido mais uma vez na Argentina, Marcos estava envolvido com drogas e Luciana se afastava de todos. Gullar se encontrava no limite de suas forças, sem esperança, sonhava com a possibilidade de retornar ao Brasil, mas havia perdido a fé em uma revolução no país. Frente a isso, a situação na Argentina ia de mal a pior, era janeiro de 1975, todas as movimentações políticas indicavam que o governo Perón cairia e para Ferreira Gullar, isso era muito mais evidente. Aquele cenário extremista já havia sido testemunhado por ele, sentir-se encurralado pelo totalitarismo não era uma novidade:

Esse estado de crescente insegurança me preocupava. Sentia-me encurralado: pelo passaporte cancelado pelo Itamaraty, estava impedido de ir para qualquer outro país senão aqueles que faziam fronteira com Brasil. Mas exatamente esses eram dominados por ditaduras ferozes, aliada da ditadura brasileira. Para aumentar a preocupação, surgiram rumores de que exilados brasileiros estavam sendo sequestrados em Buenos Aires e levados para o Brasil, com ajuda da polícia Argentina. Achei que era chegada a hora de tentar expressar num poema tudo que eu ainda necessitava expressar, antes que fosse tarde demais - o poema final (GULLAR, 2010, p. 237).

O clima da Argentina se tornava cada vez mais sufocante para o escritor, enquanto que no Brasil a situação melhorava. Gullar, que já havia assistido mais de um golpe se instaurando em um país, compreendia muito bem o caminho que o estado estava trilhando. A radicalização crescia desenfreada, pessoas conhecidas pelo escritor começaram a desaparecer. Patrulhas armadas andavam pela cidade revistando todos, inclusive os estrangeiros. Começaram os rumores de exilados brasileiros que estavam sendo sequestrados e entregues aos ditadores no Brasil, causando grande preocupação no escritor. Temendo ser o próximo a ser sequestrado, Ferreira Gullar decidiu que seria a hora de expressar tudo em um poema, uma escrita que nasce do exílio e da necessidade de expressar todo esse mal-estar, medo, terror e dor causadas pelo exílio:

Quando essa ideia despontou na minha cabeça, esqueci tudo o mais e entreguei-me a ela. Imaginei que o melhor caminho para realizar um poema era vomitar de uma só vez, sem ordem lógica ou sintática, todo o meu passado, tudo que vivera, como homem, como escritor. Posto para fora esse magma, extrairia dele, depois, os temas com que construiria o poema. Tão excitado fiquei, a cabeça mil, que só muito tarde logrei adormecer (GULLAR, 2010, p. 237).

O *Poema sujo* foi escrito em Buenos Aires, em 1975; é uma escrita que vem como uma espécie de vômito vivenciado das experiências do passado, tudo aquilo que Gullar viveu como homem, escritor, exilado. O acúmulo que precisava ser externado, porque existiam muitas realidades experimentadas que foram tão indigestas como aquela na qual vivia o

escritor. A ideia do poema, do fazer poético pairava em sua mente, trazia excitação, a escrita metalinguística sobre o fazer poético. Mas, para além disso, o poema é a escrita exílica que acontece dentro do exílio: “Na manhã seguinte, mal despertei, sentei-me à máquina de escrever: era a hora de vomitar a vida” (GULLAR, 2010, p. 237), o que não nos deixa dúvida sobre a consistência e importância dessa obra:

Tomando tais considerações como referência, pode-se dizer que a vivência deste trauma – experiência de desamparo e da perda de referenciais identificatórios - ao tentar ser suplantada possibilita reflexão e um movimento de busca incessante, mais precisamente um retorno do sujeito a sua própria origem. Ao ler Poema Sujo, fica muito clara a busca do poeta pela sua cidade natal, pela sua infância esquecida como uma necessidade de estabelecimento de vínculos identificatórios (BATISTA, 2011, p. 103).

Tendo em vista isso, podemos compreender que essa obra, mencionada pelo escritor em *Rabo de foguete*, é uma obra poética que reflete não só as vivências do trauma, já que mais uma vez o escritor presenciava a ascensão do totalitarismo, mas uma busca por si mesmo, por aquela versão sua que existia antes do exílio, pela sua terra de origem, por sua identidade. Talvez esses traços não estejam expressos na obra em prosa, mas eles podem ser facilmente percebidos na poesia porque essa é a relação do poema com o exílio, quando o escritor revisita essas memórias, em como demandou tempo para escrever o *Poema sujo* e da necessidade de romper com o silêncio poético. Segundo Rosane Batista, isso é possível por meio da escrita, “Pois, é no limiar do silêncio estabelecido pelo exílio, que o emudecimento é rompido por meio da escrita” (BATISTA, 2011, p. 105). A escrita transgrede as convenções impostas pelo exílio, ela se torna um lugar de luta e resistência:

As ditaduras que ocorreram na América Latina trouxeram inúmeras implicações ao processo de criação artística para os artistas envolvidos neste processo. No caso em questão, a palavra assumirá um lugar singular, um lugar de luta, de resistência, de testemunho e de encontro com sua própria identidade, com sua memória, com seu tempo (BATISTA, 2011, p. 103).

Diante das perdas, da ameaça à vida, do desaparecimento do filho, até mesmo da sua própria identidade, uma coisa não havia se perdido: a sua capacidade de escrever e o fazer poético. É nesse lugar que o escritor resiste àqueles dias e despeja sobre ele todos os excessos, tudo aquilo que estava preso no silêncio. Para Batista, "O poema como manifestação da linguagem é um lugar de testemunho, no qual o poeta ruma ao encontro de sua própria existência, despedaçado com a realidade e, talvez possamos dizer, em busca mesmo de uma realidade" (BATISTA, 2011, p. 103). Por esses motivos ele atravessa o silêncio, em busca de algo, porque ele procura pelo que ainda resta e cria a partir disso um novo destino.

Especificamente neste capítulo, é a primeira vez que o escritor se coloca frente ao passado, como alguém no presente revisitando as memórias do exílio, é justamente quando ele percebe o papel do *Poema sujo* em sua vida: “Hoje, ao refletir sobre aqueles momentos, estou certo de que o poema me salvou: quando a vida parecia não ter sentido e todas as perspectivas estavam fechadas, inventei, através dele, um outro destino” (GULLAR, 2010, p. 238). A escrita, portanto, trouxe uma nova esperança para o escritor. A construção do poema durou de março a setembro de 1975, quase seis meses de produção incessante dentro do fluxo da linguagem, até perder a força e cessar: o poema o havia salvado daqueles dias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O silêncio é uma linguagem intrínseca à obra de Ferreira Gullar, tanto aquela que nasce do exílio, quanto a que retoma as suas memórias. Demonstra como a vida pessoal, política e social, estão entrelaçadas em sua produção artística e como o silêncio é o desconforto necessário para assimilar os sentimentos, inconformidades e as dores que cercaram a sua trajetória. Gullar viveu um período de transição e de muitas transformações históricas, até a obra que nos interessa ser de fato escrita, o poeta transitou por muitos espaços, experimentou novos estilos e se arriscou por outras vias da linguagem. As memórias do exílio é antes de mais nada, um ato de resistência de um artista que nunca baixou a guarda, mas que lutou para que a realidade do seu país fosse diferente. O testemunho de Ferreira Gullar se soma às muitas outras memórias da Ditadura Militar e se integra a um retrato da realidade brasileira que não pode e não deve ser esquecida.

Rabo de Foguete: os anos de exílio (2010) é uma obra que rememora a história do escritor exilado, conforme demonstramos em todo o processo de construção deste trabalho. No entanto, não podemos esquecer que ela também é uma forte contribuição ao testemunho das vítimas que sobreviveram à Ditadura Militar. O tempo que o escritor precisou para então falar sobre o seu exílio, é muito significativo e implica duas circunstâncias: a impunidade dos opressores e o trauma deixado pelos episódios experienciados. Essa questão é algo comum entre as vítimas da ditadura brasileira. Segundo o trabalho de Rosane Batista, uma importante estudiosa da obra exílica de Ferreira Gullar, assim como para o escritor, para muitas vítimas das ditaduras latino-americanas que foram presas, perseguidas e torturadas “A elas parece que restou apenas o silêncio e o medo da vingança dos antigos e, ainda presentes, opressores.” (BATISTA, 2011, p. 98).

Por esses motivos, essa obra em particular tem tanto peso para o cenário literário brasileiro, pois além de carregar o relato de um dos escritores da literatura moderna, é a memória da ditadura pelo viés dos que foram derrotados e massacrados pelos extremismos. A tendência brasileira, foi o silenciamento dessas vozes. Gullar por um tempo, depois da experiência, esteve em silêncio, mas não podemos esquecer que durante o exílio, duas importantes obras foram publicadas: *Dentro da noite veloz* (1975) e *Poema sujo* (1976), ambas são muito marcadas pela experiência do desterro. Isso nos leva a refletir em como a escrita foi um importante lugar de resistência: mesmo apartado de seu país, Gullar usou desse espaço proporcionado pela escrita, para denunciar as circunstâncias dolorosas ocasionadas pelo exílio. Para o nosso cenário político, esse é um ato de resistência.

Daí a urgência de que, no Brasil, a memória sobre o que foi o regime militar seja construída. É preciso falar, rememorar, salientar as atrocidades cometidas em prol, pelo menos como argumentavam as autoridades daquele regime, de um desenvolvimento econômico e social. Não se trata simplesmente de uma vingança, mas da necessidade de justiça às famílias das vítimas e a estas pelas brutalidades experimentadas durante este período da história do Brasil. E por isso as memórias deste passado fornecem, também, uma visão do presente, para que os traumas do passado não voltem a ser vividos. (BATISTA, 2011, p. 100).

Nesse trecho, Rosane Batista discorre sobre o desejo de vingança pertinente aos que sofrem o banimento, que em outros contextos mais antigos, parece ser um retorno possível, a autora cita alguns exemplos para embasar a sua lógica, mas isso não nos vem ao caso. O que queremos frisar aqui é a realidade do contexto das ditaduras na América latina, em especial o Brasil, não houveram movimentos para punir os agentes da Ditadura Militar. Por esses motivos, autores, ativistas e estudiosos como Rosane Batista, consideram tão urgente a necessidade de se falar sobre essa memória. Trazer a tona esses relatos, como o de Ferreira Gullar, é de alguma forma, fomentar a busca pela justiça das centenas de vítimas das brutalidades do Regime. E principalmente, para que esse passado não se repita.

Compreendemos que a dificuldade em relatar, venha justamente do receio que o testemunho pode vir a ter na sociedade. Essa foi a recusa dada pelo escritor quando 1975 quando foi convidado por Paulo Freire a compor outros relatos de testemunha sobre o exílio. Naquele momento, Gullar temia que o seu depoimento pudesse prejudicar algumas pessoas, assim como, ainda mantinha muitas feridas abertas, não se sentia pronto para falar sobre o assunto “Temia, de um lado, praticar inconfiências que comprometessem a segurança de companheiros, e de outro, sentia-me traumatizado demais para abordar o tema.” (GULLAR, 2010, p. 4). Uma das responsáveis por incentivar Ferreira Gullar a escrever o livro *Rabo de foguete: os anos de exílio*, foi a poeta Cláudia Ahimsa que insistiu com o escritor a compor a obra com as suas memórias. Esse fato tem quase 20 anos de diferença entre os acontecimentos narrados e o momento em que eles são relatados.

O golpe militar de 1964 deixou cicatrizes muito profundas no país, assim como na democracia. Hoje, vivenciamos um momento de instabilidade política que torna ainda mais necessário o debate acerca da Ditadura Civil Militar. Às sombras, parece que não morreram as raízes do fascismo, as linhas de pensamentos que culminaram na tomada do poder das forças armadas no Brasil naqueles anos, ainda perpetuam nos nossos tempos. Grande é o movimento negacionista, que insiste em enterrar as provas físicas da Ditadura, bem como silenciar o depoimento dos sobreviventes. A negação da tortura só fortalece a impunidade e retira a legitimidade dos relatos que sobressaltam dos porões da Ditadura.

Quando o Golpe se instaurou, após a queda do governo de João Goulart, e com auxílio dos norte-americanos em uma passiva intervenção, ninguém imagina os rumos caóticos que tomariam. O plano econômico que pareciam vir para “salvar” o país, não passou de uma artimanha golpista que ganhou proporções que abusaram do poder público. Acessos a arquivos do presidente Lyndon Johnson, revelam uma operação conhecida como “Brother Sam” que só seria praticada em caso de interferência de guerra civil dos brasileiros, já que os Estados Unidos haviam depositado verba no Ibad (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e tinham claro interesse na derrota do governo da época (CARVALHO, 2006). O golpe foi orquestrado e financiado por interesses externos ao país. A história que é observada dadas as entrelinhas durante o pré-golpe e golpe militar denota responsabilidades marcantes de todos os grupos efetivos que compunham a política do Brasil, nesse caso estamos falando dos partidos políticos da direita, esquerda, centro e do próprio presidente da época, Goulart.

Não ficando excluído e com contribuições marcantes na interferência militar na política, vemos os respectivos brasileiros com suas parcelas de responsabilidades. Documentos disponibilizados pelo SFICI (Serviço Federal de Informações e Contrainformações) revelam fatos sobre a crise de 1964, explicando o posicionamento de Goulart, que foi alertado inúmeras vezes sobre as consequências de suas omissões em relação a dados repassados sobre às Forças Armadas e seus planos para a tomada de poder. Que veio a se tornar realidade do dia 31 de março a 1 de abril de 1964. Reforçando erros e omissões por parte de todos os agentes políticos envolvidos direta ou indiretamente nas ações ligadas a ideologias e radicalizações políticas. É importante perpassar por essas questões, porque no fim, são esses pontos questionados pelo escritor Ferreira Gullar que culminam na sua decepção com as políticas de esquerda.

Vendido como um resgate da pátria, não demorou para que o Estado viesse a ser totalitarista, e as passagens de *Rabo de foguete* expõe como essas políticas são invasivas e a sua incisão é muito mais profunda na vida daqueles que retaliados pelo governo. O que Gullar retrata nesta obra é um exemplo de um país para o qual não podemos retornar, cenas e episódios como as invasões de residências, os sequestros dos militantes e dos atos de torturas repugnantes. Segundo Elio Gaspari, “Entrando no cenário político ao lado da supressão das liberdades públicas, a tortura embaralho-se com a ditadura e torna-se o elo final de uma corrente repressiva radicalizada em todos os níveis, violentando a própria base da sociedade.” (GASPARI, 2014, p. 29), sabemos que a nossa sociedade chegou a esse ponto.

Por fim, deixamos aqui a reflexão trazida pelo próprio Elio Gaspari acerca do extremismo da Ditadura Militar representado pela tortura, que é uma violação clara aos

direitos humanos do indivíduo. Para esse estudioso “Quando tortura e ditadura se juntam, todos os cidadãos perdendo uma parte de suas prerrogativas e, no porão uma parte dos cidadãos perde todas as garantias.” (GASPARI, 2014, p. 30). Sim, chegamos a esse ponto, falhamos e estamos suscetíveis a falhar novamente, como continuamos nessa mesma falha. Enquanto testemunhos como o de Ferreira Gullar não tiveram nenhum efeito sobre a nossa sociedade, continuamos com os olhos fechados para uma realidade tão séria, e, dispostos a negociar direitos inegáveis.

REFERÊNCIAS

- ARNS, Dom Paulo Evaristo. **Brasil: nunca mais**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
- BACHELARD. **A poética do espaço**. [S. l.: s. n.], [21-137]. Disponível em: <https://filosoficabiblioteca.files.wordpress.com/2013/11/bachelard-a-poc3a9tica-do-espaco.pdf>. Acesso em: 02 set 2020.
- BAPTISTA, Ana Maria Haddad. O pacto autobiográfico: de Rousseau à internet, Philippe Lejeune. **Dialogia**, São Paulo, n. 13, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=dialogia&page=article&op=viewFile&path%5B%5D=2666&path%5B%5D=2117>. Acesso em: 28 ago 2020.
- BARCELOS, Thatiana Amaral de. **A imprensa do PCB editada no exílio: informação, identidade e militância**. 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://www.repositorio-bc.unirio.br:8080/xmlui/handle/unirio/12104>. Acesso em: 12 de jan 2022
- BATISTA, Rosane Pires. **Ferreira Gullar: memórias do exílio**. 2011. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.
- BOSI, Alfredo (org.). **Ferreira Gullar: melhores poemas**. São Paulo: Global, 2012.
- BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. **Itinerários**, Araraquara, n. 10, 1996. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/2577>. Acesso em: 20 dez 2021
- BUTTNER, Anne. Lar, horizontes de alcance e o sentido de lugar. **Geograficidade**, [S.l.], v. 5, n.1, 2015.
- CALEGARI, Lizandro Carlos. Ditadura, trauma e expressões artísticas brasileiras: entre o passado e o presente. **Nonada Letras em Revista**, Porto Alegre, v. 1, n. 22, 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=512451668006>. Acesso em: 15 jan 2022
- CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e Política no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.
- CATEB, Caio Bruno Pires Mendes. **Um passado em comum: o exílio brasileiro em Portugal**. 2021. Dissertação (Mestrado em Estudos Brasileiros) - Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/51254/1/ulflcbpmcateb_tm.pdf. Acesso em: 10 jan 2022
- CHAVES, Ernani. Memória, patologia e terapia: em torno de Paulo Ricoeur e Freud. **Especiaria – Cadernos de Ciência Humanas**, Bahia, v. 11, n. 19, p. 289-299, 2008. Disponível em: <https://periodicos.uesc.br/index.php/especiaria/article/view/739>. Acesso em: 19 dez 2021
- CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 25, p. 83-106, 2005. Disponível em: . Acesso em:

CRUZ, Nancy Malaver. Literatura, historia y memoria. **Hallazgos**, Bogotá, ano 10, n. 20, p. 35-47, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/pdf/hall/v10n20/v10n20a03.pdf>. Acesso em: 20 mar 2022

DARDEL, Eric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2015.

DIANA, Elvis de Almeida. Em um Rabo de Foguete: trauma e cultura política em Ferreira Gullar. **Faces da história**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 277-282, 2017. Disponível em: <https://www.resenhacritica.com.br/todas-as-categorias/em-um-rabo-de-foguete-trauma-e-cultura-politica-em-ferreira-gullar-oliveira-fh/>. Acesso em: 05 out 2021

EAGLETON, Terry. Capitalismo, modernismo e pós-modernismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.2, p. 53-68, 1995. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/sumario2.html. Acesso em: 30 jun 2021.

FAEDRICH, Anna. O conceito de autoficção: demarcações a partir da literatura brasileira contemporânea. **Itinerários**, Araraquara, n. 40, p. 45-60, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/itinerarios/article/view/8165/5547>. Acesso em: 12 fev 2021

FAGUNDES, Pedro Ernesto. A extrema-direita nos golpes militares do cone sul: patria y libertad (Chile), triple a (Argentina) e a juventud Uruguaya de pie (Uruguai). **Boletim do Tempo Presente**, n. 4, p. 1-14, 2013. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/tempopresente/article/view/4196>. Acesso em: 30 jan 2022

FAVERO, Ana Beatriz. **A noção de trauma em psicanálise**. 2009. Tese (Doutorado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://ppg.psi.puc-rio.br/uploads/uploads/1969-12-31/2009_e8d9808fbf244dfb7ac98e958bbf8c6c.pdf. Acesso em: 16 dez 2021

GASPARI, Elio. **A ditadura derrotada**. 2. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GINZBURG, Jaime. Linguagem e trauma na escrita do testemunho. **Conexão Letras**, Rio Grande do Sul, v. 3, n. 3, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/conexaoletras/article/view/55604/33808>. Acesso em: 30 mar 2021.

GONÇALO, Fabiana da Costa. O drama do autobiografismo: uma análise de relatos de Ferreira Gullar sobre o exílio. **Revista de Linguagens do Colégio Pedro II**, [S. l.], ano 1, n.1, 2018. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/ojs/index.php/deslimites/article/view/1692>. Acesso em: 29 ago 2020.

GULLAR, Ferreira. **Rabo de foguete**: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

GULLAR, Ferreira. **Rabo de foguete**: os anos de exílio. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Revistas dos tribunais LTDA, 1990.

HEIDEGGER, Martin. **A caminho da linguagem**. Petrópolis: Vozes Editora, 2003.

MARANDOLA, Eduardo. Lugar e lugaridade. **Mercator**, Fortaleza, v. 19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mercator/a/cFTJnGWQsGpQ9tPTQwfJzFJ/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 jun 2021

MARANDOLA, Eduardo; HOLZER; OLIVEIRA, Livia de (org). **Qual o lugar do espaço?:** geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Perspectiva, 2014.

MARCO, Valeria de. A literatura de testemunho e a violência de estado. **Lua nova**, São Paulo, n. 62, p. 45-68, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ln/a/QDGzySCvq7RH8YwGGvJzqzr/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 30 marc 2021.

MARTINS FILHO, João Roberto. A guerra da memória: a ditadura militar nos depoimentos de militantes e militares. **Varia historia**, [s.l.], v. 18, n. 28, 2002. Disponível em: https://static1.squarespace.com/static/561937b1e4b0ae8c3b97a702/t/572b572086db43e1a02f40ca/1462458145315/10_Filho%2C+Joao+Roberto+Martins.pdf. Acesso em: 24 jan 2022

MENDES, Ana Paula Coutinho. **Representações do exílio:** entre referência e ficção. Portugal: Universidade do Porto, 2010.

NASCIMENTO, Evando. Autoficção como dispositivo: alterficções. **Matraga**, Rio de Janeiro, v. 24, n. 42, set./dez. 2017. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/matraga/article/view/31606/23295>. Acesso em: 30 marc 2021.

NOUSS, Alexis. **Pensar o exílio e a migração hoje**. Portugal: Edições Afrontamento, 2020.

Oliveira, Marcus Vinícius Furtado da Silva. **Em um rabo de foguete:** Ferreira Gullar e a crítica as culturas políticas das esquerdas (1970-1985). 2015. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual Paulista. Franca, 2015. Disponível em: . Acesso em: Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/140243> . Acesso em: 25 mar 2021

PHILIPPE, Lejeune. **O impacto autobiográfico:** de Rousseau à Internet. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

POLLAK, Michael. **Memoria, olvido, silencio: la producción social de identidades frente a situaciones limite**. Buenos Aires: La Plata, 2006.

RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar. In: MARANDOLA JR; HOLZER, Werther; OLIVEIRA, Livia de (Org). **Qual o espaço do lugar?** São Paulo: Perspectiva, 2014.

RIBEIRO, Heloísa Cristina. A ditadura militar na argentina (1976- 1983): o aparato repressivo e a justiça de transição. **Humanidades em diálogo**, São Paulo, v. 10, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/159255>. Acesso em: 05 mar 2022

RICOEUR, Paulo. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

RONIGER, Luis. Exílio Massivo, Inclusão e Exclusão Política no Século XX. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 1, p. 91-123, 2010.

SAID, Edward W. **Reflexões sobre o exílio e outros ensaios**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SANTOS, Viviane Aparecida. **Do ressentimento à cicatriz**: memória e exílio em Ferreira Gullar. 2010. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Federal de São João del-Rei, São João del-Rei, 2010. Disponível em: https://www.ufsj.edu.br/portal2repositorio/File/mestletras/DISSERTACOES_2/do_recentimento.pdf. Acesso em: 29 ago 2020.

SARLO, Beatriz. **Tempo passado**: cultura da memória e guinada subjetiva. Tradução: Rosa Freire d’Aguilar. São Paulo: Companhia de Letras, 2007.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. Literatura de testemunho: os limites entre a construção e a ficção. **Letras**, São Paulo, n. 16, 1998. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso em: 22 out 2021

SELIGMANN-SILVA, Márcio. O local do testemunho. **Tempo e argumento**, Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 3-20, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://joacamillopenna.files.wordpress.com/2015/03/seligmann-o-local-do-testemunho.pdf>. Acesso em: 01 fev 2021

SOUSA, Jessie Jane Vieira de. Memórias de uma ex-presa política: insílios latino-americanos. **História Oral**, v. 9, n. 2, p. 65-82, jul./dez. 2006. Disponível em: <https://www.revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/199>. Acesso em: 21 out 2021

STAROBINSKI, Jean. O Estilo da autobiografia. **Revista Poétique**, Paris, n. 3, 1970. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/24703336/starobinski-jean-os-problemas-da-autobiografia-in-jean-jacques-rousseau-a-transp>. Acesso em: 29 ago 2020.

TOLOMEI, Cristiane Navarrete; FERREIRA JUNIOR, José; FEITOSA, Márcia Manir Miguel; SANTOS, Silvana Maria Pantoja dos. O testemunho da dor: ditadura e exílio em Rabo de foguete, de Ferreira Gullar. **Revista temática**, Paraíba, ano. 17, n. 5, maio, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tematica/article/view/59191>. Acesso em: 21 mai 2021

TUAN, Yi-Fu. Lugar: uma perspectiva experiencial. **Geograficidade**, [S. l.], v. 8, n. 1, 2018.

TUAN, Yi-Fu. TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Trad. Livia de Oliveira. Londrina, PR: EDUEL, 2013.

TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. Tradução Livia de Oliveira. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Trad. Livia de Oliveira. Londrina: EDUEL, 2012.

VOLPE, Miriam L. **Geografias de exílio**. Juiz de Fora: Ed. da UFJF, 2005.

VOLPE, Miriam Lidia. Geografias de exílio: Mario Benedetti, um intelectual latino-americano. **Em tese**, Belo Horizonte, v. 7, p. 1-110, dez. 2003. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/emtese/article/view/3566>. Acesso em: 25 jan 2022.

VOLPE, Mirian L. **Geografias de exílio**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2005.